



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

**INTERAÇÕES ENTRE IRMÃOS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL: REFLEXÕES ACERCA DAS CONDIÇÕES
CONTEXTUAIS**

LÍGIA NEGRÃO COSTA

Belém - Pará

2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

**INTERAÇÕES ENTRE IRMÃOS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL: REFLEXÕES ACERCA DAS CONDIÇÕES
CONTEXTUAIS**

LÍGIA NEGRÃO COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ecoetologia

Orientadora: Celina Maria Colino Magalhães

Belém – Pará

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central da UFPA- Belém- PA

Costa, Ligia Negrão

Interações entre irmãos em acolhimento institucional: reflexões
acerca das condições contextuais/ Costa, Ligia Negrão;
orientadora, Celina Maria Colino Magalhães – 2011.

114 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento, 2011.

1. Crianças- Assistência em instituições. 2. Crianças- Desenvolvimento. 3.
Socialização I. Magalhães, Celina Maria Colino, orient. II. Título.

CDD 22. ed.: 155.4



Serviço Público Federal
Cidade Universitária Prof. José da Silveira Neto
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Dissertação de Mestrado

“Interações entre irmãos em acolhimento institucional:
reflexões acerca das condições contextuais”.

Candidata: Lígia Negrão Costa

Data da Defesa: 20 de Dezembro de 2011.

Resultado: Aprovada.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Celina Maria Colino Magalhães, UFPA – Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Débora Dalbosco Dell'Aglio, UFRGS – Membro

Prof^ª. Dr^ª. Lilia Iêda Chaves Cavalcante, UFPA - Membro

Dedico este trabalho à minha filha Ana Luiza e meu esposo
Silvio, os grandes amores da minha vida.
Dedico também a todas as crianças que estão nas instituições de
acolhimento separadas das pessoas que amam.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, Professora Celina Magalhães, pela confiança que depositou em mim, e por ter acreditado no meu potencial, pelas grandes contribuições durante as orientações e por ter me auxiliado a desenvolver-me como pessoa e como pesquisadora. Agradeço, sobretudo por ser paciente quando precisei interromper as orientações para que eu pudesse dar de mamar ou acalantar minha filha.

À Professora Lília Cavalcante, pelos momentos de conversa que me fizeram pensar, refletir e encontrar o caminho no viés da pesquisa. Talvez sem esses momentos, eu não tivesse conseguido trilhar o percurso. Agradeço também por ter se mostrado uma grande amiga e pelas orientações valiosas que recebi, bem como pelas grandes contribuições na minha qualificação.

Ao meu marido, Silvio, pelo constante apoio e incentivo, e por não me deixar desanimar nos momentos mais difíceis. Também agradeço pelas inúmeras vezes que me acompanhou nas orientações e cuidou da nossa filha para que eu pudesse dar continuidade ao trabalho.

À minha querida mãe, Gilda, que se mostrou incansável no auxílio à minha filha, para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa.

Ao meu pai André, agradeço todo o apoio, perseverança e otimismo, que me fizeram acreditar que tudo daria certo.

Às minhas irmãs e companheiras de vida, Andréa, Gabriela e Leila, que torceram por mim e , por muitas vezes, dispensaram o seu tempo para me ajudar, tanto na construção deste trabalho como no cuidado com a minha filha.

À minha sogra Maria do Carmo, pelas vezes que cuidou da minha filha para que eu pudesse continuar a pesquisa.

A todos os colegas do LED, especialmente do grupo “Abrigo como Contexto de Desenvolvimento”, pelas trocas e contribuições imprescindíveis para a realização deste trabalho e para a minha formação profissional.

À querida amiga Laiane Corrêa, pela forma carinhosa com que me acolheu logo que comecei a fazer parte do LED, e por ter me auxiliado durante a realização de todo o trabalho, dando dicas e esclarecendo dúvidas e por todas as trocas, sempre muito produtivas.

Às parceiras Mayara Sindeaux e Débora Lisboa, pela companhia, conselhos, dicas e preciosas contribuições.

À ex-gerente do EAPI, Alexandrina Santiago, que forneceu todo o apoio para a execução desta pesquisa, autorizando o acesso à instituição e fornecendo as informações necessárias sobre a dinâmica institucional.

Às educadoras do abrigo, que foram minhas companheiras durante as sessões de observação, autorizando as filmagens e fornecendo informações sobre os grupos de irmãos. Sem a colaboração delas este trabalho não seria possível.

A todos os funcionários do programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do comportamento, que indiretamente contribuíram com a minha formação, por favorecerem a construção de um espaço propício à produção do conhecimento.

A CAPES pelo apoio financeiro que contribuiu de maneira fundamental para minha formação enquanto pesquisadora.

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
APRESENTAÇÃO.....	1
Capítulo 1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. O acolhimento institucional da criança e do adolescente no Brasil.....	3
1.2. A criança em acolhimento institucional.....	8
1.3. Considerações sobre as interações sociais infantis sob a ótica de Robert Hinde.....	14
1.4. As interações entre os irmãos.....	23
1.5. Estudos sobre irmãos em acolhimento institucional.....	29
OBJETIVOS.....	36
Geral.....	36
Específicos.....	36
Capítulo 2. MÉTODO.....	37
2.1. Reflexões sobre a escolha do método.....	37
2.2. Participantes.....	39
2.3. Caracterização da instituição.....	40
2.4. Instrumentos e materiais.....	45
2.4.1. Formulário para caracterização das crianças.....	45
2.4.2. Folha de registro para os dados da filmagem.....	47
2.4.3. Material visual e audiovisual.....	48
2.5. Procedimento.....	48
2.5.1. Contato inicial.....	48
2.5.2. Coleta de dados para caracterização das crianças.....	49
2.5.3. Período de habituação.....	49
2.5.4. Período de coleta de dados observacionais.....	49
2.5.5. Análise dos dados.....	50
2.5.5.1. Análise dos dados do formulário.....	50

2.5.5.2. Análise dos dados observacionais.....	50
Capítulo 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
3.1. Caracterização das crianças.....	54
3.2. Os parceiros de interação.....	67
3.3. O conteúdo das interações.....	81
Capítulo 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	97

ANEXO 1 – Formulário para caracterização das crianças

ANEXO 2 – Autorização da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital.

ANEXO 3 – Autorização do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará

APÊNDICE 1 – Folha de registro para os dados da filmagem

Taborda, L.N.C. (2011). *Interações entre irmãos em acolhimento institucional: reflexões acerca das condições contextuais*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 108 páginas.

RESUMO

Diversos estudos têm apontado para as interações entre irmãos como influenciadoras no desenvolvimento infantil nos diversos contextos, trazendo contribuições para a compreensão da dinâmica e organização da estrutura social dos grupos, das preferências e tipos de interações estabelecidas. O Estatuto da Criança e do Adolescente enfatiza que se deve resguardar e fortalecer os vínculos fraternos e de parentesco, a fim de contribuir para a formação das identidades das crianças, preservando a história de vida e referencial familiar. Considerando as particularidades do ambiente institucional infantil, como espaço coletivo de cuidado, o estudo de irmãos poderá proporcionar informações sobre os traços peculiares presentes neste tipo de interação. O estudo teve como objetivo descrever e analisar as interações entre irmãos e seus pares em acolhimento institucional, discutindo as condições contextuais da instituição. Participaram da pesquisa quatro grupos de irmãos compostos por 10 crianças no total, de ambos os sexos, com idades entre três e sete anos, acolhidos em uma instituição de grande porte, financiada pelo Governo do Estado, localizada na periferia de Belém, Pará. Na instituição as crianças eram divididas em dormitórios segundo a faixa etária, sendo encontrados somente dois irmãos juntos no mesmo dormitório. Os dados foram coletados por meio de consulta nos prontuários e observação das interações entre as crianças. Foi utilizada a técnica do sujeito-focal, com alvo em cada irmão. Para cada criança foram realizadas seis seções observacionais de dez minutos cada, perfazendo um total de 60 minutos. Os episódios interativos foram categorizados em interações envolvendo compartilhamento, conflito, cooperação, competição, similaridade de comportamentos, afeto e busca de proximidade. Os principais resultados mostraram que: 1) As crianças são oriundas de famílias de classe social baixa, tendo como causas do acolhimento o abandono, a negligência, a pobreza e os problemas relacionados aos pais. Na maioria dos casos, as crianças são reincidentes no abrigo, sendo o tempo de acolhimento institucional superior ao tempo de convivência familiar em sete das dez crianças. 2) Ao analisar os parceiros e o tempo de interação, os irmãos do grupo 1 apresentaram maior número de interação entre si e maior tempo dispensado nestas interações, sobretudo entre irmãos que estavam acolhidos no mesmo dormitório (I1 e I2) e em dormitórios de faixa etária próxima (I3 e I4). Nos demais grupos predominaram as interações entre pares coetâneos, tanto na frequência, como no tempo de interação, sendo que no grupo 3 houve apenas um episódio interativo entre os irmãos, e no grupo 4, não foram observadas interações entre os irmãos. 3) No tocante ao conteúdo das interações entre os irmãos, houve maior frequência das categorias de busca de proximidade, afeto e cooperação, enquanto que entre os pares prevaleceram interações relacionadas à cooperação, conflito e similaridade de comportamentos. Os dados expostos fomentam o debate em torno das instituições de acolhimento, sobretudo da modalidade de abrigo, estimulando o cumprimento das resoluções e atuando no fortalecimento das relações familiares e vinculação entre irmãos.

Palavras-Chave: Acolhimento institucional, Interação, Grupos de irmãos .

Taborda, L.N.C. (2011). *Interactions among siblings in institutional sheltering: reflexions about the contextual conditions*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 108 páginas.

ABSTRACT

Several studies have pointed to the siblings interaction as affecting the infantile development throughout different contexts, bringing contributions to the comprehension of the groups social structure dynamics and organization, as well as the preferences and types of the established interactions. The Child and Adolescent Statute emphasizes that the parental and relative bonds must be protected and strengthened in an attempt to contribute for the children's identities formation, preserving their life history and family references. Considering the specificities of the infantile institutional environment as a collective care facility, the study of siblings would provide information about the peculiar traits involving this interaction. The objective of the study was to describe and analyze the interaction among siblings and its peers in institutional sheltering, discussing the contextual conditions of the institution. Four groups of siblings composed by 10 children of both sexes participated in the research. The ages varied from three to seven years, all of them sheltered in a large size institution funded by the State Government, located in Belém, Pará. In the institution the children were separated in age-groups dorms, only two siblings were found living in the same dormitory. Data were collected through the children institutional files and observation of their interactions. A focal-subject technique targeting each sibling was used. For every child six observational sections lasting 10 minutes each were performed totalizing 60 minutes. The interactive episodes were classified in interactions involving: sharing, conflict, cooperation, competition, behavior similarities, affection and proximity seeking. The main results showed: 1) the kids are from lower social classes families, being sheltered due to abandonment, poverty and parents related issues. In most of the cases (seven out of ten), the children are recidivist in the shelter, having spent more time in the shelter than with the family living; 2) analyzing the peers and the interaction time, the siblings of the group 1 showed a greater number of interactions among themselves and a greater amount of time dedicated to these interactions, mainly among siblings who lived in the same dorm (I1 and I2) and in closer age-group dorms (I3 and I4). For the remaining groups same aged peers interactions prevailed, both in frequency and in duration of the interaction. Only one interactive episode among siblings took place in group 3 and none in group 4; 3) in what concerns to the content of the siblings interaction, there was a greater frequency of the proximity seeking, affection and cooperation categories, while among peers prevailed cooperation, conflict, and behavior similarities interactions. The presented data fosters the debate involving sheltering institutions, stimulating the effecting to the resolutions and acting on the strengthening of the family relations and the siblings bonds.

Key-words: Institutional sheltering, Interactions, Siblings group.

APRESENTAÇÃO

Muito se fala sobre acolhimento em instituições de abrigo, mas pouco se sabe sobre esta realidade, sobretudo quando se trata de grupos de irmãos neste contexto. Existem trabalhos que trazem grandes contribuições para a literatura sobre abrigo no que se refere ao perfil dessas instituições e das crianças em acolhimento institucional (Cavalcante, 2008; Serrano, 2008; Silva, 2004; Silva & Mello, 2004) e às implicações ao desenvolvimento infantil (Alexandre & Vieira, 2004; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Freud & Burlingham, 1965; Maia & Williams, 2005; Ribeiro & Ciampone, 2002; Siqueira & Dell’Aglia, 2006;). Entretanto, estudos sobre interação no contexto de acolhimento institucional envolvendo grupos de irmãos ainda são insipientes.

Assim, tem-se a necessidade de conhecer de forma mais pontual a realidade do acolhimento institucional com foco nos grupos de irmãos, identificando se as interações entre eles se diferem no tempo e no conteúdo das demais crianças, e se estas são influenciadas pelas condições contextuais da instituição.

O capítulo 1 encontra-se subdividido em cinco partes, sendo que a primeira traz considerações gerais sobre o acolhimento institucional, definições e considerações sobre a história da institucionalização no Brasil e aspectos legais. A segunda parte tem como foco a criança em situação de abrigamento e faz uma discussão sobre os fatores de proteção e de risco presentes na vivência institucional, com destaque para a figura do irmão como fator de proteção ao desenvolvimento neste contexto. A terceira parte aborda as interações sociais infantis, tendo como referência a Teoria do Relacionamento Interpessoal de Robert Hinde. A abordagem referencial se justifica pela necessidade de compreender de que maneira os elementos contextuais onde a criança está inserida e as interações que ela estabelece influenciam na manifestação dos comportamentos e no desenvolvimento infantil. A quarta

parte faz um apanhado geral sobre as interações entre os irmãos e suas características, trazendo alguns trabalhos empíricos. A quinta e última parte deste capítulo finaliza com estudos empíricos que investigam irmãos em acolhimento institucional.

O capítulo 2 apresenta o método da pesquisa, introduzindo com uma reflexão sobre a escolha do referencial teórico-metodológico, dos participantes, do ambiente, dos instrumentos, dos materiais e do procedimento.

O capítulo 3 aponta os resultados e a discussão do trabalho, dividindo-se em três seções: 3.1) a caracterização dos grupos de irmãos, seguida de uma discussão geral sobre as variáveis encontradas nos quatro grupos.; 3. 2) Análise dos parceiros de interação, que por meio de um sociograma, identifica o papel de emissor ou receptor da ação, além do tempo e frequência de interação entre cada díade; e 3.3) Apresentação do conteúdo das interações, permitindo conhecer o que os irmãos fazem juntos e como fazem isso, comparando os irmãos, crianças do mesmo dormitório e de dormitórios diferentes.

O último capítulo apresenta as considerações finais sobre os resultados e implicações para futuros trabalhos e políticas públicas.

Capítulo 1. INTRODUÇÃO

1.1. O acolhimento institucional da criança e do adolescente no Brasil

Historicamente, a política de atendimento à infância e adolescência em situação de abandono vem sofrendo transformações. Inicialmente, a responsabilidade em assistir as crianças envolveu diversos setores da sociedade, em especial as instituições que desenvolviam ações de cunho caritativo-religioso, passando pelas instituições filantrópicas, até ser de responsabilidade do Estado, como ocorre hoje (Rizinni & Rizinni, 2004; Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

A história da assistência no Brasil é marcada pela institucionalização de crianças em internatos e orfanatos, as quais constituíam o modelo de atendimento social das crianças pobres. No período colonial, crianças nascidas fora do casamento e a condição de pobreza familiar eram os principais motivos para o abandono, muitas vezes em logradouros públicos, na porta de igrejas e das casas. Diante dessas condições, em 1726, a Santa Casa de Misericórdia implantou a “Roda dos Expostos” no Brasil.

A “Roda dos Expostos” consistia em um cilindro giratório na parede das Santas Casas, permitindo que a criança fosse colocada de fora, sem que ela fosse vista de dentro, sendo então recolhida pela instituição. Ela era mantida por um sentimento de caridade, em virtude dos valores cristãos, contribuindo para a institucionalização da cultura da caridade frente às crianças abandonadas e outras pessoas marginalizadas socialmente. Ou seja, a responsabilidade do acolhimento era da igreja (Abaid, Siqueira & Dell’Aglío, no prelo; Baptista, 2006; Lopes, Silva & Malfitano, 2006).

Com a Proclamação da República, em 1889, houve um rompimento das relações entre a igreja e o Estado, e devido a isso, os asilos se expandiram com recursos privados e subsídios

públicos. A filantropia assumiu assim a maioria dos abrigos no país, que eram tidos como instituições que prestavam um atendimento meramente assistencialista, não se preocupando com o desenvolvimento e necessidades emocionais e psicológicas das crianças e adolescentes (Abaid, et al., no prelo).

Em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 227 e 228, contempla a proteção integral de crianças e adolescentes, além de introduzir no aparato legal brasileiro o conceito de seguridade social, agrupando as políticas de assistência, previdência social e saúde. Estes princípios constitucionais forneceram subsídios para a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990 pela Lei n. 8.069, entrando em vigor em 14 de outubro do mesmo ano. Foi somente através do ECA que as crianças e adolescentes passaram a ter seus direitos básicos garantidos (Lopes et al., 2006). O ECA constituiu mudanças profundas de princípios e de metodologia de intervenção, definindo responsabilidades e modificando a gestão político-administrativa das questões vinculadas à infância e adolescência, inclusive no que diz respeito à institucionalização. As alterações se deram inclusive na modificação da visão puramente assistencialista, e fizeram com que se pudesse conceber a instituição de acolhimento como espaço de socialização e de desenvolvimento.

Uma importante determinação do ECA foi o reordenamento dos abrigos, que deveriam assumir caráter residencial, oferecendo atendimento personalizado em pequenas unidades e grupos reduzidos. Além disso, deveria preservar a identidade da criança acolhida, oferecer ambiente de respeito e dignidade, preservar os laços familiares, proporcionar a escolarização, profissionalização, atividades culturais, esportivas e de lazer (Art. 94, Lei n. 8.069, 1990) funcionando de fato como contexto de desenvolvimento para as crianças e adolescentes.

O abrigo funciona, assim, como um instrumento da política social, oferecendo assistência à criança que se encontra sem os meios necessários para a sobrevivência (moradia,

alimentação, saúde e educação) ou da incapacidade dos pais e/ou responsáveis para cumprir com as obrigações de guarda e sustento dos filhos (Rizzini & Rizzini, 2004). Dessa forma, a instituição de acolhimento infantil constitui uma medida de proteção à criança que experimenta situações cotidianas de grave risco à sua integridade física, psicológica e sexual.

O reordenamento proposto pelo ECA foi transformado na Lei n. 12.010/2009, que propõe uma reformulação na estrutura e no funcionamento de diversos abrigos no país (Abaid et al., no prelo; Guará, 2006). A modalidade de abrigo institucional (modalidade que atende ainda grande número de crianças e adolescentes e o cuidado é realizado de modo coletivo) deveria ser substituída por instituições de pequeno porte, como o abrigo residencial (com estrutura de residência privada, sendo coordenado por educadores com revezamento de horários e atendendo no máximo de 15 crianças) ou a casa-lar (semelhante ao abrigo residencial, mas coordenado por pais sociais, mãe social ou educadores fixos, atendendo-se no máximo 12 crianças e adolescentes), como explica Carreirão (2005). Esta mudança de modalidade já é visível em algumas cidades, sobretudo das regiões sul e sudeste do Brasil.

Um levantamento nacional realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] sobre a situação de abrigamento no Brasil, em 2004, identificou quase 20 mil abrigados cadastrados na Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC) do Ministério do Desenvolvimento Social, em sua maioria, negros e pobres e 589 abrigos (públicos e filantrópicos), sendo que 56,7% são de pequeno porte, atendendo até 25 crianças, o que representa um avanço no que se refere às determinações do ECA (Silva & Mello, 2004). No entanto, este percentual informa que ainda existe uma quantidade considerável de instituições de abrigo de grande porte no país, sendo a modalidade predominante na região norte, e ainda que as instituições possuem especialidades nos atendimentos, como sexo, idade e condição de saúde (Silva & Mello, 2004). A pesquisa do IPEA mostrou ainda que em 78,4% das

instituições de acolhimento predomina o regime de permanência continuada, onde crianças e adolescentes ficam no abrigo o tempo todo, fazendo da instituição seu local de moradia.

Outro fator da pesquisa que merece destaque diz respeito ao tempo de acolhimento das crianças, onde a maioria ultrapassa 10 anos nos abrigos. Assim, estas instituições passam então a ser a moradia dessas crianças até que a situação jurídica seja definida e que elas possam retornar aos seus lares de origem ou serem inseridas em famílias substitutas (Oliveira, 2006). Em muitos casos o abrigo acaba se tornando um lar permanente, constituindo também um contexto de desenvolvimento infantil. Guará (2006) considera que o tempo presente na instituição seja vivido como possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente e que o bem-estar seja tão importante quanto o bem-sair.

Bronfenbrenner (1979/1996) contemplou em seus estudos que a instituição infantil pode servir como contexto abrangente para o desenvolvimento humano de extrema importância para crianças e adolescentes institucionalizados. Este microsistema é caracterizado por um grande número de atividades, funções e interações, bem como um ambiente com potencial para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto.

Por outro lado, o mesmo autor enfatiza que, apesar de um contexto possível de desenvolvimento, a instituição não fornece um equivalente funcional familiar para as crianças institucionalizadas. Assim, o abrigo pode funcionar tanto como contexto de desenvolvimento e fator de proteção como fator de risco ao desenvolvimento infantil.

Existe um consenso entre os pesquisadores (Maia & Williams, 2005; Oliveira, 2006; Ribeiro & Ciampone, 2002) que abrigo será fator de risco se não possibilitar a criança a convivência familiar e comunitária, se não preservar os vínculos entre os grupos de irmãos, se houver falta de atendimento personalizado e ausência de relações afetuosas, se não houver intercâmbio com a escola e com a comunidade, se tiver um alto número de crianças e se estas

estiverem divididas por sexo e idade nos espaços de acolhimento. No entanto as instituições infantis podem se configurar como fator de proteção se o inverso for verdadeiro: se houver comunicação da criança e do adolescente com a família, se os vínculos entre os irmãos forem mantidos, se a instituição for de pequeno porte, semelhante a uma residência, se a proporção educador-criança for adequada, se houver uma rede de apoio social e afetiva, vínculos afetivos positivos no ambiente da instituição, participação da comunidade e intercâmbio com a escola (Abaid et al., no prelo; Siqueira & Dell’Aglia, 2006).

As situações de risco vivenciadas na família que levam ao abrigo são várias e estão geralmente relacionados a questões de ordem social ou pessoal, como negligência, maus tratos, abandono, abuso, mendicância, dentre outros. Dados do IPEA (Silva, 2004) mostraram que a pobreza é a principal causa do abrigo, com 24,2%. Entre outros, aparecem como importantes, pela frequência com que foram referidos, o abandono (18,9%), a violência doméstica (11,7%), a dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%), a vivência de rua (7,0%) e a orfandade (5,2%). Sobre o assunto, o ECA enfatiza que as famílias que não tem condições de prover as condições básicas para os filhos devem ser incluídas em programas sociais, não constituindo motivo para o abrigo questões ligadas à pobreza.

Embora o abrigo funcione como medida de proteção para retirar a criança da situação de risco em que se encontra na família, fatores de risco também podem estar presentes na vivência institucional. Dessa forma, com a finalidade de diminuir estes fatores de risco as recomendações do ECA (Lei n. 8.069/90) foram aperfeiçoadas na Lei n. 12.010/09, conhecida como “Nova Lei da Adoção” ou “Lei Nacional da Adoção” e no documento “Orientações Técnicas para o acolhimento de crianças e Adolescentes”, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, elaborado em 2009.

A Lei Nacional da Adoção altera a sistemática prevista para a garantia à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes. As principais modificações dizem respeito à ênfase dada à preservação dos vínculos familiares e maior carga de responsabilidade à instituição de acolhimento, determinando o tempo de acolhimento de no máximo dois anos, apresentando propostas de planejamento dos casos de reintegração familiar, organização do cadastro com informações atualizadas das crianças e adolescentes acolhidos, da reavaliação da situação dos mesmos a cada seis meses, por meio de relatórios, bem como da avaliação das instituições de acolhimento, dentre outras medidas. Assim, a Lei n. 12.010 juntamente com as Orientações Técnicas para o Acolhimento representam um avanço no processo de discussão sobre a família e a manutenção dos seus vínculos, deixando ainda implícita sua preocupação com o desenvolvimento das crianças e adolescentes frente ao processo de institucionalização.

1.2. A criança em acolhimento institucional

As crianças em acolhimento institucional parecem constituir uma população vulnerável a problemas de ordem física, emocional, comportamental e desenvolvimental, necessitando ao máximo de mecanismos de proteção que favoreçam o seu desenvolvimento da maneira mais saudável possível. Sobre o assunto, Bronfenbrenner (1979/1996) refere que a institucionalização, enquanto processo promotor de estabilidade e integração socioemocional, conduz a dificuldades na adaptação a novos contextos e papéis de vida, podendo ocasionar danos ao processo de desenvolvimento.

Diversos estudos (Freud & Burlingham, 1965; Maia & Williams, 2005; Oliveira, 2006; Siqueira & Dell'Aglio, 2006) apontam para os riscos ao desenvolvimento infantil

presentes na vivência institucional, podendo comprometer a saúde, o bem-estar e o desempenho social e afetivo do indivíduo.

A literatura (Maia & Williams, 2005; Yunes, Miranda & Cuello, 2004) aponta para experiências estressoras ou de risco para o desenvolvimento saudável das crianças, como: divórcio dos pais, perdas de entes próximos, abuso físico e sexual, holocausto, desastres e catástrofes naturais, pobreza, guerras e outras formas de trauma. No entanto, vale ressaltar que o foco deve ser dado ao conjunto de processos que decorrem de determinadas variáveis, isto é, não basta que a criança apresente apenas uma destas variáveis para que ocorram alterações no seu desenvolvimento, contudo, quanto mais elementos ela possuir, maiores serão as chances de vir a apresentar alguma consequência ao desenvolvimento. Yunes et al. (2004) consideram que o risco deve ser sempre identificado como processo e não como a variável em si.

No Brasil muitas crianças são privadas do cuidado parental e vivem em instituições de abrigo por longos períodos de tempo, o que também constitui um importante fator de risco ao seu desenvolvimento. Rizzini e Rizzini (2004) afirmam que a criança institucionalizada, mesmo recebendo cuidados alimentares, higiênicos e médicos, ela caminha tardiamente, demora a falar e tem dificuldade para estabelecer ligações significativas.

A separação ou perda da figura de referência da criança, decorrente do processo de institucionalização, pode estar relacionada a danos quase irreparáveis no desenvolvimento da linguagem e na capacidade de ligar-se e apegar-se. Dessa forma, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) acreditam que o afastamento da família e a permanência da criança em instituição que ofereça pouco estímulo físico e social à formação da mente podem limitar os notáveis avanços desenvolvimentais nessa fase da vida. Sobre o assunto Yunes et al. (2004, p. 2) afirmam que “a vivência institucional pode apresentar, tantos ou mais fatores de risco quanto a rua para as crianças, pois o ambiente institucional e as relações estabelecidas neste

meio influenciarão seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, bem como a construção de suas identidades e seus projetos de futuro”.

Bowlby (1969/2002) destaca que a quebra dos laços afetivos pode ser decisiva para o desenvolvimento da criança. Para este autor a estimulação e o fornecimento de uma base segura pelos pais ou cuidadores propiciam à criança o estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis. Assim, é amplamente reconhecida a importância dos pais e da família, nos seus mais diversos arranjos, no cuidado e no bem estar de seus membros, pois é este o local privilegiado e primeiro a proporcionar a garantia de sobrevivência a seus integrantes, constituindo-se como importantes fontes de estimulação afetiva, emocional e social.

Diante da importância dada ao ambiente familiar e de seus membros, a separação da criança da sua família de origem pode funcionar como um fator de risco para o seu desenvolvimento (Maia & Williams, 2005). Desse modo, as crianças que são encaminhadas aos abrigos, necessitam de um cuidado diferenciado, pois a quebra deste vínculo pode trazer inúmeras conseqüências, podendo comprometer de maneira decisiva o desenvolvimento da criança.

Diversas pesquisas (Bowlby, 1969/2002; Maia & Williams, 2005; Yunes et al., 2004) têm enfatizado os aspectos negativos da vivência institucional. No entanto, Abaid et al. (no prelo) ao analisarem a literatura sobre o desenvolvimento em acolhimento institucional identificaram uma mudança na perspectiva do entendimento no contexto institucional e associam esta mudança aos métodos mais qualitativos de investigação, partindo da visão dos abrigados às teorias-base que destacam a importância do contexto para o desenvolvimento. Estudos mais antigos apontavam em sua maioria para os prejuízos no desenvolvimento decorrentes da vivência institucional, enquanto que os trabalhos mais atuais apontam para uma percepção positiva acerca desta vivência, é o caso dos trabalhos de Arpini (2003) e Siqueira (2006).

O trabalho de Arpini (2003) faz uma reflexão sobre a realidade institucional de abrigo para crianças e adolescentes, mostrando, através do discurso de adolescentes, como os mesmos a representam. Para isso a autora utilizou metodologia qualitativa, a história de vida, através do estudo das representações. A pesquisa foi realizada junto a adolescentes de grupos populares da cidade de Santa Maria (Rio Grande do Sul). Os resultados mostraram que a vivência institucional foi caracterizada como o melhor período de suas vidas, relacionando-a com o estabelecimento de novos vínculos, alguns dos quais se mantiveram mesmo após a institucionalização.

Já Siqueira (2006) investigou a percepção de adolescentes institucionalizados quanto à rede de apoio social e afetivo. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e o Mapa dos Cinco Campos em 35 participantes, de ambos os sexos, com idade entre 11 e 16 anos. Os resultados indicam os adultos como principal fonte de apoio, especialmente os familiares e os monitores dos abrigos, sendo que o principal tipo de apoio foi o instrumental. Dessa maneira, tanto o trabalho de Arpini (2003), como o de Siqueira (2006), a partir da perspectiva dos adolescentes, mostraram que o abrigo cumpriu a função protetiva e serviu de referência para que o jovem se sentisse seguro e resiliente, reafirmando a presença de aspectos positivos presentes na vivência institucional.

Siqueira e Dell'Aglio (2006) apontam que não necessariamente os déficits encontrados nestas crianças derivam da institucionalização, mas dos riscos aos quais as crianças foram submetidas no seio familiar antes do acolhimento institucional. Contudo, Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero e Dell'Aglio (2010) em estudos de casos realizados com três adolescentes com idade entre 11 e 15 anos, em processo de reintegração familiar, destacaram em um menino de 15 anos dificuldades de lidar com tarefas cotidianas, como fritar um ovo, comprar café e de lidar com desafios da vida. Estes dados apontam o quanto a vivência num ambiente institucional pode trazer consequências negativas a crianças e

adolescentes, por se desenvolverem em um local com rotinas diferentes daquelas encontradas em uma família.

Acredita-se que a identificação de fatores de risco deve ser realizada em consonância com fatores de proteção que podem oportunizar processos que favoreçam o desenvolvimento infantil. Para Poletto (2007) os fatores de proteção estão relacionados a influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação. Estes fatores devem ser abordados como processos que interagem entre si e alteram a trajetória da pessoa, produzindo uma experiência de cuidado, fortalecimento ou anteparo ao risco. Além disso, as reações nocivas, em longo prazo, de um ambiente institucional físico e socialmente empobrecido diminuem com o aumento da idade da criança na entrada na instituição e com a presença de um leque de atividades que possibilitem engajamento (Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

No caso das crianças institucionalizadas, a relação criança-ambiente institucional é fundamental para que esta encontre encorajamento material, emocional e social compatíveis com as suas necessidades. Este encorajamento poderá estar nas possibilidades do encontro da criança com outras pessoas significativas, onde as díades significativas e de desenvolvimento serão estabelecidas nos diferentes espaços ecológicos (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Maia e Williams (2005) apontam como fator de proteção o vínculo afetivo com um cuidador alternativo, como irmãos ou avós, referindo que “tal pessoa pode se tornar um suporte importante nos momento de estresse, promovendo, também, a competência, a autonomia e a confiança da criança” (p.98). Neste sentido, destaca-se o papel da figura fraterna como fator de proteção ao desenvolvimento das crianças em situação de abrigo. Carreirão (2005) afirma que os irmãos podem se constituir como referência de apego e como portadores das histórias da vida familiar em comum, além do mais, laços de afeto podem ser

construídos sob condições favoráveis, o que em situação de abrigo significa a manutenção dos direitos da criança e do adolescente conforme defende o ECA.

O Artigo 19 do ECA prevê que “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (Lei n. 8.069, 1990, Art. 19). A criança, ao ser acolhida em instituição, rompe seu vínculo com família de origem e com as pessoas de referência e passa a viver em um ambiente estranho, com pessoas desconhecidas. O irmão surge então como a figura de apoio, de referência para o outro, funcionando como facilitador do enfrentamento da situação de acolhimento institucional.

Desse modo, os elementos contextuais em que a criança está inserida e a convivência familiar são fatores que podem influenciar a maneira como os comportamentos irão se manifestar e mesmo permanecer por toda a vida. Em razão disso, admite-se que os benefícios para o desenvolvimento podem ser ainda mais efetivos quando as interações, sobretudo positivas, entre pares resultam da convivência entre irmãos em abrigos infantis. Reitera-se assim a importância dos irmãos e da convivência familiar para a criança em acolhimento institucional, bem como o fato do abrigo servir como contexto de desenvolvimento destas crianças e, portanto, um rico espaço de interações.

Nesta perspectiva, considerando que as instituições infantis constituem um espaço de interação e que o ser humano é um ser social e, portanto, está em constante interação, acredita-se que os estudos sobre as interações infantis, como é o caso dos irmãos, devem iniciar pela discussão de uma abordagem referencial que possa contemplar o estudo das interações e relacionamentos.

1.3. Considerações sobre as interações sociais infantis sob a ótica de Robert Hinde

Um importante teórico da perspectiva etológica, estudioso das relações interpessoais, foi Robert Hinde. O autor considera que os primatas humanos possuem relações individuais e uma organização social com elevado grau de complexidade em relação a outras espécies, propondo a superação da fragmentação entre biológico e social, partindo da premissa de que tanto os biólogos como os cientistas sociais podem compreender este comportamento de maneira integrada.

Para isso, o autor considera que ambas as abordagens são complementares e do ponto de vista conceitual, reconhece níveis sucessivos e interligados de complexidade social, que são as interações, as relações e a estrutura social. A compreensão do comportamento social do homem é proporcionada a partir do estudo desses diferentes níveis de complexidade, os quais se influenciam mutuamente e são afetados também pelo ambiente físico e social em que se encontram (Hinde, 1976).

Em cada um desses níveis existem muitas características que podem ser descritas ou medidas, nas quais se deve selecionar a mais apropriada para a tarefa em questão. Hinde afirma que em cada nível os princípios empregam conceitos adicionais a um nível abaixo.

A interação, para Hinde (1976), constitui o elemento mais básico da estrutura social. Ela envolve dois ou mais indivíduos e um ou mais tipos de comportamento. A interação pode ser caracterizada como “A faz para B” ou “A faz para B, e B responde com Y”. O termo interação ou seqüência de interação pode ser usado para referir um incidente particular ou características comuns de um número de incidentes.

Em uma compreensão mais profunda, é preciso analisar o comportamento de cada pessoa interagindo, incluindo os sinais verbais e não verbais empregados. Isso inclui entender não somente as propensões comportamentais de cada um dos participantes, mas também

como cada um reage com outro particular para produzir o comportamento observado. Dessa forma, a descrição das interações requer conhecer o que os indivíduos fazem juntos (conteúdo) e como eles fazem isso (qualidade).

As interações são consideradas aqui como ocupando um limitado espaço de tempo. Se uma interação é estendida no tempo, ou se a seqüência de interações ocorre, os dois participantes conhecem um o outro, passa a haver uma relação. Por se conhecerem, a natureza e o curso de cada interação é influenciado pela história de interações passadas e, talvez, também pelas suas expectativas de interação no futuro.

Hinde (1997) considera que as relações constituem uma sucessão de interações entre dois indivíduos no decorrer do tempo, isto é, as descrições adequadas envolvem dados coletados durante um período. Assim, as relações traduzem a padronização das interações estabelecidas entre os indivíduos no período de tempo considerado. Além da análise de conteúdo e qualidade, presente nas interações, o autor agrega outros componentes para as relações: diversidade, frequência relativa, padrão das interações, reciprocidade versus complementaridade, intimidade, percepção interpessoal e confiança.

O grupo social ou estrutura social constitui um nível mais complexo de análise, que considera a estrutura dos grupos. Hinde (1976) considera que, em nível de grupo, a relação entre A e B é afetada pela relação de A com C e com isso pela rede de relações nas quais está envolvido, mas inversamente as propriedades de grupo são determinadas por todo o conjunto de interações diádicas constituintes. Além disso, a maneira como os indivíduos se comportam em algum contexto interacional é influenciada pelas normas sociais correntes no grupo e pelos direitos e deveres apropriados as pessoas no papel que eles atualmente ocupam.

Além de considerar as diferenças entre os níveis interação, relação e estrutura social, Hinde (1976) ressalta que é preciso vê-los não como entidades estanques, mas como processos que se interrelacionam e se influenciam mutuamente, no tempo. A natureza de uma

interação ou de uma relação depende de ambos os participantes. Ao mesmo tempo, o comportamento que os indivíduos manifestam, em cada interação, depende da natureza da relação, a qual, por sua vez, é influenciada pelo tipo de grupo a que está relacionada. Assim, cada um desses níveis influencia e é influenciado pelo meio físico e pelo sistema de ideias, valores, crenças, costumes e instituições presentes no grupo social.

Ao trazer a proposta de Hinde para a psicologia do desenvolvimento e para o estudo da interação entre crianças reconhece-se que aquilo que parece ser propriedade da criança pode ser, na verdade, propriedade das relações. E que muitos aspectos do desenvolvimento infantil só podem ser mais bem compreendidos quando a criança é vista como um membro constituinte de uma rede de relações. Neste sentido, destaca-se o papel das relações para o processo de desenvolvimento social da criança.

Os estudos voltados para as interações e relações entre pares têm destacado o papel da criança na interação social como um elemento importante a ser considerado no processo de desenvolvimento infantil. Esses trabalhos apontam para a criança como um ser humano complexo e ativo no seu processo de desenvolvimento, capaz de despertar em seus parceiros habilidades e capacidades (Alexandre & Vieira, 2004; Carvalho, 2000; Carvalho & Beraldo, 1989; Lordelo & Carvalho, 2006).

Freud e Dann (1967) realizaram um estudo com um pequeno grupo de crianças de 3 e 4 anos, separadas dos pais que foram mortos, presos ou simplesmente desapareceram em conflitos armados em diversos países, em meados do século XX, permanecendo em uma instituição inglesa destinada ao cuidado diário de crianças nessa faixa etária. A partir do momento em que foram acolhidas, essas crianças passaram a ser observadas sistematicamente em seus comportamentos, competências e habilidades sociais. Os resultados mostraram que no período de adaptação ao ambiente institucional, as crianças apresentaram maneiras distintas de se relacionar com adultos e com outras crianças, com as quais haviam convivido

desde os primeiros meses de vida. Com os adultos, as crianças apresentavam comportamento hostil: batiam, xingavam, cuspiam, mordiam e gritava. Enquanto que quando interagiam entre si, as crianças apresentaram preocupação, atenção e afeição em relação aos seus pares. O estudo mostrou inclusive que as crianças preocupavam-se mais com a segurança, conforto e respeito às necessidades do parceiro do que com seu próprio bem-estar e ainda, em situações de compartilhamento de roupas, objetos e brinquedos, a rivalidade, ciúme e competição entre eles quase não ocorria.

Em um estudo realizado por Camaioni (1980), buscou indagar a contribuição que as interações entre coetâneos e as interações entre a criança e o adulto dão ao desenvolvimento da capacidade da criança de interagir socialmente. A autora propôs a observação de duplas de crianças que se conheciam, em situação de brinquedo livre, em duas ocasiões: somente a dupla de crianças e a dupla de crianças e um adulto. O estudo apresentou os seguintes resultados: 1) com o aumento da idade, aumenta a incidência de interações complementares e recíprocas, embora não desapareçam as especulares; 2) não há diferenças importantes, em função da idade, na frequência das interações não-efetivadas; 3) A interação entre adulto e criança é predominantemente do tipo complementar, utilizando quase sempre o canal verbal; e 4) Na presença de um adulto, caem a quantidade e o nível das interações entre as crianças.

A mesma autora realizou outro estudo sobre interação entre pares, objetivando explorar o modo como se estrutura a interação social entre crianças de mesma idade e de idade diferente, bem como verificar se a interação entre não-coetâneos é análoga a interação adulto-criança. Para isso, foram realizadas observações de duplas de crianças que já se conheciam, em atividade livre, com crianças não coetâneas em duas situações: sem adulto e com adulto presente. Os resultados mostram que a interação entre não-coetâneos não se diferenciou da interação entre coetâneos em termos de modalidades de interação apresentadas; as diferenças verificadas em termos de “estilo de interação” (conteúdo das ações das crianças)

é que entre coetâneos ela foi simétrica e entre não-coetâneos foi assimétrica; o adulto adotou estilos de interação diferentes em relação à criança maior e à menor; o adulto e a criança maior se comportaram diferentemente em relação à menor; a criança menor adotava estratégias diferentes em relação à criança maior (envolver nas brincadeiras) e ao adulto (solicitações de informações e confirmações sobre aspectos do ambiente); as interações exibidas pelas crianças menores foram principalmente especulares (Camaioni, 1980).

Ainda sobre interações entre crianças e entre estas e adultos em ambiente institucional, Barros e Fiamenghi Jr. (2007) realizaram um estudo com vinte crianças com idades que oscilavam entre 10 meses e cinco anos e nove meses, de ambos os sexos, acolhidas em uma instituição de grande porte no interior de São Paulo, objetivando observar as interações entre as crianças residentes em abrigo e suas cuidadoras. Para isso, as crianças foram observadas duas vezes por semana, em encontros de uma hora e meia, durante três meses e meio. Os resultados apontaram falta de preparo das monitoras para cuidar das crianças, evidenciado em situações de hostilidade verbal e poucas ocorrências de carinho, palavras incentivadora e contato físico. Já nas interações entre as crianças crianças pareciam visar, prioritariamente, a cooperação ou a disputa por brinquedo e por poder.

Os resultados dos estudos de Freud e Dann (1967), de Camaioni (1980) e de Barros e Fiamenghi (2007) sugerem diferenças no estilo de interação entre crianças e adultos, e entre crianças coetâneas e não-coetâneas no caso do estudo de Camaioni (1980), evidenciando a capacidade de perceber a diferença entre os parceiros de interação e de formular as expectativas adequadas em relação a eles. Assim, com base nas competências e expectativas dos membros envolvidos foram negociados seus papéis na interação. Reitera-se assim que as interações infantis são tão importantes quanto aquelas desenvolvidas entre crianças e adultos, apresentando grande influência no desenvolvimento infantil.

Investigações com foco na qualidade do ambiente para o desenvolvimento saudável das crianças e sua influência nas interações infantis têm ensejado diversas pesquisas (Alexandre & Vieira, 2004; Cavalcante, 2008; Lordelo & Carvalho, 2006; Meneghini & Campos-de-Carvalho, 2003). É o caso do estudo realizado por Meneghini e Campos-de-Carvalho (2003), em ambiente de creche em Ribeirão Preto, teve como objetivo comparar a preferência de ocupação por áreas espaciais durante a ocorrência de interação criança-criança, atividade individual, espectador e comportamento socialmente dirigido. Para isso, as autoras filmaram as preferências espaciais de 14 crianças, divididas em dois grupos, em três tipos de organização espacial (sem circunscrição, zona circunscrita e zona do adulto). A análise das localizações infantis evidenciou que a categoria espectador ocorreu preferencialmente na área ao redor do adulto e as demais categorias (interação, comportamento socialmente dirigido e atividade individual) ocorreram preferencialmente na zona circunscrita com apoio. Os resultados indicam que o arranjo espacial semi-aberto, inclusive com maior número de zonas circunscritas, proporciona maior oportunidade tanto para interações entre crianças, como para ocorrência de atividades individuais e outros comportamentos que podem anteceder um contato social, sem a intervenção direta da educadora. Desta maneira, o estudo apontou que o fator ambiental e organização espacial podem facilitar ou dificultar as interações infantis.

Outro estudo desenvolvido por Lordelo e Carvalho (2006) apontou para a variável ambiental e a brincadeira como fatores que interferem nas interações infantis. As autoras preocuparam-se em investigar como o ambiente de creche afeta os padrões de interação entre as crianças, objetivando a descrição dos padrões de parceria social e tipos de brincadeiras, em crianças de um a três anos, por meio de filmagem, brincando nos ambientes cotidianos das creches. Os dados foram categorizados nas dimensões tipo de parceria social e tipo de brincadeira, registrando-se suas frequências, as quais foram relacionadas às variáveis sexo, idade, tempo na creche, tipo de creche e densidade, fazendo-se uma correlação entre estas

variáveis. Todas as variáveis mostraram associação com algumas das categorias de preferência por parceiros e tipos de brincadeiras. Os resultados mostraram a brincadeira como motivação intrínseca e sensibilidade às condições ambientais, dentro da perspectiva etológica, como fatores que influenciam nas interações estabelecidas entre crianças. Dessa forma, reforça-se a ideia de que a interação entre crianças está presente nas diversas situações e contextos, sendo o principal canal de interação entre as mesmas a brincadeira, que constitui o principal fazer humano, nesta etapa no desenvolvimento.

Em se tratando de interações entre crianças que envolvem pares vinculados existe um conjunto de trabalhos na literatura que se propõem a estudar a amizade na infância. É o caso de Carvalho e Rubiano (2004), que estudaram a amizade entre crianças, por meio do relato de crianças de seis, oito e dez anos, identificaram três condições para a amizade: convivência, afinidade e cumplicidade. A convivência regular com participação conjunta em certas atividades confirma o critério de proximidade como índice para a identificação de vínculos entre crianças. A afinidade de gostos, interesses e competências é apontada como a principal razão do estabelecimento de amizades entre meninos, meninas e crianças da mesma faixa etária. A cumplicidade parece uma condição para a formação de amizades entre crianças mais velhas, no final da infância e início da puberdade, e se caracteriza por atividades que também estarão presentes nas amizades da vida adulta: apoio, consolo, ajuda, segurança, identidade e cooperação.

Furman e Bierman (1983) investigaram a amizade entre crianças em creche, na faixa etária entre quatro e sete anos, objetivando obter relatos sobre o conceito de amizade. Para isso foram utilizadas entrevistas com as crianças e a apresentação de fotografias nas quais elas identificavam características de amigos. Os autores identificaram cinco categorias referentes às características de amizade entre crianças: afeição, apoio, atividades comuns, proximidade física e características físicas. Dentre os principais resultados foram encontradas diferenças

etárias na formação do conceito de amizade, onde as crianças mais jovens relacionaram a amizade muito mais à proximidade física e características físicas, enquanto que as mais velhas relacionaram-na à afeição e apoio, no entanto as atividades comuns foram relatadas por quase todas as crianças, independente de idade.

Ainda nesta temática Lopes (2007) estudou as relações de amizade entre pré-escolares. Tomaram parte do estudo 22 pré-escolares, sendo 17 meninos e cinco meninas, com idade média de 54 meses, matriculados no Jardim II da Educação Infantil em uma escola da rede municipal de educação de Belém. Avaliaram-se as relações entre as crianças em duas etapas: no primeiro mês de aula e no primeiro mês após o retorno das férias do meio do ano letivo, por meio da aplicação de teste sociométrico, entrevista com a criança para identificar os critérios para a escolha do amigo e observação comportamental.

Entre outros resultados o trabalho revelou na etapa 1 em sala de aula, alta frequência de conflito, seguida de similaridade e compartilhamento, enquanto que no parque houve uma alta frequência de cooperação, seguida de compartilhamento, similaridade e conflito. Já na etapa 2, tanto na sala de aula como no parque, as categorias comportamentais mais frequentes foram similaridade, compartilhamento e conflito. Os resultados mostraram ainda que houve maior incidência de conflito em sala de aula comparado aos resultados do parque nas duas etapas. Esses achados mostraram que a forma de se comportar depende, dentre outras coisas, do ambiente no qual as crianças estejam inseridas, ou seja, do contexto de relações. E ainda, a mudança das categorias mais frequentes nas etapas 1 e 2 indicam que estas tenham se modificado devido à formação dos vínculos de amizade entre crianças.

Estes estudos apontam para a importância das interações entre crianças, mostrando a capacidade destas de estabelecer vínculos. Assim, os comportamentos identificados nos estudos das interações entre as crianças atestam a existência de uma competência social

eficiente, onde as crianças mostram-se capazes de compreender muitos aspectos das relações sociais de seu grupo.

No que se refere a esta modalidade de interação em contexto de abrigo Martins e Szymanski (2004) verificaram a percepção que crianças tinham sobre família, a partir de brincadeiras de faz-de-conta desempenhadas por elas. Participaram da pesquisa dez crianças com idades entre cinco e oito anos, sendo três meninos e sete meninas. Por meio de observação, foram analisados vários episódios de brincadeira livre das crianças, que se referiam à brincadeira de casinha numa sala de brinquedos da instituição. Dentre os principais resultados foi constatado que a cooperação ou ajuda mútua foram as interações mais frequentes na brincadeira de faz de conta e que o comportamento de cuidado permeou ainda grande parte das interações.

Ainda nesta temática, Carvalho (2000) observou 30 crianças em três instituições infantis (duas creches e um orfanato) ao longo de 24 meses. A partir do recorte e análise de 720 episódios interativos, o autor identificou a manifestação de subcategorias do comportamento de cuidado, definidas como interações complementares entre pares que mimetizam o comportamento parental adulto de proteção, associadas a condutas como ajudar, confortar, entreter, estabelecer contato afetivo e brincar de cuidar, tanto em situações imaginárias como nas situações em que se materializa o cuidado entre parceiros.

Menelau (2009) também observou interações entre 21 crianças, com idade entre um e quatro anos que convivem em situação transitória de abrigo, em suas brincadeiras espontâneas. Os resultados evidenciaram que as crianças buscaram seu parceiro como apoio e suporte, bem como compartilharam com ele sentimentos positivos ou negativos. O padrão de comportamentos encontrado em algumas crianças, como a orientação preferencial do parceiro, o envolvimento do parceiro em suas atividades ou seu próprio envolvimento na atividade do parceiro, o conforto ou proteção do parceiro em decorrência de episódios

agonísticos com outro e a busca de proximidade física. possibilita a inferência de vínculos entre as crianças.

De acordo com Bowlby (1979/2006), a vinculação afetiva ocorre quando dois indivíduos tendem a manter-se próximos entre si, desencadeando em cada comportamento de manutenção desta proximidade. O autor destaca que, se por alguma razão, os indivíduos se separarem, eles tendem a buscar outro parceiro ou tentam restabelecer esse comportamento de vinculação. Evidencia-se assim a capacidade das crianças que se encontram em acolhimento institucional de ligar-se e apegar-se, contrariando uma concepção corrente de que elas, quando afastadas do convívio familiar, não são capazes de estabelecer relações significativas com outros.

A complexidade das relações estabelecidas entre as crianças reside no fato de que estas possuem uma diversidade de significados potenciais, capazes de despertar motivações ou impulsos diferentes e até mesmo conflitantes (Carvalho & Beraldo, 1989). Nesse contexto relacional, a interação entre irmãos pode assumir uma posição de destaque no que se refere à expressão da ajuda em situações de necessidade e a cooperação entre parceiros, uma vez que além de co-habitarem juntos, compartilham da intimidade um do outro pelos laços familiares que os unem.

1.4. As interações entre os irmãos

Um tipo frequente de interação infantil é aquela desenvolvida entre os irmãos. Em grande parte, estudos demonstram a importância que tem para o desenvolvimento infantil este tipo de interação (Brody, Stonerman & Mackinnon, 1982; Carreño & Avilla, 2002; Howe & Recchia, 2006; Pereira, 2006). Tais interações são permeadas por um conjunto de

características próprias, sendo estendidas no tempo, compreendendo, portanto, relações, que diferem daquelas ocorridas entre pares.

Howe e Recchia (2006) consideram que nas relações entre crianças irmãs estão presentes três características principais: 1) emoções fortes, de qualidade positiva, negativa e, às vezes ambivalentes; 2) intimidade, caracterizada pelo logo tempo dispensado brincando juntos e pelo fato de um conhecer o outro muito bem, serem capazes de fornecer suporte instrumental e emocional um para o outro, para engajar-se em brincadeira, para o conflito e para a compreensão de pontos de vista de outros; e 3) grandes diferenças individuais na qualidade das relações das crianças umas com as outras.

Estes autores consideram ainda que a diferença de idade entre os irmãos, muitas vezes faz com que as questões referentes ao poder, controle e rivalidade sejam fonte de conflito para as crianças. E ainda, as relações entre irmãos fornecem um contexto importante para o desenvolvimento da compreensão das crianças sobre sua vida social, emocional, moral e cognitiva. Em particular, os irmãos têm um papel importante no desenvolvimento da compreensão sobre as emoções, pensamentos, intenções e crenças.

Em exame à literatura sobre o tema é possível identificar um conjunto de trabalhos que revelam a presença de comportamentos prossociais nas interações entre irmãos, sobretudo de apego e cuidado, realçando as particularidades desse tipo de convivência no cotidiano e o seu valor na trajetória desenvolvimental. Em grande parte, essas pesquisas mostram a importância que têm para o desenvolvimento este tipo de interação freqüente e contínua no ambiente imediato da criança, ou ainda o significado dos relacionamentos que constroem com os irmãos.

Bowlby (1969/2002) considera que o comportamento de apego traz segurança e conforto e possibilita o desenvolvimento. O autor explica que a criança procura a figura de apego em situações diversas, mas principalmente quando: 1) está com fome, enferma, cansada

e assustada; 2) não se sente segura da permanência dessa pessoa ao seu lado; 3) busca a proximidade e deseja manter contato afetivo. Carreño e Avilla (2002) afirmam que o irmão mais velho, em condições especiais, como as descritas, pode representar a figura de apego subsidiária para o irmão mais novo.

Esses autores realizaram um estudo com 20 famílias colombianas e avaliaram o potencial do irmão mais velho como figura subsidiária de apego. Para isso realizaram a observação das díades formadas por irmãos entre 40 a 72 meses e 14 a 37 meses, e classificaram as interações da seguinte maneira: 1) interações suaves com o irmão (oferecer apoio emocional, disciplinar, orientar condutas, estar disponível para a interação); 2) proximidade ao irmão (comportamento de seguir, buscar e manter a companhia do outro); 3) contato físico com o irmão (desfrutar e ter a possibilidade de obter tranquilidade em razão desse contato); 4) interação com outros adultos (compartilhar, interagir e desfrutar das interações com adultos que visitam a casa da família). Os resultados indicaram que a maioria dos irmãos com idade entre 40 e 72 meses podem atuar como figuras subsidiárias na ausência da mãe, visto que, conforme apresentado por Bowlby (1969/2002), a formação do apego entre duas pessoas está na capacidade de uma delas se constituir em fonte de segurança para outra e funcionar como base de confiança a partir da qual se torna possível explorar o ambiente em segurança.

Carreño e Avilla (2002) consideram que a definição de irmão mais velho como figura de apego subsidiária não está restrita a situações em que a separação dos pais é definitiva, sendo presente também em situações de cuidados formais. Nesse contexto, os irmãos podem efetivamente atuar como figuras de apego subsidiárias e por assim dizer cumprir um papel decisivo no desenvolvimento sócio-afetivo da criança.

Brody, Stonerman e Mackinnon (1982), em seu estudo, observaram três grupos de crianças em dias diferentes. O primeiro grupo foi formado por crianças e seus irmãos mais

novos. O seguinte foi composto pelas crianças com mais idade do primeiro grupo e seus melhores amigos. E o terceiro grupo reuniu todas as crianças: crianças mais velhas, seus irmãos mais novos e seus melhores amigos. Os resultados mostraram que nas díades de irmãos, os mais velhos assumiram papéis sociais dominantes em relação aos mais novos – nas brincadeiras, exerceram a condição de professor, diretor, etc. No entanto, em momentos de brincadeira com seus amigos, as crianças mais velhas estabeleceram relações em geral mais equilibradas e não assumiram sempre papéis de mando.

Dunn, Slomkowski e Beardsall (1994) entrevistaram 59 díades de irmãos na Inglaterra, com o intuito de analisar a estabilidade do relacionamento entre eles. Os resultados mostraram que eventos e adversidades ocorridas na vida das crianças estavam associados a uma maior aproximação entre os irmãos, isto é, diante de adversidades experienciadas pela família, as crianças crescem com maior cumplicidade, com comportamento amistoso e afetuoso. As crianças relataram o suporte que receberam do irmão ao se depararem com problemas como dificuldades com outras crianças na escola, doença materna, ou acidentes e doenças sofridos por eles.

Baia-Silva (2006), ao estudar as características das interações entre irmãos em uma comunidade ribeirinha na Amazônia, utilizando observação participante e entrevista com roteiro estruturado, identificou que os irmãos mais velhos pareceram ser importantes agentes socializadores dos membros mais jovens da fratria, partilhando com eles quase a totalidade das atividades realizadas ao longo do dia. Já as irmãs mais velhas eram quem desempenhavam grande número de atividades de cuidado para com seus irmãos mais jovens. Percebeu-se ainda correlação entre a definição de papéis e funções dentro do grupo de irmãos, compatíveis da concepção de gênero presentes na cultura daquela comunidade ribeirinha. Tais achados permitem inferir que assim como as pesquisas desenvolvidas em contexto urbano, é evidente a correlação entre os papéis e funções definidos dentro do grupo de irmãos e a

concepção de gênero presentes em sua comunidade cultural de origem, como é o caso dos ribeirinhos.

Estudos sobre comportamentos de cuidado entre irmãos apontam a possibilidade de haver, para a criança que cuida, uma maior oportunidade para desenvolvimento do comportamento pró-social e um maior desenvolvimento da autonomia, das funções cognitivas e de responsabilidade social. Já o irmão que é cuidado recebe do irmão cuidador uma descrição da sociedade na qual está crescendo e tende a reproduzi-la.

Além dos estudos que tratam de comportamento de cuidado e de apego entre irmãos, percebe-se ainda uma diversidade de estudos que envolvem crianças com necessidades especiais. É o caso do estudo de Soares, Franco e Carvalho (2009), sobre comportamento de cuidado entre irmãos, que teve como objetivo descrever e analisar qualitativamente a situação em que um irmão ou irmã compartilha o cuidado de uma criança com necessidades especiais, focalizando tanto o ponto de vista da criança cuidadora quanto o da mãe. Os autores entrevistaram 10 crianças cuidadoras e 10 mães de famílias nucleares na cidade de Salvador e encontraram que a maioria das mães mantém supervisão sobre as tarefas de cuidado e os cuidados dispensados ao irmão referem-se ao estabelecimento de contato afetivo ou mimar, ensinar, cuidar e entreter e socializar. Os resultados identificaram que o irmão mais velho e predominantemente do sexo feminino é aquele que mais emite comportamentos de cuidado. Dessa forma, o estudo aponta para as variáveis gênero e ordem de nascimento influenciando no conteúdo das relações entre os irmãos.

Outro estudo sobre interação entre irmãos, onde um deles possuía necessidades especiais foi desenvolvido por Nunes e Aiello (2004), que investigaram o estresse e as características do relacionamento de duas díades de irmãs, sendo uma composta por uma criança com Síndrome de Down e outra composta por duas irmãs com desenvolvimento típico. Os resultados mostraram que o relacionamento entre as irmãs, no qual havia uma irmã

deficiente, era menos íntimo, diferente em padrões de cuidado, caracterizado por assimetrias de papéis, ao passo que o relacionamento entre as irmãs sem deficiência apresentava maior companheirismo e troca. Por outro lado, não houve diferenças significativas entre as díades quanto à frequência de estressores.

Os mesmos autores, em outro estudo, investigaram as variáveis idade dos irmãos, nível de apoio social e recursos da família como influenciadoras no relacionamento fraterno. Participaram da pesquisa díades de irmãos constituídas com um membro deficiente mental, divididos em dois grupos: um com o irmão deficiente pré-adolescente e o outro com este membro adulto, sendo mais jovens os irmãos com desenvolvimento típico. Para a coleta de informações, os autores utilizaram os seguintes instrumentos: Escala de Apoio da Família, Escala de Recursos da Família, Escala de Apoio de Familiares e Amigos à Maternidade/Paternidade, entrevista com irmãos de indivíduos com necessidades especiais e formulário de irmãos. Somando-se a isso, foram realizadas três sessões de observação de situações de interação entre os irmãos: jogo de dominó, escolha de CDs e de músicas para ouvirem juntos e atividade de hábito dos irmãos selecionada a partir do relato apresentado pelo irmão sem necessidades especiais na entrevista (Nunes & Aiello, 2008).

Os resultados mostraram que os irmãos do grupo pré-adolescente assumiam mais o papel de cuidador nas situações de interação com ele e este grupo pareceu receber maior nível de apoio aos cuidados maternos/paternos. As autoras constataram ainda que os irmãos menores com desenvolvimento típico desempenham o papel de ajudante em maior escala que os adultos.

Os resultados dos três trabalhos evidenciam que, ao se analisar situações em que a criança ajuda a cuidar do irmão, mesmo quando este apresenta necessidades especiais, o irmão mais velho, usualmente do sexo feminino, é aquele que mais emite comportamentos de cuidado.

Os resultados mostraram diferenças no padrão de interação entre irmãos, diante de situações que se divergem da habitual, como é o caso das crianças com irmãos deficientes e ainda que estas diferenças na maneira de relacionar-se com o irmão estejam ligadas às questões referentes ao gênero, idade, ambiente e ao aspecto familiar. Contudo, apesar das diferenças, tais relações foram consideradas de grande importância para o desenvolvimento social, cognitivo e emocional dessas crianças.

Petean e Suguihura (2005) consideram que com os irmãos se aprende a compartilhar e expressar sentimentos, a vivenciar experiências de companheirismo, lealdade e rivalidade. Em concordância, McHale, Crouter e Whiteman (2003) afirmam que os irmãos são figuras importantes na vida cotidiana das crianças, tanto como companheiros de atividades, quanto como cuidadores. Para os autores, o contato prolongado e diário dentro do mesmo ambiente, compartilhando das mesmas figuras parentais são indicadores pelos quais se acredita que a relação entre irmãos constitui um elemento que exerce influência sobre o desenvolvimento infantil.

Embora a literatura sobre interação entre irmãos seja mais abundante no ambiente familiar, sobretudo no que se refere ao cuidado de crianças por seus irmãos e os irmãos como figura subsidiária de apego, são encontrados alguns estudos que abarquem estas questões no ambiente institucional.

1.5. Estudos sobre irmãos em acolhimento institucional

Diversos estudos (Cavalcante, 2008; Rizzini & Rizzini, 2004; Serrano, 2008; Silva, 2004) têm apontado que o número de irmãos em situação de abrigo é considerável em relação ao número total de crianças abrigadas. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), na década de 70, a maioria dos abrigados era composta por crianças entre seis e dez anos e quase a metade

tinha mais de um irmão na instituição. Em 28,7% dos casos levantados, os pais ou um deles chegavam a internar todos os seus filhos.

Serrano (2008) em sua pesquisa buscou caracterizar a situação do abrigamento de crianças de zero a seis anos em Ribeirão Preto, nos quatro abrigos que atendem essa faixa etária. A autora constatou que 78% das crianças do abrigo têm irmãos, havendo uma predominância daqueles que contam dois irmãos, 63 casos, seguido daqueles com um irmão, 60 casos, existindo episódios em que as crianças chegam a possuir até 12 irmãos. Com relação ao contexto em que estão inseridos, a pesquisa apontou que em 140 casos, os irmãos também estavam em abrigos (no mesmo ou em outro), seguidos de 52 casos que permaneceram com a família. Em 18 casos estavam com a mãe, cinco casos com o pai e apenas dois casos com os pais juntos. Com relação aos vínculos entre os irmãos, obteve-se que em 60% dos casos os vínculos eram mantidos, enquanto em 16,5% não eram e 23,5% não havia informação

Resultado semelhante foi encontrado por Cavalcante (2008) em Belém, que detectou um grande número de irmãos abrigados no mesmo abrigo (46,69%). Na maioria das vezes, a criança possuía apenas um irmão (26,14%). Contudo, foram encontrados registros de crianças que conviviam no abrigo com dois (15,68%) ou até três irmãos (4,84%). Os resultados da pesquisa revelam que entre as crianças investigadas, quase a metade é oriunda de famílias numerosas, já que muitas têm irmãos (48,17%) e outras até mais de quatro (20,71%). Entretanto, observa-se que a maioria das crianças que convive com até três irmãos na instituição parece não ter deixado muitos outros em casa, além do mais, as que pertencem a pares ou grupos acolhidos em conjunto pela instituição, nenhuma possui mais do que quatro em sua composição familiar. Essas evidências remetem à hipótese de que famílias inteiras estão sendo encaminhadas para instituições de acolhimento, assim como em décadas anteriores, conforme apontado por Rizzini e Rizzini (2004).

Diante do considerável número de crianças com irmãos em acolhimento institucional, acredita-se que o estudo do relacionamento entre eles é de fundamental importância para compreender a dinâmica familiar e como os irmãos funcionam como fator de proteção diante da situação de acolhimento.

Em estudo realizado na Espanha sobre relacionamento entre irmãos em abrigo, Palacios, Sánchez-Sandoval e León (2004) consideram que é esperado que os irmãos acolhidos juntos em instituições desenvolvam fortes sentimentos de cumplicidade, compreensão e proteção. Os autores acrescentam que podem existir entre grupos de irmãos institucionalizados padrões de relacionamentos, onde os mais velhos podem exercer perante os irmãos mais novos o papel de mãe/pai e este fato deve ser levado em consideração quando uma família decide adotar irmãos.

Alexandre e Vieira (2004), ao estudar a relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo, encontraram que nas relações de afeto e de cuidado, os papéis desempenhados pelos irmãos mais velhos possuem um significado específico e de grande importância para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo das crianças menores. Dessa maneira, uma rede de apoio social e afetiva é fundamental para que as crianças se desenvolvam adequadamente. As crianças investigadas na pesquisa mostraram-se resilientes e isto pode estar relacionado ao fato de poderem contar com um conjunto de fatores de proteção, incluindo-se laços afetivos positivos com os irmãos mais velhos que vivem no abrigo ou com os funcionários da instituição.

Pereira (2006), em seu estudo sobre representações sociais de família e abrigo, realizado através de entrevista com crianças abrigadas, verificou que a preservação do grupo de irmãos foi bastante significativo na fala dos participantes e manter estabelecida a relação entre os irmãos, preservar e respeitar sua constituição familiar proporciona maior sentimento de segurança e equilíbrio emocional às crianças. Para a autora (p. 109) “a presença dos

irmãos, unidos em um momento de intensa vulnerabilidade, favorece o estabelecimento de uma identidade compartilhada e de uma forte união em busca de um mesmo ideal. Essa união cria um compromisso fraterno, compartilhando cautelas e esperanças”.

Carreño e Avilla (2002) afirmam que as interações entre pares vinculados, freqüentemente irmãos e amigos, são reconhecidas como mais intensas, prolongadas e afetuosas do que aquelas que envolvem, por exemplo, parceiros ocasionais. Neste sentido, os irmãos constituem importantes agentes de socialização e de inserção na cultura, devendo assim este vínculo ser mantido, mesmo e principalmente, em situação de abrigo.

Cavalcante (2008) identificou a formação de vínculos significativos das crianças com o educador ou com outra criança, dando destaque aos grupos de irmãos. Os resultados apontaram que os alvos do cuidado por parte dos sujeitos focais foram prioritariamente educadores (16,66%) e crianças vinculadas a outros dormitórios, categoria onde se destaca a presença dos irmãos (19,80%). A autora encontrou que uma parte das crianças que atuam como receptores dos comportamentos emitidos, mesmo não fazendo parte do círculo estreito de convivência dos sujeitos focais, trazem consigo a memória de interações – muitas vezes, afetuosas – que se sucederam no tempo. Este é o caso especificamente dos sujeitos focais que buscaram, estimularam e demonstraram distintas formas de cuidado em relação aos seus irmãos, crianças com as quais partilhavam o mesmo espaço no ambiente familiar, mas que com o encaminhamento à instituição, passaram a conviver em espaços separados, os leva a supostamente valorizar cada oportunidade de aproximação que se coloca.

O estudo mostrou ainda que 26,77% dos comportamentos que expressam a afeição do sujeito focal por outra criança ocorreram na interação em díades ou tríades de irmãos (n=71). Nestas interações entre os sujeitos focais e seus irmãos e irmãs os percentuais mais expressivos estão associados a comportamentos como estabelecer contato afetivo (17,33%), ajudar (5,06%) e brincar de cuidar (5,06%). Os resultados apontam para a manifestação do

cuidado e do apego entre crianças próximas, amigas e/ou pares de irmãos, particularmente em ambiente institucional.

Os resultados do trabalho de Cavalcante (2008), à semelhança do que discutiram Alexandre e Vieira (2004) e Carreño e Avilla (2002), as crianças demonstraram maior disposição para ajudar os parceiros mais próximos, onde se incluem seus irmãos; interagiram de maneira afetuosa com os pares conhecidos, sobretudo com os familiares; e deram atenção aos mais jovens quando na condição de irmãos mais velhos. Tais resultados sugerem que o comportamento de cuidado entre irmãos pode contribuir para preservar os vínculos familiares durante o período de abrigamento.

O trabalho de Almeida (2009), por sua vez, procurou conhecer a rede social de crianças em acolhimento institucional, buscando investigar, sob a perspectiva da criança, como os irmãos e outras pessoas aparecem na rede. Para isso, a autora entrevistou sete grupos de irmãos, num total de 18 crianças com idades entre de seis a doze anos, em três abrigos de Ribeirão Preto, em São Paulo, com o intuito de conhecer quem a criança procura em determinadas situações relacionadas às funções de cuidados e atividades diárias, proteção, educação, apoio emocional e relação afetiva, e brincadeira e lazer. Em caráter complementar, foram utilizados desenho e uma adaptação do Four Field Map, um instrumento que identifica a rede de relações das crianças.

Os principais resultados mostraram que a rede social das crianças é composta principalmente por pessoas do abrigo e da família, sendo que os irmãos foram os membros da família mais citados, principalmente no que diz respeito ao exercício das funções de proteção, apoio emocional e relação afetiva, brincadeira e lazer. E ainda, os irmãos mais velhos e os que estão acolhidos na mesma instituição são os mais mencionados pelas crianças do estudo.

Ao analisar os estudos sobre interação entre irmãos em abrigo reconhece-se que os irmãos são importantes fontes de apoio diante da situação de abrigamento, sendo frequentemente o irmão a pessoa a quem a criança mais procura em determinadas situações, ou seja, quem são as figuras de referência da criança em situações que envolvem cuidados, proteção, apoio emocional, relação

afetiva, além de brincadeiras e lazer. Atenta-se ainda para a proximidade física entre os irmãos como um fator preponderante para a manutenção do vínculo, pois tal proximidade permite ou favorece que haja o compartilhamento de experiências e sentimentos durante o período do abrigamento (Almeida, Maehara & Rossetti-Ferreira, 2011).

Tais estudos sinalizam ainda a contribuição que a manutenção do relacionamento entre irmãos pode oferecer para o desenvolvimento das crianças em geral, mas sobretudo para aquelas em acolhimento institucional. Por outro lado, o trabalho de Almeida (2009) aponta para o fato que a organização por sexo e idade e a forma de conceber o funcionamento dos abrigos podem dificultar, ao invés de promover, esse tipo de relação.

Dessa maneira, outros estudos têm apontado para a dificuldade em manter os irmãos abrigados conjuntamente. É o caso do trabalho de Carreirão (2005) sobre irmãos em abrigo. Nessa pesquisa foram realizadas entrevistas com representantes do Sistema de Garantia de Direitos de Florianópolis, onde se identificou que a preservação dos grupos de irmãos está condicionada àquelas crianças que têm a mesma faixa etária e o mesmo sexo, em função da divisão das crianças em abrigo por faixa etária e por sexo, inviabilizando a manutenção ou construção de vínculos, assim como o resgate do direito de viver em família. Os resultados deste estudo apontaram que o direito à convivência familiar e comunitária de grupos de irmãos não foi motivo de debate no período pesquisado, as relações interinstitucionais precisam ser mais bem estabelecidas para a promoção, defesa e controle deste direito, à limitação no atendimento aos direitos dos grupos de irmãos e de suas famílias por parte dos programas municipais.

Assim, compreende-se que embora a preservação dos grupos de irmãos seja garantida pelo ECA, que prevê a preservação dos vínculos familiares, a manutenção da família de origem ou integração em família substituta, atendimento personalizado e em pequenos grupos, evitar a transferência destas crianças e adolescentes para outros abrigos, entre outros

preceitos legais (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), a realidade tem se apresentado diferente, conforme apontado por Carreirão (2005).

Em função das críticas suscitadas à institucionalização precoce e prolongada de crianças e o abrigo do grande número de irmãos cresce a preocupação com a qualidade das interações desenvolvidas em ambientes institucionais, fazendo-se necessário estudos que investiguem o conteúdo e a qualidade das interações desenvolvidas entre os cuidadores e crianças e entre estas e seus pares. Assim, poder-se-á construir um perfil das necessidades e possibilidades de melhorias nestes ambientes, permitindo uma melhor interação entre as crianças, sobretudo entre irmãos.

Neste sentido, entende-se que o relacionamento entre irmãos constitui um importante fator de proteção ao desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional. Levando-se em consideração que poucos são os trabalhos que tratam da interação entre crianças em ambiente institucional e menos ainda aqueles que consideram a experiência de grupos de irmãos, vivenciando a institucionalização, este estudo propõe uma investigação que abarque estes aspectos.

OBJETIVOS

Geral

Descrever e analisar as interações entre irmãos e seus pares em acolhimento institucional, discutindo as condições contextuais da instituição.

Específicos

- Caracterizar os grupos de irmãos em acolhimento institucional.
- Identificar o tempo e a frequência de interação dos grupos de irmãos.
- Identificar os parceiros preferenciais de interação nos grupos de irmãos.
- Classificar o conteúdo das interações entre os irmãos e entre estes e as crianças coetâneas e não-coetâneas, com base nas categorias de Lopes (2007) e Cavalcante (2008).
- Comparar os padrões de interação entre crianças irmãs e crianças do mesmo dormitório e de dormitórios diferentes.

Capítulo 2. MÉTODO

2.1. Reflexões sobre a escolha do método

Conforme o conceito apresentado por Hinde (1979) uma relação caracteriza-se pelo conjunto de várias interações no tempo. Portanto, na descrição das relações é necessário não só observar como e o que os participantes fazem juntos, mas também a padronização das interações, que vai qualificar o tipo de relacionamento existente entre eles. Assim, a partir deste conceito entende-se que os laços desenvolvidos entre grupos de irmãos constituem relações, pois as interações entre eles são influenciadas pelas experiências passadas e pelas suas expectativas futuras, havendo reciprocidade, complementaridade e intimidade.

No entanto, Hinde (1979) aponta para a dificuldade do estudo das relações, uma vez que cada interação consiste de um padrão complicado de ações de ambos os participantes: cada interação é acompanhada por emoções e cognições de muitos tipos; a natureza dos relacionamentos depende em parte da frequência e padrão de interações, e entre as interações, cada participante pode distorcer mais o que aconteceu, modificando a qualidade lembrada, e afetando o futuro. E, a visão ou atitude dos participantes pode diferir do observador externo. Somando-se a isso, os relacionamentos são estendidos no tempo, enquanto que a descrição é limitada no período de tempo. Portanto, as descrições das relações sempre serão incompletas. Por esta razão, esta pesquisa situa-se no nível mais superficial de análise proposto por Hinde, que são as interações.

O estudo das interações sociais vem sendo valorizado já há algumas décadas, porém, um desafio comum enfrentado pelos pesquisadores da interação social refere-se às opções metodológicas envolvidas na sua descrição. Cada vez mais percebemos a existência de novas formas para estudar tal fenômeno. Muitas pesquisas privilegiam a análise de entrevistas e

sociometria para investigar as interações entre crianças, contudo outros métodos podem ser aplicados na análise das interações sociais, como a observação.

Várias pesquisas utilizaram a observação direta do comportamento interativo como método para a coleta de dados das interações (Alexandre & Vieira, 2004; Camaioni, 1980; Carreño & Avilla, 2002; Cavalcante, 2008; Lordelo & Carvalho, 2006), pois ao se observarem crianças, vê-se uma variedade de comportamentos e de situações, criadas e monitoradas por elas, que desafiam o observador e promovem uma reflexão sobre determinados fenômenos.

Reitera-se assim que a observação tem sido um procedimento utilizado para a obtenção de um conjunto de dados que possibilitem empreender análises mais acuradas do processo, devendo ser planejadas com determinados objetivos, que passam a orientar o olhar do pesquisador, tornando-o mais perspicaz a certos aspectos do campo observado. Por esta razão opta-se pela observação como principal método de coleta de dados das interações entre irmãos em acolhimento institucional.

2.2. Participantes

O estudo foi desenvolvido com 10 (dez) crianças em acolhimento institucional que possuíam irmãos no EAPI, de ambos os sexos, na faixa etária de dois a sete anos, correspondendo a quatro grupos de irmãos, apresentados na tabela 1.

TABELA 1

Demonstração dos grupos de irmãos, por idade, sexo e dormitório.

Grupo de irmãos	Código	Idade	Sexo	Dormitório
Grupo 1	I1	4 anos	Feminino	D5
	I2	4 anos	Masculino	D5
	I3	5 anos	Masculino	D6
	I4	7 anos	Masculino	D7
Grupo 2	I5	4 anos	Masculino	D5
	I6	6 anos	Feminino	D7
Grupo 3	I7	6 anos	Masculino	D7
	I8	5 anos	Masculino	D6
Grupo 4	I9	5 anos	Masculino	D6
	I10	3 anos	Feminino	D4

A amostra foi composta a partir de três critérios: 1) grupos de irmãos, com maior tempo de abrigamento; 2) grupos de irmãos sem previsão de saída da instituição; e 3) grupos com crianças que estivessem dentro da faixa etária de três a sete anos. No momento da coleta de dados havia na instituição 64 crianças, destas, 24 possuíam irmãos no mesmo abrigo, constituindo 11 grupos de irmãos. No entanto somente quatro grupos, compostos pelas 10 crianças preenchiam os critérios de inclusão.

O estudo teve ainda a participação de educadores membros da equipe técnica, incluindo duas psicólogas, duas assistentes sociais e a gerente do abrigo, que informalmente

revelaram informações sobre os casos dos grupos de irmãos, que auxiliaram na descrição dos casos da pesquisa.

2.3. Caracterização da instituição

A pesquisa foi realizada no Espaço de Acolhimento Provisório Infantil (EAPI), instituição vinculada à Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEDES), localizada na periferia de Belém. Representa o maior abrigo público estadual para crianças, desde a sua fundação com a promulgação pela Lei Estadual n. 5.789/93. No entanto, apesar de ser financiada pelo Estado, a instituição recebe auxílio financeiro de particulares, sobretudo de pessoas jurídicas, mas também recebe ajuda material e financeira, em menor escala, de pessoas físicas.

A instituição acolhe provisoriamente crianças de zero a seis anos, de ambos os sexos, cuja integridade foi ameaçada ou violada, em razão de situações reconhecidas como abandono, violência ou negligência. As crianças que chegam diariamente ao EAPI são encaminhadas por órgãos da Vara da Infância e da Juventude na capital e outros municípios ou pelo Conselho Tutelar, por serem os principais responsáveis pela aplicação de medidas específicas de proteção.

O abrigo iniciou sua função como instituição de acolhimento em 1994, nas instalações onde funcionava uma creche, por esta razão o prédio não tem característica residencial, possuindo muitos cômodos e espaços que estão organizados para responder às demandas específicas de cada faixa etária.



Figura 1. Fachada do prédio onde funciona a instituição de acolhimento.

No que se refere aos recursos humanos a instituição possui em média 150 monitores, com 5 grupos de plantonistas. Tem equipe multidisciplinar formada por uma gerente, uma equipe administrativa, uma equipe de apoio e uma equipe técnica composta por assistente social, médico, nutricionista, psicólogo, equipe de enfermagem (enfermeira e auxiliares de enfermagem) e setor pedagógico (pedagogo, educadores e monitores). Além disso, a instituição recebe a colaboração esporádica de estagiários de áreas diversas e de voluntários de grupos religiosos. Vale destacar que os monitores são exclusivamente do sexo feminino e prestam atendimento direto às crianças nas diversas situações de cuidado: alimentação, higiene corporal e bucal, vestuário e recreação. É oferecido às crianças escola e sistema de saúde público (Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Pará [OAB/PA], 2011).

No que diz respeito ao espaço físico, o EAPI possui almoxarifado, banheiros, brinquedoteca, cozinha, lactário, despensa para roupas e calçados, depósito de produtos de limpeza, despensa para alimentos, lavanderia, piscina, sala de TV e vídeo, berçários, dormitórios, fraldários, playground, refeitório (infantil e dos funcionários), sala de atividades pedagógicas, sala de enfermagem, consultório médico, sala dos técnicos (nutricionista, assistente social, psicólogo) e secretaria, funcionando 24 horas, com exceção da copa.

A instituição distribui as crianças por dormitórios, obedecendo ao critério da idade, assim agrupados: no Dormitório I, estão as crianças de zero a cinco meses; no Dormitório II, ficam crianças de seis a onze meses. No Dormitório III, são acolhidas as que têm de 12 a 23 meses. No Dormitório IV, três anos. No Dormitório V, quatro anos. No Dormitório VI, são acolhidas as crianças com cinco anos. E no Dormitório VII, ficam então as crianças de seis. Percebe-se que estes geralmente estão superlotados, com média de 10 camas por dormitório.

Quanto à rotina de cuidados, as atividades pedagógicas, de refeição, banho e lazer são realizadas de acordo com os dormitórios e as roupas e brinquedos utilizados pelas crianças não são de uso pessoal.

O abrigo é organizado em quatro setores: setor social, médico, pedagógico e administrativo, a partir dos quais os funcionários compartilham responsabilidades no atendimento a estas crianças em tempo integral, já que a instituição funciona 24 horas por dia.

Nas dependências da instituição, foram registradas interações em seis ambientes. A descrição destes espaços encontra-se a seguir:

1) Barracão: É uma área ampla, coberta, mas sem paredes laterais. Ao fundo vê-se uma parede pintada na cor verde, onde se localiza um palco, com duas escadas de acesso nas laterais. O espaço é uma área de recreação externa, onde são realizadas atividades de lazer e cultura, como brincadeiras livres, festas e jogos.



Figura 2. Vista parcial do ambiente do barracão.

2) Refeitório: É um salão amplo e arejado, cujo espaço é delimitado por uma parede de aproximadamente 50 centímetros, o que permite a visão e o acesso aos corredores da instituição. O piso é em lajota branca e a parede ao fundo tem a metade coberta com azulejos nas cores laranja e vermelho. Nesta parede encontram-se duas pias e dois ventiladores. Quanto à mobília, o espaço contém oito mesas redondas pequenas e coloridas e cadeiras de plástico coloridas, dispostas nas mesas. Cada mesa possui cerca de quatro cadeiras, mas existe um número maior de cadeiras empilhadas no refeitório.



Figura 3. Vista parcial do espaço do refeitório.

3) Playground: é um espaço ao ar livre, em terreno gramado, pouco arborizado e com áreas cobertas com areia fina e branca. Nesta área estão instalados cinco brinquedos confeccionados em ferro e pintados com várias cores (gangorra, escorrega-bunda, ciranda, quadrado e balanço). O espaço contém ainda uma casinha de brinquedo, confeccionada em madeira, com janelas e portas coloridas, na fachada e nas laterais.



Figura 4. Foto ilustrativa do playground

4) Área na lateral dos dormitórios: é um espaço localizado ao lado dos dormitórios, atrás da sala dos técnicos da instituição. Consiste em uma área ampla, gramada, não-coberta, com uma árvore de acerola.



Figura 5. Foto ilustrativa da área na lateral dos dormitórios.

5) Área de recreação (quintal): é um espaço amplo e arborizado, onde são encontrados vários tipos de plantas, principalmente frutíferas. A área tem aspecto de um quintal e localiza-se nos fundos da lavanderia e cozinha.



Figura 6. Foto ilustrativa da área de recreação.

6) Corredor dos dormitórios: é um espaço amplo e arejado, com piso de lajota branca, onde em um lado situa-se os dormitórios e no outro, sem paredes, fica o playground. O corredor possui uma rampa que dá acesso às demais dependências da instituição.



Figura 7. Foto ilustrativa do corredor dos dormitórios.

2.4. Instrumentos e materiais

A fim de obter as informações necessárias para atingir os objetivos propostos foram utilizados dois instrumentos durante o processo de coleta de dados:

2.4.1. Formulário para caracterização das crianças (Anexo 1)

Elaborado por Cavalcante (2008), com base no estudo de Weber e Kassobudski (1996), o instrumento trata da condição psicossocial de crianças que vivem em situação de

abrigo e instituições similares. O formulário contém perguntas abertas e fechadas e torno das seguintes questões: identificação pessoal (10 itens), estrutura familiar (19 itens), histórico de institucionalização (30 itens), situação socio-jurídica atual (19 itens) e saúde da criança (16 itens).

As informações levantadas pelo instrumento permitem acessar: 1) Dados pessoais: sexo, idade, escolaridade e local de nascimento; 2) Dados sobre a situação familiar: idade, escolaridade, profissão e renda do pai e da mãe, nome do pai no registro civil, número de irmãos, tempo de convivência familiar, pessoas com quem moram, condições da família, orfandade, condições de moradia; 3) Dados sobre a situação jurídica e institucional: entradas anteriores na instituição, tempo de permanência atual e total no abrigo, procedência do encaminhamento, motivos do abrigamento, irmãos no abrigo, pessoas que visitam; 4) Dados sobre a saúde da criança: cartão de vacinação, intercorrências na gestação, características do parto, peso e altura ao nascer, distúrbios visuais, auditivos e na fala, deficiência física, aleitamento materno, restrições na dieta, uso de medicação controlada, doenças anteriores e no abrigo, lesões corporais e alterações emocionais no momento da entrada na instituição.

O preenchimento do formulário, conforme apresentado por Cavalcante (2008), foi realizado a partir da consulta de materiais e fontes documentais (relatórios, pareceres, laudos, certidão) disponibilizados pela instituição e/ou coleta direta de informações com a equipe técnica do abrigo, permitindo oferecer dados sobre cada criança da pesquisa. Para a coleta de dados foram consultados os seguintes documentos:

a) Relatório institucional: fornece informações sobre quantas e quais são as crianças que se encontram no abrigo, através de dados estatísticos gerados mensalmente. Com este documento é possível obter dados sobre a situação socio-jurídica das crianças e seu destino no pós-abrigamento.

b) Declaração de nascidos vivos: corresponde a um documento padronizado pelo Ministério da Saúde, criado em 1990, sendo preenchida em todo o território nacional, para todos os nascidos vivos, sejam quais forem as circunstâncias de ocorrência do parto. Este documento que faz parte do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC), que se propõe a coletar e a produzir informações sobre a ocorrência dos nascimentos, dados da mãe, da gestação, do parto e do recém-nascido, permitindo conhecer o perfil dos nascidos vivos tais como peso ao nascer, condições de vitalidade, prematuridade, além da idade materna, distribuição espacial e temporal, entre outros.

c) Certidão de Nascimento: É um registro feito em livro de cartório, uma única vez, onde o indivíduo é percebido pelo Estado e pode exercer os seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Este documento atesta o nascimento (dia, mês, ano, horário e lugar), define as características pessoais e comprova sua existência civil.

d) Termo de encaminhamento: Apresenta um resumo da condição da criança encaminhada ao abrigo, fornecendo informações sobre a criança a ser acolhida e os motivos que as autoridades alegam para o ingresso no abrigo.

e) Estudo social: refere-se à coleta de dados que reúnem informações recolhidas em entrevistas e visitas domiciliares, que podem oferecer dados sobre a caracterização das condições gerais da vida da criança e da sua família de origem.

2.4.2. Folha de registro para os dados da filmagem (Apêndice 1)

Confeccionada pela pesquisadora, objetivou auxiliar na transcrição das sessões de observação dos sujeitos-focais. A folha é composta de duas partes, a saber: 1) contém informações sobre a criança (sujeito-focal), crianças do dormitório, data, horário, local da observação e situação em que ocorreu os episódios interativos; 2) possui um quadro com duas

colunas, uma com os espaços divididos de 30 em 30 segundos e a outra com linhas correspondentes aos espaços onde eram anotadas as transcrições.

2.4.3. Material visual e audiovisual

O estudo utilizou material visual (para registro de fotografias) e audiovisual (filmagens), para registro das interações entre os irmãos no abrigo.

2.5. Procedimento

Inicialmente obteve-se a autorização judicial (Anexo 2) para a realização da pesquisa, sendo posteriormente submetido o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, recebendo parecer APROVADO, com o nº 039/09 (Anexo 3).

A pesquisa desenvolveu-se em cinco etapas, a saber:

2.5.1. Contato Inicial

Foi marcada uma reunião com a direção do abrigo para apresentar a proposta da pesquisa. Nesta etapa foi solicitado o acesso aos arquivos da instituição, com a entrega da cópia do documento de aprovação do CEP e da proposta de investigação.

2.5.2. Coleta de dados para caracterização das crianças

A partir da consulta nas fontes documentais (relatórios, pareceres, laudos, certidão de nascimento, declaração de nascidos vivos) disponibilizados pela instituição foi feito o preenchimento do formulário de caracterização das crianças da pesquisa. Algumas informações para o preenchimento do formulário e descrição dos casos de grupos de irmãos foram coletadas em diálogo com a equipe técnica, sem a utilização de entrevistas estruturadas. As informações referentes à condição de saúde da criança foram coletadas, mas não utilizadas para este estudo.

2.5.3. Período de Habituação

Envolveu visitas diárias com duração de aproximadamente 120 minutos durante dois meses, duas vezes por semana. Neste período foi feito o reconhecimento da rotina da instituição (ambiente físico, profissionais, entre outros) e possibilitou tornar a presença da pesquisadora mais familiar aos funcionários da instituição e crianças, objetivando uma menor interferência na rotina das atividades.

2.5.4. Período de coleta de dados observacionais

Foram realizadas observações sistemáticas videogravadas das crianças em interação com seus irmãos acolhidos e demais crianças. Cada criança foi observada por 10 minutos, em seis sessões, totalizando 60 minutos de observação por criança, perfazendo 600 minutos de observação, utilizando a técnica do sujeito-focal (Altmann, 1993), com foco nas crianças que possuem irmãos abrigados.

As filmagens foram realizadas em dias e turnos diferentes. E como na maioria dos casos os irmãos se encontravam em dormitórios diferentes, as sessões foram feitas nas áreas do abrigo que possibilitavam interações. No entanto ressalta-se que muitas vezes as sessões se iniciavam em um espaço e terminavam em outro.

Após a realização das filmagens, foi feita a transcrição dos episódios interativos e posterior categorização.

2.5.5. Análise dos dados

2.5.5.1. Análise dos dados do formulário

Foram computadas as informações dos irmãos no abrigo para cada um dos eixos do formulário: identificação das crianças e processo de institucionalização, não sendo utilizadas as informações acerca da condição de saúde da criança, e a partir daí foram apresentados os casos dos grupos de irmãos.

2.5.5.2. Análise dos dados observacionais

Para a análise dos dados observacionais foi feita a transcrição das sessões, elegendo os episódios interativos, entendidos como contato entre duas ou mais crianças, em que se pode identificar um emissor e um receptor da ação interativa. Foram registradas as crianças envolvidas no episódio especificando seu papel como emissor ou receptor da ação.

Os episódios interativos foram classificados de acordo com Carvalho e Moraes (1987) em interações emitidas e interações recebidas, de acordo com o papel da criança na interação. Assim, para cada criança identificou-se: 1) a frequência de interações por parceiro e no total

de parceiros; 2) o tempo de interação; e 3) o número de crianças com quem interagiu. As informações referentes à frequência de interação por parceiro e o número de parceiros de interação, bem como o tempo dispensado nas interações foram dispostos em quadros e de sociograma para os quatro grupos de irmãos.

Após a definição dos parceiros preferenciais de interação, foi realizada a transcrição das sessões de observação e o conteúdo das interações foi agrupado em categorias, utilizando-se as categorias de Lopes (2007), de forma modificada e a categoria 'busca proximidade' de Cavalcante (2008), comparando-se as interações entre os irmãos e não-irmãos, coetâneos e não-coetâneos.

1 – Afeto: foram incluídas nessa categoria as interações que expressam comportamento do tipo fazer carinho no outro. Os tipos mais comuns são: abraçar, beijar e afagar.

Exemplo: “No refeitório, durante o jantar, I2 (menino, quatro anos) está sentado ao lado da irmã (I1, menina, quatro anos), e entre uma colherada de comida e outra, abraça com as duas mãos a irmã e dá vários beijos em seu rosto”.

2 – Conflito: foram incluídas nessa categoria as interações que expressam comportamentos do tipo chutar, bater ou empurrar o outro em situações envolvendo disputa de pessoas, lugares ou objetos.

Exemplo: “No barracão, durante atividade realizada por um grupo da igreja, I5 (menino, quatro anos) caminha pelo barracão, mas é impedido por C12 (menina, quatro anos) de passar. I5 bate duas vezes no braço de C12, que começa a chorar. I5 se afasta e continua caminhando”.

3 – Compartilhamento: foram incluídas nessa categoria as interações que expressam comportamentos de dividir brinquedos, alimento, material escolar ou outro objeto.

Exemplo: “No barracão, durante atividade desenvolvida por um grupo da comunidade, I7 (menino, seis anos) está sentado na mesa ao lado de C16 (menino, seis anos), que está

comendo uma manga. I7 olha o menino comer a manga e lhe pede um pedaço. C16 divide sua fruta com I7, dando-lhe na boca.”

4 – Cooperação: foram incluídas nessa categoria as interações que expressam comportamento do tipo ajudar o outro quando ele necessita, através do apoio emocional, cognitivo e social.

Exemplo: “No barracão, em momento de brincadeira livre, C26 (menino, seis anos) constrói uma torre com peças de lego. I5 (menino, quatro anos) se aproxima e vai pegando as peças espalhadas pelo chão e entregando a C26”.

5 – Competição: foram incluídas nessa categoria as interações que expressam comportamento do tipo comparar para ver quem tem o melhor sapato, brinquedo ou material escolar, disputar através de jogos.

Exemplo: “No corredor dos dormitórios, I9 (menino, cinco anos) está empurrando um carrinho com I4 (menino, cinco anos) dentro. Os meninos encontram C16 (menino, seis anos) sendo empurrado por I7 (menino, seis anos) em outro carrinho. As duplas então travam uma disputa para ver quem chega primeiro ao final do corredor”.

6 – Similaridade de comportamentos: foram incluídas nessa categoria as interações que expressam comportamento do tipo imitar o outro em brincadeiras, conversas e posturas.

Exemplo: “No playground, durante uma brincadeira de esconde-esconde, I4 (menino, sete anos) dá um sorriso, bate palmas pulando e vai em direção a um poste e fica com os olhos fechados, encostado no poste, contando. I3 (menino, cinco anos) se aproxima e faz a mesma coisa que o irmão.”

7- Busca proximidade (Cavalcante, 2008): diz respeito aos meios utilizados pela criança para se manter próximo do parceiro. Envolve comportamentos como andar, correr, pular, pedalar, saltitar em direção ao parceiro; deitar, sentar-se perto; apontar, chamar ou voltar os braços; seguir ou andar do lado.

Exemplo: “No barracão, durante atividade livre, I4 (menino, sete anos) vai andando para frente e I3 (menino, cinco anos) vai saltitando atrás do irmão e segura na mão dele”.

Os dados do conteúdo das interações foram apresentados por meio de gráficos, somando-se as categorias para cada grupo de irmãos. Os gráficos comparam o conteúdo das interações entre irmãos e não-irmãos, do mesmo dormitório e dormitórios diferentes.

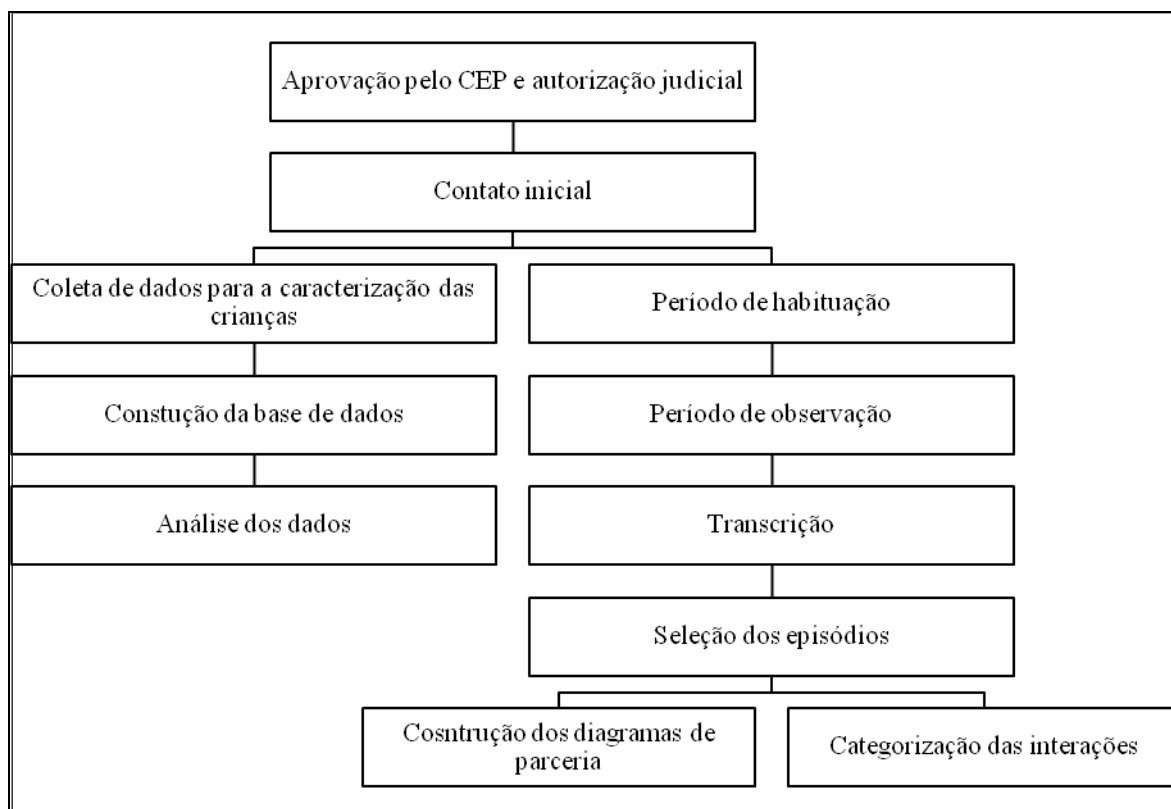


Figura 8. Diagrama esquemático do procedimento

Capítulo 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Afim de melhor visualizar os resultados e facilitar a discussão destes, este capítulo está apresentado em três seções. A primeira refere-se à caracterização dos grupos de irmãos, apresentando cada um dos grupos, seguida de uma discussão geral sobre as variáveis encontradas nos quatro grupos. Os dados apresentados nesta seção descrevem e analisam o perfil geral dos grupos de irmãos do EAPI. A segunda seção faz a análise do tempo e dos parceiros de interação, que identifica através de um sociograma o papel de emissor ou receptor da ação, o tempo de interação entre cada díade e o parceiro preferencial de interação. E por fim, a terceira seção apresenta o conteúdo das interações, estabelecendo comparações entre os irmãos, entre crianças do mesmo dormitório e de dormitórios diferentes.

3.1. Caracterização das crianças

3.1.1. Grupo 1

Este grupo é composto por quatro irmãos (três meninos e uma menina, sendo um menino de sete anos, outro de cinco e um casal de gêmeos de quatro anos), oriundos de uma família nuclear, composta por pai e mãe e mais cinco irmãos, que estão em outras instituições.

No tocante a situação sociofamiliar, o grupo tem como responsável legal os pais: a mãe possui 30 anos e não trabalha, já o pai tem 35 anos e é vendedor informal. Não há informações quanto à renda e ao grau de escolaridade dos pais. Antes do abrigamento as crianças moravam com a família biológica, em casa própria, com dois cômodos, de alvenaria e madeira, com saneamento básico, água encanada e energia elétrica.

Apresentaram como causas do abrigamento: abandono, negligência, pobreza, violência física e pai e mãe dependentes do uso de drogas. Foram encaminhados ao abrigo em 2007,

quando as crianças tinham seis meses (o casal de gêmeos), 17 meses e 41 meses de vida os dois meninos, permanecendo acolhidos por quatro meses. Após este período retornaram ao convívio familiar, e encaminhados novamente ao abrigo em maio de 2008, pelos mesmos motivos, sendo então destituídos do poder familiar e no momento da pesquisa aguardavam o processo de adoção.

Em relação ao tempo de acolhimento institucional, a tabela 2 apresenta dados comparativos do tempo total de abrigamento (primeiro e segundo abrigamento) em relação ao tempo de convívio familiar das crianças.

TABELA 2

Comparação entre o tempo de acolhimento e o tempo de convivência familiar do grupo 1.

Criança	Idade	Tempo de abrigamento	Convivência familiar
I1	4a	2a 10m	1a 2m
I2	4a	2a 10m	1a 2m
I3	5a	2a 10m	2a 4m
I4	7a	2a 10m	4a 2m

Durante o período em que estavam acolhidas, as crianças recebiam visitas do pai e da mãe a cada três meses e esporadicamente eram marcados encontros com os irmãos que se encontravam em outros abrigos. Geralmente estes encontros ocorriam em locais fora da instituição.

3.1.2. Grupo 2

O segundo grupo é composto por uma díade de irmãos (um menino e uma menina, de quatro e seis anos respectivamente). As crianças são oriundas de família monoparental, chefiada pela mãe e possuem mais oito irmãos, distribuídos em outras instituições de acolhimento e vivendo com outras pessoas da família extensa.

No que diz respeito à situação sociofamiliar, o grupo tem como responsável legal a mãe, que está desempregada e não possui renda fixa. Nos prontuários, as informações sobre idade e escolaridade estão ausentes. O paradeiro do pai das crianças é desconhecido e as duas crianças da pesquisa não possuem o nome do pai no registro civil. Antes do acolhimento, as crianças moravam com a mãe, em uma casa de alvenaria cedida, com três cômodos, com energia elétrica, sem água encanada e sem informações quanto ao saneamento básico.

No que tange ao processo de institucionalização, as crianças apresentaram como principais motivo o abandono, negligência e mãe com doença mental. As crianças foram encaminhadas ao abrigo em 2006, permanecendo acolhidos por quatro meses, retornaram ao convívio familiar e foram reacolhidos em 2007 pelos mesmos motivos, permanecendo na instituição até o momento da pesquisa. Durante o período de acolhimento, as crianças eventualmente recebiam visitas somente da mãe.

Os dados referentes ao tempo de abrigamento em comparação ao tempo de convivência familiar encontram-se representados na tabela 3.

TABELA 3

Comparação entre o tempo de acolhimento e o tempo de convivência familiar do grupo 2.

Criança	Idade	Tempo de abrigamento	Convivência familiar
I5	4a	3a 1m	9m
I6	6a	3a 1m	3a 6m

3.1.3. Grupo 3

Este grupo é composto por dois irmãos do sexo masculino (um de cinco e outro de seis anos). Os meninos são oriundos de família nuclear, com a mãe de 23 anos, sem escolaridade, trabalha apenas em casa e não possui renda; o pai tem 44 anos, analfabeto, trabalha como autônomo e possui renda inferior a um salário mínimo.

No que se refere à situação sociofamiliar, as crianças moravam em casa cedida na periferia de Belém, de madeira, composta por apenas um cômodo, com acesso a energia elétrica e sem água encanada e saneamento básico. As causas para o abrigo estão relacionadas à violência física, pais dependentes de álcool e drogas e a mãe portadora de doença mental.

Os meninos foram encaminhados ao abrigo quando tinham um ano e seis meses e dois meses de vida, respectivamente, e permanecerem na instituição até o término da pesquisa. Durante o período de acolhimento eles não receberam visitas de nenhum familiar ou outra pessoa. As crianças foram destituídas do poder familiar e estavam aguardando processo de adoção.

Com relação ao tempo de acolhimento, a tabela 4 apresenta dados comparativos do tempo de acolhimento institucional do grupo 3 em relação ao tempo de convivência familiar.

TABELA 4

Comparação entre o tempo de acolhimento e o tempo de convivência familiar do grupo 3.

Criança	Idade	Tempo de abrigo	Convivência familiar
I7	6 a	4a 10m	1a 6m
I8	5 a	4a 10m	2 m

3.1.4. Grupo 4

O grupo 4 é composto por dois irmãos (um menino e uma menina), com seis e três anos respectivamente. As crianças possuem mais uma irmã (quatro anos), que foi acolhida com os outros dois, mas foi encaminhada à outra instituição de acolhimento pois apresentava atraso considerável ao desenvolvimento neuropsicomotor.

Antes do acolhimento as crianças eram oriundas da família extensa. O menino morou com a avó paterna até os três meses de vida depois foi dado à uma amiga da avó, que criou as três crianças. A mãe possui 23 anos e não se tem informações sobre sua escolaridade, renda e

profissão. O pai tem 19 anos e está preso. A responsável pelas crianças era a amiga da avó paterna que trabalhava como empregada doméstica e tinha renda mensal de um salário mínimo. No que se refere às condições de moradia, as crianças moravam na periferia de Belém, em casa própria, mas não existem registros sobre as condições de abastecimento de água e luz e saneamento básico, bem como o número de cômodos e de pessoas residentes na casa.

Os motivos do acolhimento institucional estão relacionados ao abandono, negligência, pobreza e pai presidiário. As crianças foram encaminhadas ao abrigo em 2009, permanecendo acolhidos até o término da pesquisa. Durante o período de acolhimento, as crianças recebiam visitas esporádicas da amiga da avó paterna que estava requerendo judicialmente a guarda.

A tabela 5 apresenta a comparação entre o tempo de acolhimento institucional das crianças e do tempo de convivência familiar.

TABELA 5

Comparação entre o tempo de acolhimento e o tempo de convivência familiar do grupo 4.

Criança	Idade	Tempo de abrigamento	Convivência familiar
I9	5a	1a 9m	3a 3m
I10	3a	1a 9m	1a 4m

Discussão dos casos

Dos casos descritos, nota-se que as crianças eram oriundas em sua maioria da família biológica, com exceção do último grupo, do qual as crianças vinham da família extensa¹. Estes achados corroboram com o estudo de Cavalcante (2008), que detectou, em Belém, que do total de 287 crianças de zero a seis anos em acolhimento institucional, 93,73% eram oriundas

¹ Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (Lei n. 12.010, 2009).

da família biológica, tanto da nuclear como da família extensa, onde 66,91% das crianças viviam em comunidades formadas pelos pais, majoritariamente pela mãe.

As mudanças sofridas na estrutura familiar da sociedade atual, com famílias separadas, recompostas, com filhos de diferentes uniões, pais separados, famílias chefiadas por mulheres, fazem com que pessoas diferentes passem a assumir ou compartilhar o cuidado das crianças e adolescentes. No caso das crianças que vivem nas periferias dos centros urbanos, mesmo com suas famílias biológicas, em virtude da carência de equipamentos sociais e culturais as crianças passam boa parte do tempo livre em companhia de seus pares e irmãos, substituindo em grande parte as trocas afetivas e emocionais com os pais (Almeida, Maehara & Rossetti-Ferreira, 2011).

Levando-se em consideração que o acolhimento institucional está muitas vezes associado às condições de pobreza, abandono e negligência (Cavalcante, 2008; Serrano, 2008; Silva, 2004; Yunes, Miranda & Cuello, 2004), isto é, fatores ligados às condições família, as crianças quando acolhidas trazem consigo uma vivência que fez com que os irmãos ocupassem um lugar importante em suas vidas (Almeida, Maehara, Rossetti-Ferreira, 2011).

Na pesquisa realizada por Almeida (2009), com ênfase na perspectiva da criança sobre sua rede de relações, as crianças apontaram que as pessoas mais importantes para elas são os membros da família, sendo a mãe, o pai e os irmãos os únicos desenhados pela maioria das crianças. Esta fato aponta para os membros da família nuclear como as figuras mais significativas para as crianças, mostrando a importância da manutenção da convivência familiar para a criança.

Apesar da pobreza ser encontrada em todas as crianças do universo pesquisado, esta condição não constitui, isoladamente, o principal fator para o acolhimento institucional. Os motivos que levaram ao acolhimento foram principalmente o abandono e a negligência

(ambos presentes em oito das 10 crianças), violência física (6) pai e/ou mãe usuários de álcool e/ou drogas (6), pai e/ou mãe portadores de doenças mentais (4) e pai presidiário (2).

Os achados deste estudo se assemelham aos resultados de Serrano (2008), que encontrou em quatro abrigos que atendiam crianças de zero a seis anos, em Ribeirão Preto, os motivos de abrigamento relacionados à negligência (41%), seguido de falta temporária de condições (23,6%), abandono (21,3%) e outros motivos (21,3%). A soma de motivos ligados a vitimização é de 18,1%. Houve a entrega da criança para alguma instituição (Conselho Tutelar, Poder Judiciário ou abrigo) em 6,2% casos e 1,5% das crianças foram devolvidas por família substituta.

Já a pesquisa de Carreirão (2005), em Florianópolis, mostrou que a maioria dos grupos de irmãos foram acolhidos devido dependência química dos pais, seguida de negligência, distúrbios psiquiátricos dos pais, uso dos filhos na mendicância, prática de sexo na frente dos filhos, maus tratos, abandono, desemprego dos pais, dificuldade financeira, dentre outros, sendo que na maioria dos casos houve a sobreposição de mais de um fator de risco. De maneira semelhante Cavalcante (2008) ao realizar um estudo no mesmo abrigo desta pesquisa, no período de 2004 a 2008, revelou a negligência e o abandono como principais causas para o abrigamento.

No entanto, tanto os dados desta pesquisa quanto daqueles encontrados por Carreirão (2005), Cavalcante (2008) e Serrano (2008) divergem daqueles encontrados na pesquisa realizada pelo IPEA (Silva, 2004), onde o principal motivo para o abrigamento foi a pobreza (24,2%). Apesar da pobreza ser encontrada em todos os grupos de irmãos, esta não é causadora da vitimação das crianças e adolescentes, mas mostra que, ao aumentar a vulnerabilidade social das famílias, a pobreza pode potencializar outros fatores de risco, contribuindo para que crianças e adolescentes mais pobres tenham mais chances de ter incluídos na sua trajetória de vida episódios de abandono, violência e negligência.

Outro achado interessante refere-se ao fato de que a maioria das crianças possui mais irmãos fora do abrigo, que se encontram em outra instituição de acolhimento por não se enquadrarem na faixa etária da instituição, ou ainda no último caso, por apresentar situação de saúde que merece atenção especial. Esta situação descumpra os princípios do ECA, que prevê a convivência familiar e comunitária e o não-desmembramento dos grupos de irmãos.

Estes resultados corroboram com os estudos de Carreirão (2005), que encontrou que as instituições de acolhimento em Florianópolis não conseguem cumprir o princípio estatutário do não-desmembramento dos grupos de irmãos. Dos 41 grupos encontrados, 10 grupos, totalizando 39 membros, foram separados por instituições, sendo que destes, 27 ficaram com pelo menos um irmão no mesmo abrigo e 12 se encontravam sós em outra instituição. Os 31 grupos restantes (72 membros) foram mantidos com seus irmãos na mesma instituição. Já em Ribeirão Preto, Almeida (2009), ao investigar a rede de relações de crianças com irmãos em acolhimento institucional, identificou a presença de irmãos acolhidos em instituições diferentes de acordo com o sexo e ainda crianças que continuavam no seio familiar.

Sobre o assunto, Silva e Mello (2004) afirmam que os programas de abrigo devem evitar especializações e atendimentos exclusivos a determinadas parcelas da população infanto-juvenil, como adotar faixas etárias muito estreitas, atender exclusivamente portadores de necessidades especiais ou de HIV, ou divisão por sexo, dentre outros. Caso haja necessidade de atenção especializada, esta deve ser proporcionada por meio da articulação com outros serviços públicos ou ainda da adaptações no espaço e no abrigo.

Compreende-se ainda que o acolhimento de ambos os sexos e faixas etárias diferentes além de contribuir para o cumprimento do princípio do não-desmembramento dos grupos de irmãos previsto no estatuto, promove a construção da identidade das crianças e adolescentes abrigados, uma vez que a convivência com crianças em faixas etárias e sexos diferentes favorece o estímulo mútuo e o melhor aproveitamento das atividades educacionais, onde os

mais velhos estimulam a independência e o desenvolvimento das crianças mais novas, assim como ocorre em uma família com filhos em diferentes faixas etárias (Bronfenbrenner, 1979/1996; Silva & Mello, 2004).

O direito à convivência familiar e comunitária é assegurado na Constituição Federal (1988) em seu artigo 227, enfatizado no ECA (Lei n. 8.069, 1990) e priorizado na Lei 12.010 (2009), e é entendido como o direito de se viver com os membros do grupo familiar sob a proteção de pais responsáveis, bem como de participar da vida da localidade onde a família se insere. No que se refere aos grupos de irmãos estende-se este direito àqueles irmãos que se encontram sob medida de proteção em regime de abrigo, entendendo que mantê-los juntos em um mesmo local, em condições para que construam ou para que mantenham seus laços familiares é uma das formas para se preservar este direito.

Considera-se assim, que a organização da estrutura e da rotina da instituição, pautada na faixa etária das crianças, pouco privilegia a manutenção ou desenvolvimento dos vínculos afetivos entre grupos de irmãos. Assim, para que o reordenamento ocorresse, isto é, para que as condições contextuais fossem favoráveis ao desenvolvimento, seriam necessárias diversas alterações na instituição, como: divisão das crianças em unidades pequenas de acolhimento, em caráter residencial, com poucos integrantes, onde os irmãos fossem acolhidos em uma mesma casa e a convivência entre eles fosse garantida; participação em atividades comunitárias; atendimento personalizado; acolhimento de crianças de ambos os sexos e diferentes faixas etárias em uma mesma residência, dentre outros.

Outro fator que merece destaque é o número de reincidentes, isto é seis das 10 crianças pesquisadas retornaram a família de origem e continuaram sendo submetidas às situações de risco, necessitando ser acolhidas novamente. Esta é uma questão que merece atenção especial, uma vez que se questiona de que maneira está sendo feito o acompanhamento dos egressos e por que eles estão retornando às instituições de acolhimento.

As orientações técnicas para o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS], 2009) propõem que as ações por parte dos profissionais da equipe técnica das instituições devem se iniciar desde o momento do acolhimento, tendo como objetivo proporcionar a conscientização por parte da família de origem dos motivos que levaram ao afastamento da criança e/ou do adolescente e das conseqüências que podem resultar do fato. Esta conscientização é fundamental para que sejam desenvolvidas ações que contribuam para a superação de situações adversas ou padrões violadores que possam ter levado ao afastamento.

As ações devem continuar mesmo após a reinserção familiar para que ocorra um período de adaptação de pelo menos seis meses entre a criança e/ou adolescente e a família, sendo avaliada a necessidade da continuidade do acompanhamento. Segundo as orientações técnicas (CONANDA & CNAS, 2009), durante o período de acolhimento institucional ocorrem mudanças em cada um dos membros, podendo haver um descompasso entre expectativas construídas e realidade, o que pode gerar aos integrantes da família insegurança e conflitos na relação devido à necessidade de readaptação da rotina e regras familiares. Torna-se necessário, assim, que ocorra de fato um acompanhamento eficiente por parte da equipe do abrigo e do poder judiciário a fim de evitar reincidência.

Uma questão que merece discussão refere-se às mudanças presentes na nova lei de adoção (Lei n. 12.010, 2009) que afirma que o tempo máximo de permanência nas instituições de acolhimento é de dois anos. Contudo, embora o tempo deva ser um eixo central, as decisões não podem ser prematuras ou tomadas de modo precipitado. Quando isso ocorre sem uma preparação adequada da criança, do adolescente e da família, a reintegração familiar pode ser conflituosa e acabar resultando em um novo afastamento do lar de origem. Este fato mostra que além de um acompanhamento pós-abrigamento eficaz, são necessárias

políticas públicas mais eficientes, sobretudo no aspecto social, que garanta condições para que as situações de risco sejam resolvidas e a criança seja educada e criada pela sua família biológica.

Sobre o assunto Oliveira (2006) refere que os motivos para o (re)abrigamento parecem estar relacionados à precariedade de políticas públicas que atendam às múltiplas demandas dessa população. A autora considera que o investimento em políticas de maior amplitude, direcionadas à habitação, à saúde, à educação e ao trabalho, contribuiria para que grande parte das crianças e adolescentes em acolhimento institucional permanecesse na sua família.

No tocante aos laços familiares, os dados indicam um número acentuado de crianças que não recebem visitas da família, vizinhos ou amigos, corroborando com os achados do IPEA (Silva, 2004), onde apenas 58,2% das crianças recebem visitas e com a pesquisa de Serrano (2008), quando este percentual cai para 55%.

Na instituição pesquisada, as visitas das crianças são agendadas pelo setor técnico, com a estipulação dos dias, horários e duração. Nos finais de semana, as visitas ocorrem somente se for combinado com antecedência com o técnico responsável pelo caso. Avalia-se, então, que este procedimento não favorece a convivência familiar, que é assegurada por lei.

A viabilização do contato entre o abrigado e a família é direito das crianças e dos adolescentes e esse contato deve ser favorecido e estimulado tanto pelo abrigo, como por aqueles que intermediaram o abrigamento, como as Varas da Infância e da Juventude e os Conselhos Tutelares. Assim, o argumento de que o estímulo e a facilitação das visitas é a forma imediata de atender ao princípio de preservação dos vínculos familiares após o abrigamento, sendo desejável que exista flexibilidade diante das necessidades das famílias e das crianças.

Este argumento é reforçado por estudos de Guará (2006) e Oliveira (2006), ao enfatizarem que os horários de visita flexíveis ajudam as famílias que sentem muitas vezes

culpadas ou penalizadas pelo acolhimento dos filhos. A aproximação entre família e criança acontece ao garantir à família as visitas, o tempo permitido a elas e uma acolhida agradável. Assim, para que as instituições de acolhimento sejam fator de proteção ao desenvolvimento da criança, a relação entre a criança e a família, incluindo os irmãos deve ser resguardada e estimulada, garantindo o direito à convivência familiar, bem como garantir uma rede de apoio social e afetivo eficazes, proporção educador-criança adequada, participação na comunidade e intercâmbio com a escola, minimizando o sofrimento das crianças em acolhimento institucional e os danos ao desenvolvimento (Abaid et al., no prelo; Siqueira & Dell’Aglia, 2006).

Ainda sobre a convivência familiar, ao se comparar o tempo de convivência familiar com o tempo de acolhimento institucional, os resultados mostraram que sete das dez crianças investigadas possuíam maior tempo de abrigo do que em convivência com sua família biológica, mostrando que o abrigo, tal como a família, vem funcionando como contexto abrangente para o desenvolvimento humano, nos primeiros anos de vida, conforme apontado por Bronfenbrenner (1979/1996).

O levantamento nacional realizado pelo IPEA constatou que as crianças e os adolescentes estão nos abrigos durante um período que varia de sete meses a cinco anos (55,2%), e a parcela mais significativa (32,9%) está lá por um período que varia de dois a cinco anos (Silva, 2004). Em São Paulo, 37,2% estão há até dois anos no abrigo e 52,9% permanecem no local por um período acima de dois anos e um mês. Além disso foram encontrados adolescentes institucionalizados há 18 anos (Oliveira, 2006).

As consequências decorrentes do processo prolongado de institucionalização são muitas e tem considerável impacto no desenvolvimento da criança. A pesquisa de Ribeiro e Ciampone (2002) apontou que as crianças acolhidas por longos períodos em instituições

tiveram prejuízos na capacidade de situar-se no tempo e no espaço, uma vez que elas não sabiam precisar o dia da semana, o tempo que estavam no abrigo e nem não sabiam referir sua idade na ocasião de seu ingresso. Já Siqueira et al. (2010) encontraram dificuldades de adolescentes para realizar atividades cotidianas básicas, como fritar um ovo, comprar um café e lidar com os desafios da vida.

O princípio da excepcionalidade e provisoriedade da medida de acolhimento institucional como proteção especial às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social cujos direitos tenham sido desatendidos e violados, bem como o direito à convivência familiar e comunitária, previstos no ECA, vem sendo desrespeitados, uma vez que, no presente estudo, as crianças têm o abrigo como seu lar, passando a maior parte da vida em acolhimento e afastado do convívio familiar, tanto dos pais e família de um modo geral, que pouco ou nada visita as crianças, como pelos irmãos que estão separados pelo critério da idade.

De acordo com a Lei n. 12.010 (2009):

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

Conforme as alterações do ECA, passa a haver um mecanismo de controle periódico das autoridades sobre as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, reavaliando permanentemente os casos, reafirmando, assim, o caráter transitório da medida de abrigamento, que deve ser aplicada como a última das alternativas para a proteção da criança ou adolescente em situação de violação de seus direitos.

O outro inciso se refere ao tempo máximo de duração da institucionalização e da justificativa quando este tempo for ultrapassado, garantindo que a criança tenha o direito de viver em uma família, biológica ou substituta e não tenha o abrigo como moradia, como foi identificado nesta pesquisa. No entanto, na prática, percebe-se um descompasso entre a legislação e a realidade dos abrigos, e mesmo mais de vinte anos após a implantação do ECA, muito ainda precisa ser feito para que seja garantida de fato a convivência familiar, incluindo-se os grupos de irmãos.

3.2. Os parceiros de interação

Nesta seção serão apresentados os parceiros de interação de cada criança, definindo o seu parceiro preferencial, sua atitude como emissor ou receptor da ação e o tempo de interação dispensado com cada parceiro. A figura 9 mostra a frequência de interação de cada um dos 10 sujeitos-focais por parceiro, identificando as Interações Emitidas (IE) e as Interações Recebidas (IR) de cada membro dos grupos de irmãos. As partes assinaladas em vermelho mostram as interações entre os membros nos grupos de irmãos. Posteriormente apresenta-se um quadro (figura 10) com os dados referentes ao tempo de interação dos irmãos com os seus pares.

		INTERAÇÕES POR CRIANÇAS																			
		I1		I2		I3		I4		I5		I6		I7		I8		I9		I10	
		IE	IR	IE	IR	IE	IR	IE	IR	IE	IR	IE	IR	IE	IR	IE	IR	IE	IR	IE	IR
PARCEIROS	I1			9	12			2	1	2	2										
	I2	3	3											5	2						
	I3							5	5			0	1			0	2	3	2		
	I4			4	0	11	9														
	I5	0	1									4	1	1	0			1	1		
	I6	0	1					0	3	2	0										
	I7							0	1	2	0	5	4					1	3		
	I8															1	0	0	1		
	I9					3	1			2	0					1	0				
	I10	0	2																		
	C11	0	2					0	1							0	4	0	1		
	C12	0	2							2	0					0	1			1	0
	C13	1	2	1	0											1	0				
	C14	1	0	3	0																
	C15	1	0							1	0	9	6			2	1				
	C16	0	1			1	0			0	1	0	1	4	5			1	0		
	C17	0	2	0	1	4	0							0	1	0	2	6	2		
	C18			1	0					1	0									2	5
	C19			0	1																
	C20							2	2	3	0	1	0	4	3						
	C21							1	0			3	1								
	C22									1	0									2	1
	C23									1	0									2	4
	C24									4	2			1	2						
	C25									2	0										
	C26									3	0			11	1			1	0		
	C27									1	0									1	2
	C28											0	3	2	2						
	C29													1	0			1	0		
	C30															4	3				
	C31																	0	1		
SUBTOTAL	6	1	1	1	1	1	1	1	2	5	2	1	2	1	9	1	1	1	8	1	
TOTAL	20		32		29		23		32		39		45		21		25		20		

Figura 9. Frequência de interação dos sujeitos-focais.

A seguir, por meio de um sociograma clássico, apresenta-se a rede de relações destas crianças. Os meninos são representados por um triângulo e as meninas por um círculo,

contendo em seu interior o código dado a cada uma das crianças envolvidas nos episódios interativos. A primeira interação é representada por uma seta simples, duas ou mais interações por uma seta espessa, sinalizando uma preferência mais nítida ou acentuada; interações recíprocas são representadas por setas com duas pontas e interações não recíprocas por uma ponta que indica o alvo da preferência.

Ao analisar as interações dos irmãos com seus pares, identificou-se no grupo 1, composto pelos irmãos I1, I2, I3 e I4, um total de 104 episódios interativos, sendo que em mais de a metade destes (64) as interações ocorreram entre os irmãos. Em 32 episódios os parceiros foram crianças do mesmo dormitório e em oito episódios estiveram presentes crianças de dormitórios diferente. Assim, as crianças do grupo 1 possuem maior número de interações com seus irmãos, atuando tanto como emissores quanto como receptores das ações. Entre os irmãos gêmeos (I1 e I2) foram computados, no total, 27 episódios interativos e entre I3 e I4 foram identificados 34 episódios, frequência superior às interações desenvolvidas com outros parceiros, inclusive do mesmo dormitório. Todas as crianças (I1, I2 e I3) procuraram o irmão mais velho (I4) para interação. É possível perceber que com exceção de I3 que interagiu apenas com I4, as demais crianças do grupo 1 apresentaram interações com todos os seus irmãos.

No grupo 2, formado pelos irmãos 5 e 6, identificou-se que as crianças apresentaram 71 episódios interações, sendo 7 com seus irmãos, no entanto a prevalência das interações foi com outras crianças, do mesmo dormitório (47 episódios), predominantemente do mesmo sexo, com não-coetâneos foram registrados 17 episódios.

O grupo 3 apresentou 67 episódios interativos, sendo predominante as interações entre pares coetâneos (48 episódios), seguida de interações com não-coetâneos (18 episódios). Foi observado somente um episódio interativo com o irmão. Entre os parceiros coetâneos prevaleceram as interações com crianças do mesmo sexo.

O grupo 4 apresentou 45 episódios interativos, não sendo identificadas interações entre os irmãos. A maior frequência de interação foi entre coetâneos (36), havendo um equilíbrio entre as interações emitidas e recebidas, enquanto que as interações envolvendo parceiros não-coetâneos foi de 9 episódios. Nota-se que a criança I10 interagiu apenas com crianças do mesmo dormitório, de ambos os sexos, atuando tanto como emissor quanto como receptor.

		TEMPO DE INTERAÇÃO									
		I1	I2	I3	I4	I5	I6	I7	I8	I9	I10
PARCEIROS DE INTERAÇÃO	I1		15'		1'30"	2'					
	I2	5'						5'			
	I3				5'		30"		1'	6'	
	I4		2'	11'30"							
	I5	30"					2'30"	30"		1'	
	I6	30"			1'30"	1'30"					
	I7				30"	1'	5'30"		30"	2'	
	I8									30"	
	I9			4'		1'			30"		
	I10										
	C11	1'			30"				2'	30"	
	C12	1'				2'30"			30"		30"
	C13	30"	30"						30"		
	C14	30"	2'								
	C15	30"				30"	8'30"		2'30"		
	C16	30"		1'		30"	30"	9'30"		30"	
	C17	1'	30"	2'				30"	1'	4'30"	
	C18		30"			30"					4'
	C19		30"								
	C20				1'30"	1'30"	30"	4'			
	C21				30"		3'				
	C22					30"					1'30"
	C23					30"					3'
	C24					4'30"		1'30"			
	C25					1'					
	C26					3'		7'		30"	
	C27					30"					1'
	C28						1'30"	3'			
	C29							30"	5'30"	30"	
	C30										
	C31									30"	
TOTAL	13'	21'	18'30"	11'	19'	22'30"	31'30"	14'	17'30"	10'	

Figura 10. Tempo de interação com os parceiros por sujeito-focal.

No que diz respeito ao tempo dispensado nas interações entre os irmãos e seus pares, a figura 10 apresenta o tempo de interação dos 10 sujeitos-focais por parceiro de interação. As crianças em destaque correspondem aos parceiros com os quais houve maior tempo de interação.

A partir dos dados construiu-se uma representação sociométrica das interações entre as crianças do grupo 1, quando este grupo era o focal, conforme apresentado na figura 11. Foram representadas apenas as crianças com as quais os sujeitos-focais interagiram por mais de 30 segundos.

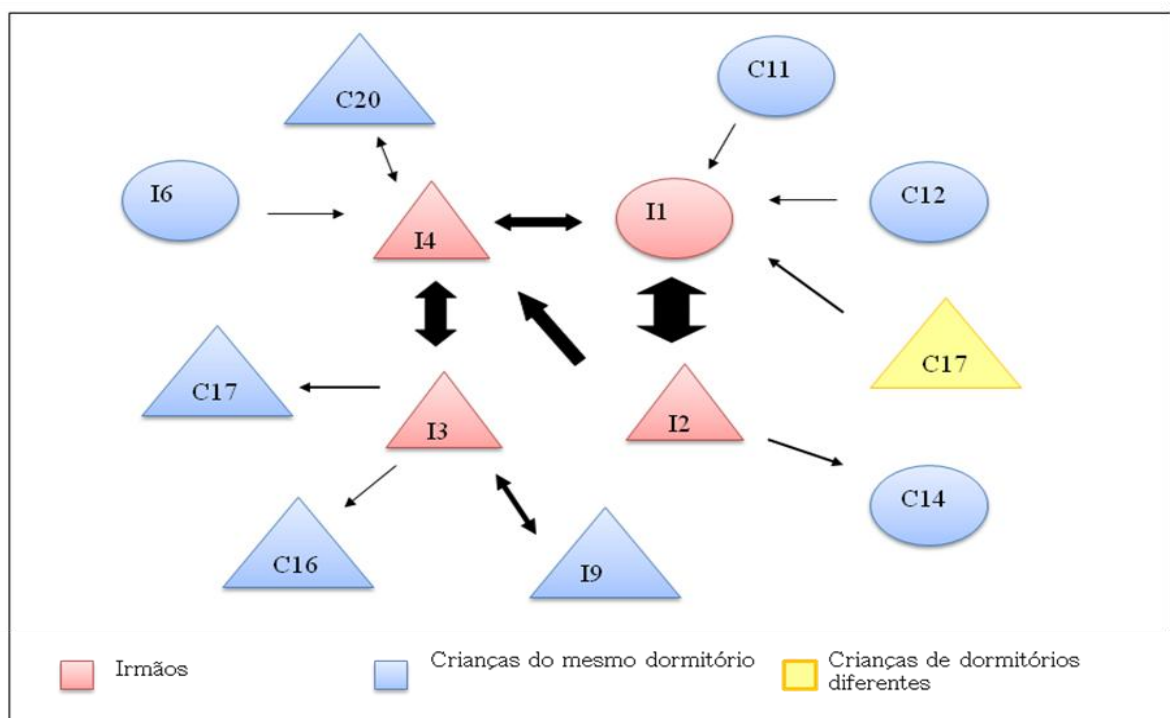


Figura 11. Representação do grupo 1 de irmãos, pela rede de parceira preferencial.

A partir da análise da figura 10, nota-se que os irmãos procuram interagir entre si no espaço do abrigo e que as interações ocorridas entre I1 e I2 foram em maior tempo e maior número, sendo este seu parceiro preferencial. Este resultado pode estar ligado ao fato de serem gêmeos e encontrarem-se no mesmo dormitório.

Nota-se uma diferença significativa de interação entre os irmãos que estão no mesmo dormitório e os que estão em dormitórios diferentes, no que se refere ao tempo e à frequência de interação. E ainda, foi observado um tempo maior de interação entre I3 e I4, que apesar de se encontrarem alojados em dormitórios diferentes, quando tinham a possibilidade de estarem em atividades em conjunto entre os dormitórios, foram observados juntos.

Verificou-se ainda que I4, o irmão mais velho, foi alvo das interações de todos os irmãos, sendo recíproco aos irmãos I1 e I3. Neste grupo as crianças interagiram predominantemente com o irmão, seguido de crianças do mesmo dormitório.

Apesar da dinâmica institucional pouco favorecer a interação entre os irmãos, uma vez que eles são divididos em dormitórios de acordo com a faixa etária, e as atividades, como refeições, idas à brinquedoteca, atividades pedagógicas, são em sua maioria divididas de acordo com os dormitórios, os irmãos se procuraram bastante no espaço, e sempre que havia a possibilidade de estarem no mesmo ambiente, eles interagiam. Esta realidade não foi observada em I3 com relação aos irmãos I1 e I2.

A representação sociométrica do grupo de irmãos 2 está disposta na figura 12, que apresenta os principais parceiros de interação e as direções das ações dos irmãos, bem como identifica o parceiro preferencial de cada criança.

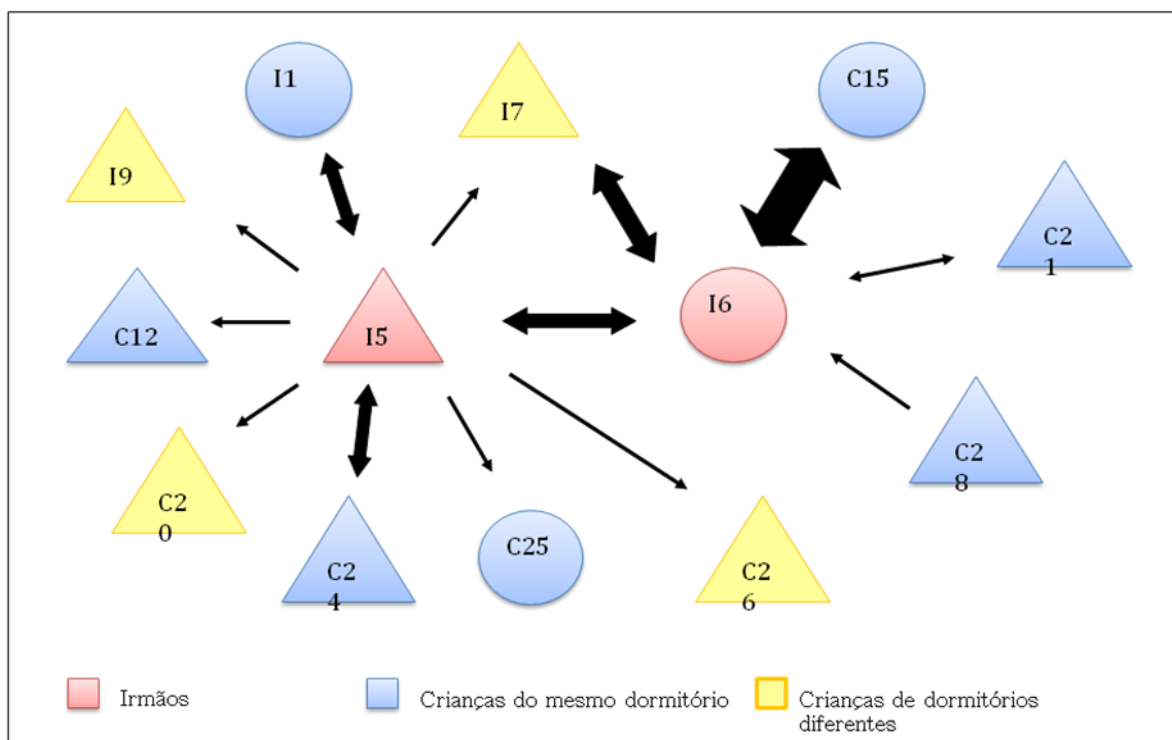


Figura 12. Representação do grupo 2 de irmãos, pela rede de parceira preferencial.

Na figura 12 observa-se que o parceiro preferencial de I5 foi uma criança do mesmo sexo e do mesmo dormitório (C24). Já I6 teve como parceiro preferencial uma menina do mesmo dormitório (C15). Este dado leva a reflexão de que as crianças irmãs, alojadas separadamente possuem maior tempo de convivência com crianças do mesmo dormitório do que com os irmãos, e muitas vezes os pares de maior convivência acabam se constituindo os parceiros preferenciais de interação. No entanto, verificou-se que a interação entre os dois irmãos é recíproca.

A figura 13 indica que os irmãos praticamente não interagem, observando-se apenas uma interação entre eles, por trinta segundos e sem reciprocidade. Ao analisar a figura, nota-se a prevalência de interação de I7 com meninos do mesmo dormitório, todas com reciprocidade, já o irmão I8 interagiu com meninos e meninas do mesmo dormitório. Novamente questiona-se o quanto a divisão das crianças em dormitórios por idade, separando os irmãos, fragiliza os laços fraternos.

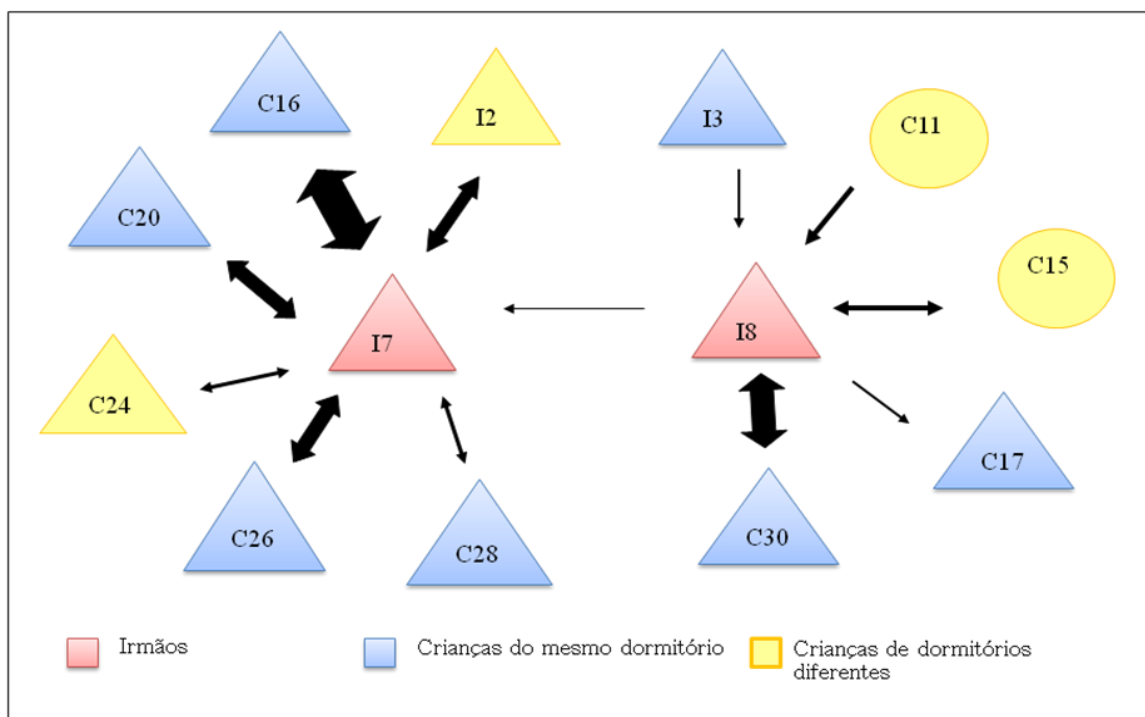


Figura 13. Representação do grupo 3 de irmãos, pela rede de parceira preferencial.

As interações entre os irmãos I9 e I10 encontram-se representadas na figura 14. Em função da diferença de idade entre I9 e I10, poucos foram os momentos em que eram realizadas atividades conjuntas entre os dormitórios das duas crianças, limitando, portanto as possibilidades de convivência entre os irmãos. Observa-se que os irmãos não apresentaram interações entre si. Nota-se ainda uma nítida preferência para a interação de I9 com I3 (menino, do mesmo dormitório), que por sua vez tinha predileção para interagir com seu irmão I4. No caso de I10 o parceiro preferencial foi C18, uma menina do mesmo dormitório.

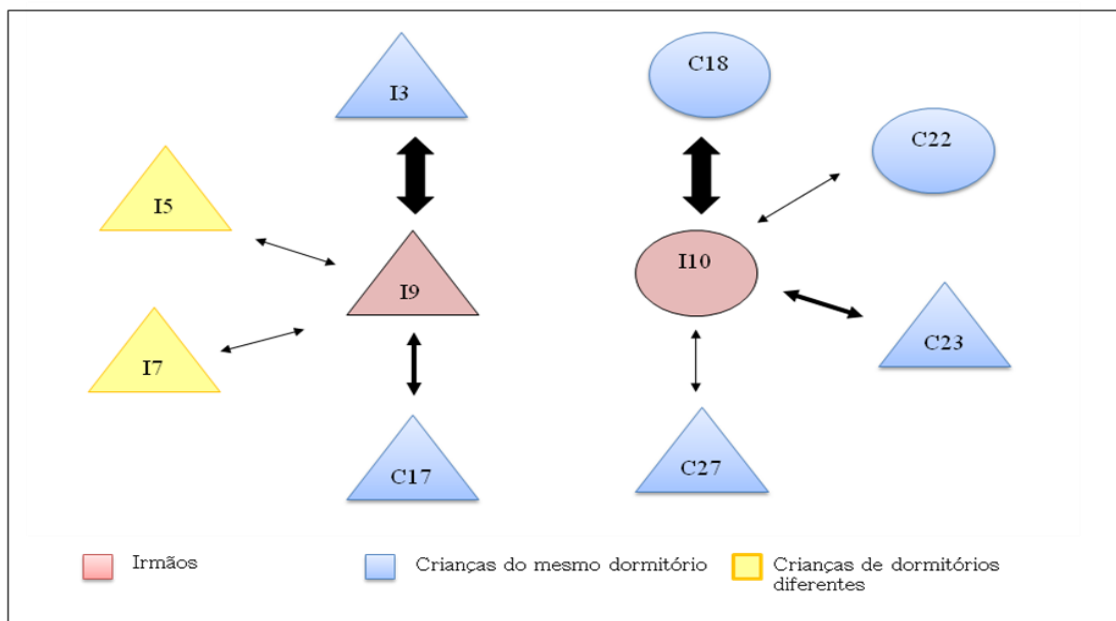


Figura 14. Representação do grupo 4 de irmãos, pela rede de parceira preferencial.

Discussão dos casos

Ao analisar o tempo de interação observou-se 178 minutos de interação entre pares das 10 crianças, do total dos seissentos minutos de observação. Levando em consideração que neste período (600 minutos) as crianças ora interagiram com adultos (educadores, membros da equipe técnica, estagiários e voluntários) ora não estavam em interação, o tempo de interação entre pares foi pequeno. Este fato merece atenção, pois embora a proporção educador-criança na instituição favoreça com que as crianças passem a interagir mais entre si do que com adultos, na prática, na maior parte do tempo ou elas interagem com adultos, ou não interagem.

Em vários casos observou-se a reciprocidade nas interações entre as crianças, de um modo geral, isto é, elas emitiram e receberam comportamentos da mesma criança durante os momentos de interação. Para Hinde (1997) a reciprocidade se caracteriza pela apresentação de comportamentos similares pelos participantes, simultaneamente ou de forma alternada, a

complementariedade refere-se a apresentação de comportamentos diferentes, que, contudo se complementam. O autor enfatiza que nenhum relacionamento é constituído somente de interações complementares ou recíprocas, mas de ambas, em diversas situações e contextos. Dessa forma, entende-se que o que os irmãos desenvolvem entre si e com as outras crianças são relações, recíprocas e complementares de naturezas diferentes.

No que tange ao tipo de parceira, os resultados revelaram que as crianças, na sua maioria, tiveram mais parceiros do mesmo dormitório, com exceção de I5 e I7, onde os parceiros foram mais os não-coetâneos e I9 que apresentou o mesmo número de parceiros do mesmo dormitório e de dormitórios diferentes. No entanto, ao se analisar o tempo despendido nessas interações verificou-se que, com exceção de I5, todas as crianças passaram mais tempo interagindo com seus pares coetâneos do que com não-coetâneos.

Carvalho (2000) considera que em instituições infantis, a convivência diária aproxima socialmente crianças e adultos, o que certamente cria condições favoráveis à expressão de afeto pelos cuidadores e à definição de preferência por determinado parceiro. Em contrapartida, a convivência intensa entre coetâneos também pode propiciar a emergência de relacionamentos que valorizam o contato físico íntimo e afetoso entre pares.

A interação entre pares coetâneos proporciona uma base de igualdade e reciprocidade e a criança é exposta a diferenças entre seu ponto de vista e do outro, sem que essas diferenças sejam atribuídas a posição ou conhecimento superiores do parceiro, assim a criança se desenvolve no sentido de identificar e confrontar pontos de vista diversos, bem como tais interações oferecem oportunidades para o desenvolvimento da capacidade de assumir papéis (Camaioni, 1980).

Um achado interessante refere-se ao fato de haverem crianças (I3 e I10) que só interagiram com outras do mesmo dormitório. Assim, acredita-se que a divisão das crianças por faixa etária nos dormitórios e a organização das atividades em função da idade são fatores

que prejudicam o desenvolvimento das crianças em acolhimento institucional, uma vez que, segundo Bronfenbrenner (1996/1979), as interações ocorridas entre adultos e crianças ou entre crianças de idades diferentes são de grande importância para o desenvolvimento sobretudo das menores, visto que o estabelecimento do equilíbrio de poder ajuda a pessoa em desenvolvimento a aprender a conceitualizar e a lidar com relações de poder diferenciais. O mesmo autor enfatiza ainda que uma situação ótima para a aprendizagem e desenvolvimento é aquela em que o equilíbrio do poder gradualmente é alterado em favor da pessoa em desenvolvimento. Assim, tanto as interações entre coetâneos, como aquelas entre pares não-coetâneos tem o seu valor na trajetória desenvolvimental infantil.

Na presente pesquisa nota-se que, apesar de terem irmãos acolhidos no mesmo abrigo, eles não correspondem a totalidade da fratria da família, e, muitas vezes esse contato com os irmãos não é proporcionado. Esta situação foi observada somente no grupo 1, em que eram proporcionadas situações de encontro entre os irmãos.

Os resultados mostraram ainda que de todos os grupos investigados, somente no grupo 1 houve predomínio de interações entre os irmãos, com tempo de interação bastante superior ao das demais crianças. Quando se analisa o número de interações, este também se mostrou bastante superior entre os irmãos. Esses dados corroboram com os achados de Serrano (2008), que em seu estudo ao caracterizar a situação de 258 crianças acolhidas por quatro diferentes abrigos em Ribeirão Preto, constatou que 78% das crianças, todas na faixa etária de zero a seis anos, têm irmãos. A preservação do vínculo entre eles esteve associada às seguintes condições: 1) terem sido abrigados juntos; 2) poderem retornar à família de origem juntos; 3) receberem visitas dos irmãos no abrigo; 4) passarem final de semana com a família e outras situações de encontro; e 5) se encontrarem mesmo estando em abrigos diferentes ou se verem na escola.

À semelhança dos resultados encontrados por Serrano (2008), no que diz respeito aos fatores contextuais que influenciam na manutenção do vínculo entre os irmãos, o presente estudo encontrou, no grupo ,1 um maior número de irmãos abrigados juntos (4), a presença de um casal de gêmeos no mesmo dormitório e o favorecimento de momentos de encontros com os outros irmãos acolhidos em instituições diferentes, além de os sujeitos-focais estudarem na mesma escola. Estes fatores contextuais podem ter favorecido uma maior interação entre os irmãos deste grupo, em comparação ao demais grupos de irmãos.

Verificou-se ainda que no grupo 1 o irmão mais velho (I4) foi alvo de interação de todas as demais crianças do grupo. Esse resultado se assemelha aos achados de Alexandre e Vieira (2004) que estudaram a relação de apego entre crianças institucionalizadas e procuraram demonstrar como nas relações de afeto e de cuidado estabelecidas os papéis desempenhados pelos irmãos mais velhos possuem significado específico e evidente importância para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo dos mais jovens. Em caráter complementar Baia-Silva (2006) considera que os irmãos mais velhos são importantes socializadores e transmissores da cultura aos irmãos mais novos. Os estudos de Brody, Stonerman e Mackinnon (1982) também sugerem diferenças no papel do irmão mais velho, que eram em sua maioria dominantes em relação aos mais novos, assumindo quase sempre papel de mando.

No grupo 2 destaca-se o fato de os irmãos apresentarem interações entre si, mas o tempo de interação entre coetâneos ainda foi superior àquele destinado ao irmão. Contudo, apesar da dinâmica institucional pouco favorecer o contato entre os irmãos, os momentos de possibilidade de interação com o irmão, quando estão no mesmo espaço, são aproveitados. Isso fica evidente quando se analisa o conteúdo das interações desenvolvidas entre os irmãos e as demais crianças.

Ao analisar o grupo 3 verifica-se que ocorreu apenas um episódio de interação entre os irmãos, com duração de trinta segundos. Houve um desprendimento do tempo de interação maior entre os parceiros coetâneos e do mesmo sexo do que com o irmão. No entanto chama a atenção o fato de destinar um tempo para interação com crianças de dormitórios diferentes, inclusive com conteúdo de afeto, e não destinar esse tempo para interagir com o irmão.

Neste caso, chama a atenção o fato de que os irmãos foram destituídos do poder familiar e estavam aguardando processo de adoção e, por se tratarem de irmãos, havia dificuldade de serem adotados conjuntamente, como prevê o ECA que prega o não desmembramento dos grupos de irmãos (Lei n. 8.069, 1990). Com a finalidade de cumprir os princípios estatutários, os irmãos foram mantidos na instituição por um longo período, no entanto a forma de organização da instituição não favoreceu com que eles estabelecessem laços afetivos e convivessem em família. Assim, questiona-se até que ponto o direito à convivência familiar e o não-desmembramento dos grupos de irmãos está sendo respeitado, uma vez que embora estivessem no mesmo abrigo, não foi estimulada a convivência entre eles. Para Carreirão (2005) a permanência dos irmãos em um mesmo programa de abrigo não implica, necessariamente, que se tornem referência mútua por serem tratados como grupo, e partilharem histórias de vida e de receberem apoio para se perceberem como irmãos.

Situação semelhante e ainda mais grave foi encontrada no grupo 4, onde não houve nenhuma interação entre os irmãos. Durante as sessões de observação foram raros os momentos em que os irmãos dividiam o mesmo espaço e, portanto, estavam disponíveis para a interação, no entanto, mesmo nesses momentos não houve interação entre eles.

A pesquisa realizada por Carreirão (2005) identificou que em vários casos os irmãos se encontravam acolhidos na mesma instituição, porém foram separados por unidades de programas em locais diferentes, o que não favorece a necessária frequência de contato entre eles. A autora encontrou ainda situação semelhante àquela encontrada na presente pesquisa,

no que se refere ao fato de as crianças são divididas nos quartos de acordo com a faixa etária, não sendo permitido aos irmãos de idades distintas dormirem juntos. A lógica institucional mostra-se assim prevaiente e deslocada dos interesses das crianças e adolescentes.

O documento ‘Orientações técnicas para o acolhimento de crianças e adolescentes’ (CONANDA & CNAS, 2009) traz em foco normas e diretrizes para que o acolhimento de crianças e adolescentes seja transitório, porém, reparador. Para isso dá ênfase na preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Segundo o documento, esses vínculos são fundamentais para fornecer condições para um desenvolvimento saudável, que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, não devem ser separados ao serem encaminhados para serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesses ou se houver claro risco de violência.

Os resultados desta pesquisa mostraram que os vínculos entre os irmãos, na maioria dos casos estão fragilizados em função da organização do abrigo e do tempo que essas crianças estão institucionalizadas, passando a conviver mais intensamente com os pares e não com seus irmãos.

Para as crianças e adolescentes que já se encontram afastados do convívio familiar, é particularmente importante preservar e fortalecer seus vínculos fraternos e de parentesco, o que pode contribuir para a formação de suas identidades, preservação da história de vida e referência familiar. Por esse motivo, é importante que os serviços de acolhimento estejam organizados de modo a possibilitar atendimento conjunto a grupos de irmãos ou de crianças e adolescentes com outros vínculos de parentesco, que podem ter faixas etárias distintas e ambos os sexos.

3.3. O conteúdo das interações

Esta seção apresenta o conteúdo das interações desenvolvidas entre as crianças (irmãos, crianças do mesmo dormitório e de dormitórios diferentes), com base nas categorias adaptadas de Lopes (2007): cooperação, conflito, compartilhamento, competição, similaridade de comportamentos e afeto, e também de Cavalcante (2008): busca proximidade. A apresentação foi feita para cada grupo de irmãos, somando-se as interações de cada criança-focal.

A figura 15 mostra a frequência absoluta das interações dos irmãos do grupo 1. Do total de 104 episódios interativos das crianças deste grupo com seus pares, 64 episódios se deram entre irmãos, havendo predominância das interações nas categorias busca de proximidade (20 episódios), afeto (16 episódios), seguido de cooperação (14 episódios) e similaridade de comportamento (7 episódios).

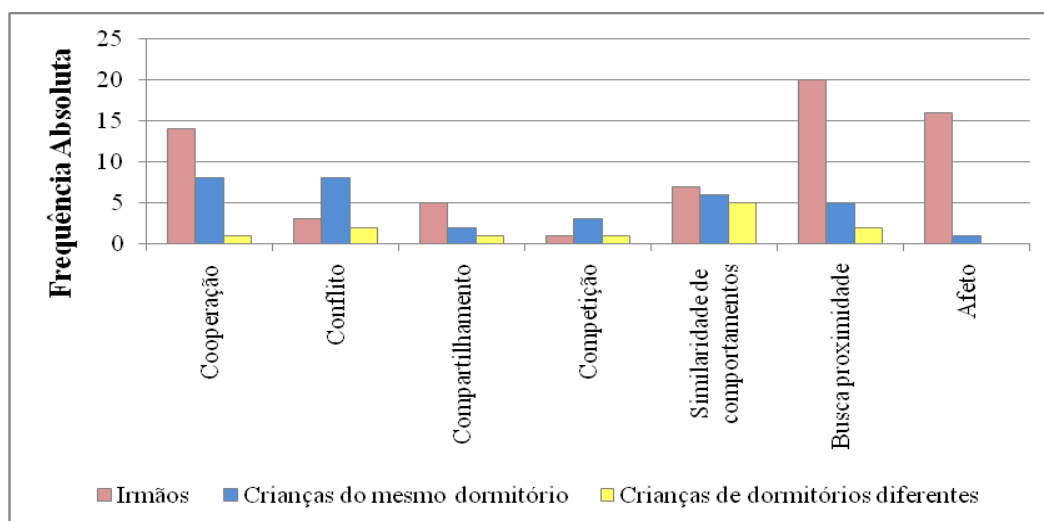


Figura 15. Frequência das categorias interacionais pelo tipo de parceria do grupo 1 (n=64).

Observou-se ainda que, neste grupo, as crianças interagem mais com os irmãos, seguida de interações com crianças do mesmo dormitório e por fim, com crianças de dormitórios diferentes, havendo diferenças com relação ao conteúdo das interações. Nas

crianças do mesmo dormitório predominaram as categorias de cooperação, conflito, busca de proximidade, com apenas uma ocorrência de afeto; nas de dormitórios diferentes foi frequente a categoria similaridade de comportamentos, sobretudo das crianças menores em relação às maiores.

Analisando as crianças do grupo 2, observou-se que do total de 71 episódios, a maioria das interações (47) foram destinadas à crianças do mesmo dormitório, sendo as categorias de maior ocorrência a busca de proximidade (18), conflito (10), compartilhamento (6) e similaridade de comportamento (6). Entre os irmãos foram identificados 7 episódios interativos assim distribuídos: busca proximidade (4), cooperação (1), compartilhamento (1) e similaridade de comportamentos (1). Um achado interessante diz respeito ao fato de neste grupo não se observar a categoria afeto, nem entre irmãos, nem em direção às demais crianças.

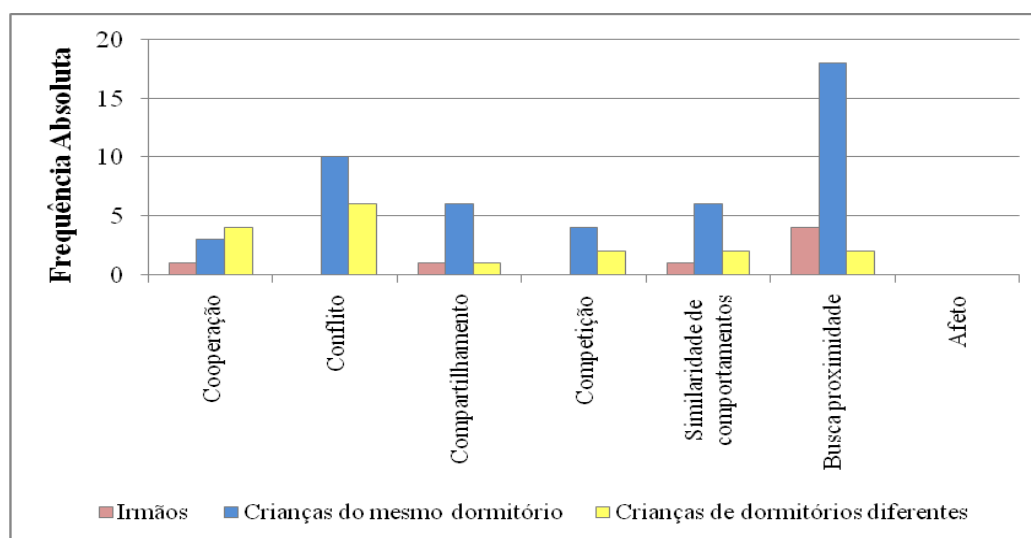


Figura 16. Frequência das categorias interacionais pelo tipo de parceria do grupo 2 (n= 71).

No grupo 3 foram identificados 67 episódios interativos, sendo 48 deles destinados à interação entre pares coetâneos. Foi observada apenas uma interação entre os irmãos, de 30 segundos, envolvendo situação de conflito. O conteúdo das interações mais frequentes entre

os coetâneos foram: a busca de proximidade (13), seguida de conflito (9), compartilhamento (7) e cooperação (6).

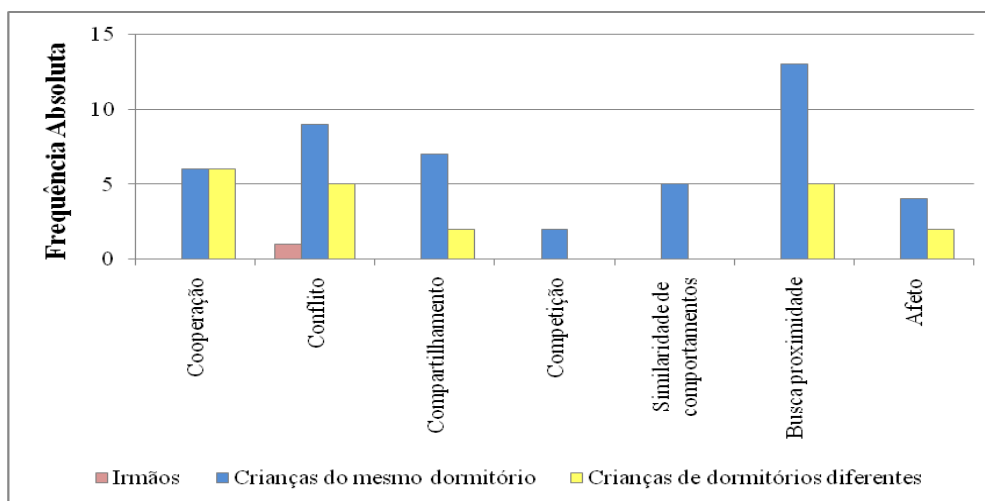


Figura 17. Frequência das categorias interacionais pelo tipo de parceria do grupo 3 (n= 67).

A categoria afeto esteve presente tanto com crianças do mesmo dormitório como em dormitórios diferentes, mas não entre os irmãos. Uma questão curiosa encontrada refere-se ao fato de que a criança em questão não apresentou interação com seu irmão, que está alojado em dormitório diferente (D6), no entanto buscou interagir (7 episódios, por 5 minutos), com outra criança de outro dormitório (D5), inclusive com conteúdo de interação referente à afeto e cuidado. Uma possível explicação para este fato estaria relacionada ao tempo de abrigamento das crianças, onde o mais velho ingressou no abrigo com 1 ano e 4 meses e o segundo com apenas 3 meses e continuaram no abrigo durante a realização da pesquisa. Assim, as crianças permaneceram mais tempo no abrigo do que em convivência familiar e durante todo este período estiveram separados nos dormitórios, realizando atividades separadamente.

No grupo 4, do total de 45 episódios interativos, prevaleceram as interações entre coetâneos (36 episódios), onde a categoria mais frequente foi a similaridade de comportamentos (15), seguida de cooperação (10), busca proximidade (5), competição (4), conflito (3) e compartilhamento (1). Houve ainda a ocorrência de sete episódios interativos entre crianças de dormitórios diferentes, sendo encontradas as categorias de conflito (3),

similaridade de comportamento (3) e cooperação (1). E não foram observadas interações entre os irmãos.

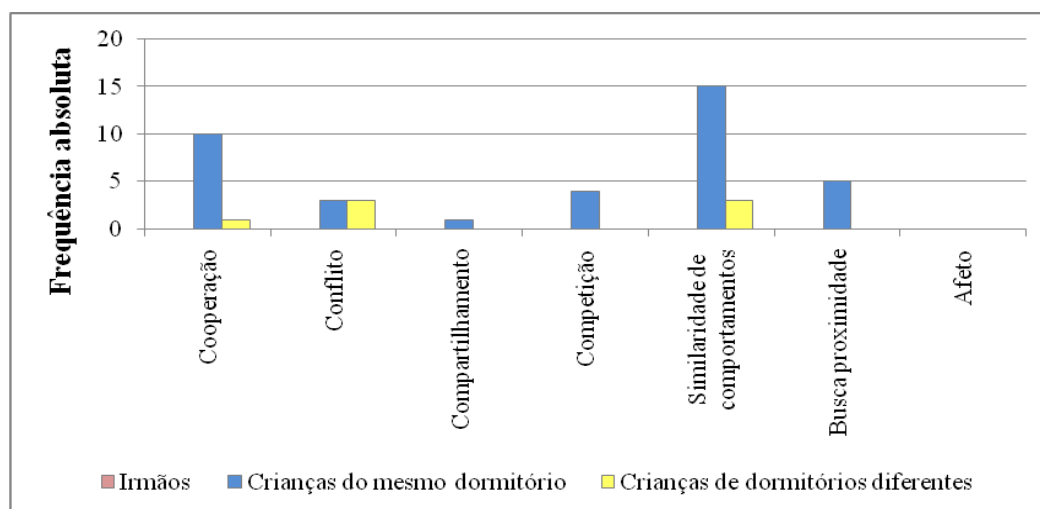


Figura 18. Frequência das categorias interacionais pelo tipo de parceria do grupo 4 (n= 45).

Neste grupo a maior frequência de interações foram referentes à similaridade de comportamentos, que se deu em decorrência da criança 10, sendo a principal categoria encontrada neste grupo, enquanto que a cooperação esteve mais presente na criança 9. Ressalta-se que não foram observadas interações com pares ou irmãos envolvendo afeto.

Discussão dos casos

Ao analisar o conteúdo das interações das crianças-focais verificou-se que a busca de proximidade foi a categoria mais frequente encontrada em três dos quatro grupos de irmãos. No grupo 1 a maioria das aproximações ocorreram entre irmãos e nos demais entre os coetâneos, evidenciando que mesmo quando a instituição não favorece a aproximação entre os irmãos, eles se procuram no espaço e buscam interagir entre si. A categoria afeto foi a segunda de maior ocorrência entre os irmãos no grupo 1. Tais achados apontam para a existência do irmão como figura subsidiária de apego, uma vez que as categorias busca proximidade e afeto foram aquelas que mais ocorreram no grupo 1, corroborando com a

perspectiva de Bowlby (1969/2002), que salienta que a criança vai procurar a figura subsidiária de apego principalmente quando: está com fome, enferma, cansada e assustada; não se sente segura da permanência dessa pessoa ao seu lado; busca proximidade e busca manter contato afetivo.

Almeida (2009), em seu estudo sobre relacionamento entre irmãos, encontrou nas entrevistas com as crianças, os irmãos acolhidos no mesmo abrigo como os mais citados nas redes de relações das crianças. Tanto os achados de Almeida como os deste estudo apontam para a proximidade física e contato para a manutenção do vínculo entre irmãos, pois este comportamento permite ou favorece que haja o compartilhamento de experiências, sentimentos que fortalecem uma relação ao longo do tempo.

O trabalho de Carreño e Avilla (2002) aponta que a criança a partir do segundo ano de vida tende a ampliar seu comportamento de apego em relação à outras pessoas, geralmente aquelas que substituem a mãe em sua ausência e provê os cuidados necessários a sua proteção. Na situação onde há a substituição da pessoa que realiza os cuidados rotineiros da criança, como é o caso do acolhimento institucional, surge a figura subsidiária de apego, frequentemente alguém do seu convívio familiar. Assim, a experiência de convívio íntimo e prolongado com um irmão que lhe dispensa cuidados diários pode criar condições favoráveis à definição de outras figuras de apego na infância.

Resultado semelhante foi encontrado por Alexandre e Vieira (2004), onde as crianças institucionalizadas que participaram do seu estudo mantiveram relações afetivas umas com as outras, sendo que o relacionamento entre os irmãos e os pares foi caracterizado principalmente pela ênfase no contato físico e busca constante pela presença do outro. É importante ressaltar que tais crianças demonstraram-se resilientes, e isso pode estar relacionado ao fato de poderem contar com um conjunto de fatores de proteção, incluindo-se laços afetivos positivos com os irmãos mais velhos que vivem no mesmo abrigo ou com os funcionários da instituição.

Os trabalhos de Alexandre e Vieira (2004), Carreño e Avilla (2002), Cavalcante (2008), Palácios, Sánches-Sandoval e León (2004) e Petean e Suguihura (2005) demonstraram que as relações entre pares vinculados, como podem ser definidos os irmãos, tendem a ser mais intensas e afetuosas do que as que se estabelecem entre parceiros ocasionais. Dessa forma, os irmãos em condições especiais, como é o caso da institucionalização, podem representar uma figura subsidiária de apego, sobretudo dos irmãos mais novos em relação aos mais velhos. No entanto, observou-se que em alguns casos são os coetâneos, mais do que os irmãos que estão funcionando como figura subsidiária de apego.

Uma questão que merece destaque é o fato que em três grupos não foi observada a presença de afeto entre os irmãos. Estes dados corroboram com os achados de Carreirão (2005), que identificou a presença de irmãos que vivem em uma mesma unidade de acolhimento institucional, mas não tem um relacionamento afetivo e de proteção entre eles. Este fato se deu devido os irmãos serem separados em diferentes abrigos precocemente e após algum tempo, mesmo acolhidos juntos, não servem de apoio um ao outro. No caso da presente pesquisa o fato é ainda mais grave, uma vez que os irmãos estavam acolhidos juntos, supostamente cumprindo-se o princípio do não-desmembramento dos grupos de irmãos (Lei n. 8.069, 1990) , porém separados nos dormitórios por idade. Assim, o fator contextual relacionado à classificação etária acaba limitando a convivência entre os irmãos e a possibilidade de estabelecerem relações afetuosas entre si.

Destaca-se ainda que nos grupos 2 e 4 não houve estabelecimento de interações afetuosas com nenhum parceiro, com ou sem vínculo de parentesco. Diversos autores (Alexandre & Vieira, 2004; Bowlby, 1969/2002; Petean & Suguihura, 2005) consideram que a criança tem a necessidade de estabelecer relações afetivas tanto com adultos como com seus pares, sendo essencial o entendimento de que a privação de laços afetivos durante a infância interfere no desenvolvimento e pode afetar as relações com o outro e com o meio que a cerca.

A similaridade de comportamentos foi maior entre coetâneos em todos os grupos. No grupo 1 a similaridade foi predominante no casal de gêmeos. Sobre o assunto, Hinde (1979) considera que o grupo exerce forte influência sobre o modo de pensar e agir do indivíduo. Assim, a criança tende a imitar as pessoas que percebe como mais semelhantes a si própria, isto é imita mais coetâneos que adultos e não-coetâneos, ou atividades que percebe mais semelhantes às que está realizando (Camaioni, 1980). Para Cavalcante (2008), no caso das crianças em geral, mas sobretudo daquelas que vivem em instituições, o poder de ditar comportamentos e atitudes deve-se ao aprendizado por imitação, comum na faixa etária pesquisada, à proximidade física que facilita a coesão grupal e as estratégias de ajustamento social do indivíduo.

Pesquisas sobre amizade na infância, em creches e instituições de acolhimento apontaram para a proximidade física como um fator fundamental para a formação dos vínculos entre crianças (Carvalho & Rubiano, 2004; Furman & Bierman, 1983), sendo a presença de diversos comportamentos observados neste tipo de interação, como cooperação, compartilhamento, conflito, similaridade (Lopes, 2007), afeição, apoio e atividades comuns (Furman & Bierman, 1983) em ambiente de creche e cooperação, ajuda mútua, cuidado, proteção e conforto, foram os que prevaleceram em pesquisas realizadas em instituições de acolhimento (Carvalho, 2000; Martins & Symanski, 2004; Menelau, 2009). Assim, a divisão das crianças no espaço da instituição e das suas atividades de acordo com a faixa etária, faz com que as crianças coetâneas estejam mais próximas uma das outras, o que permite que desenvolvam mais comportamentos pró-sociais entre eles ao se comparar as possibilidades de interação e manifestação destes comportamentos entre os irmãos.

As interações envolvendo conflito tiveram maior ocorrência nos grupos 2 (16 episódios) e 3 (15 episódios), sendo a segunda maior categoria destes grupos. O conflito foi mais frequente entre as crianças do mesmo dormitório em todos os grupos. Um estudo

realizado por Barros e Fiamenghi (2007) sobre interações afetivas entre crianças abrigadas mostrou que as interações estabelecidas entre as crianças pareciam visar, prioritariamente, a cooperação ou a disputa por brinquedo e por poder. Na maioria das vezes, a agressividade era dirigida a uma outra criança, mas também podia ser dirigida a um adulto. A justificativa dos autores para este tipo de interação frequente é possivelmente: 1) por serem provenientes de um ambiente agressivo, expressam sua mágoa, tristeza e raiva dessa maneira por ainda não possuírem outras estratégias para enfrentar as situações; 2) obterem a atenção comportando-se desse modo; e 3) por serem tratadas com hostilidade pelas monitoras do abrigo onde foi realizada a pesquisa.

O conflito está presente em todos os relacionamentos, mas nem sempre ele é destrutivo (Hinde, 1976). Fatores situacionais, como a busca pela privacidade, autonomia, interdependência e resguardo do que é seu ou contextuais, como o ambiente da instituição, as regras e normas, o fato de não terem a individualidade interferem na ocorrência de conflitos entre crianças em acolhimento institucional. Para Hinde (1997) a presença deste tipo de comportamento depende das características pessoais e da natureza do relacionamento, justificando então o fato de os conflitos entre os irmãos nos grupo 1 e 2 serem em menor ocorrência ao se comparar com as demais crianças coetâneas e não-coetâneas.

No caso deste estudo acredita-se que o conflito entre as crianças do mesmo dormitório se dê devido ao tempo que dispõem juntos e conseqüentemente tem a possibilidade de ter uma maior variedade de interações, guardando semelhança ao estudo de Cavalcante (2008), que mostrou que no dormitório, as crianças apresentaram grande incidência de agressão (42,42%), decorrente da proximidade física, disputa recorrente por espaço, brinquedos e atenção do cuidador. Assim, a proximidade física e o convívio intenso ao invés de gerar interações afetuosas, propicia conflitos e intensifica disputas.

De acordo com Freud e Burlingham (1965), as crianças que vivem em instituições de acolhimento parecem mais agressivas do que aquelas que vivem com a família, uma vez que são obrigadas a conviver o dia todo com mais crianças do que estas últimas e desde cedo precisam resguardar o que é seu, seus brinquedos, seus sentimentos e sua vontade. Dessa forma, as crianças institucionalizadas estariam expostas a mais situações de expressão de sua agressividade do que aquelas que convivem em ambientes familiares, não significando que sejam mais agressivas.

Em todos os casos, a competição teve baixa ocorrência em todos os grupos independente da idade e do grau de parentesco. Já as categorias compartilhamento e cooperação estiveram presente entre os irmãos (nos grupos 1 e 2, onde houve de fato interação entre os irmãos), foi predominante entre os pares do mesmo dormitório, incluindo-se o casal de gêmeos do mesmo dormitório, sendo que estes direcionavam esses comportamentos predominantemente ao irmão. Estes achados corroboram, com aqueles encontrados por Cavalcante (2008), onde as ações descritas como prestar auxílio, cooperar, compartilhar e consolar foram formas de ajuda prestadas pelas crianças da sua pesquisa, que beneficiaram os pares mais constantes em seu ambiente imediato, geralmente crianças vinculadas a um mesmo dormitório em razão da sua faixa-etária.

O estudo realizado por Freud e Dann (1967) mostrou que quando interagiam entre si, as crianças apresentaram preocupação, atenção e afeição em relação aos seus pares, mais do que a si mesmo, e em situações de compartilhamento de roupas, objetos e brinquedos, a rivalidade, ciúme e competição entre eles quase não ocorria. Enquanto que na presente pesquisa, embora a prevalência dos comportamentos fossem de afeição, cooperação e compartilhamento, o conflito e a competição estiveram presentes entre as crianças coetâneas e não-coetâneas, sendo menos frequente entre os irmãos, sobretudo no que se refere a disputa por roupas, objetos pessoais e brinquedos. No entanto, este tipo de conflito é normal e

saudável quando se fala de crianças, incluindo-se aquelas que convivem em instituições de acolhimento.

Pesquisas anteriores (Arpini, 2003; Siqueira, 2006) mostraram os aspectos positivos presentes na vivência institucional em instituições de acolhimento de pequeno porte, o que indica que este tipo de ambiente pode se configurar como fator de proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Em situações que as crianças compartilham medos e angústias, alimentos e roupas, carinho e proteção no ambiente institucional se sobrepõem em nível de importância às demais formas de comportamento e interação social, devendo ser reconhecidas para a preservação da saúde mental, treino de habilidades sociais e amadurecimento do potencial humano (Cavalcante, 2008).

As interações do tipo criança-criança em ambiente de abrigo, sobretudo quando envolve díades ou grupos de irmãos, parece ser tão importante para o desenvolvimento na infância quanto a que envolve adultos. A complexidade das relações estabelecidas entre pares reside no fato de que estas possuem uma diversidade de significados potenciais, capazes de despertar motivações diferentes ou mesmo conflitantes. Em certas circunstâncias, a criança protagoniza o cuidado ao seu parceiro e em outro momento pode se tornar alvo de comportamentos que denotam cuidado, apego, afeto, busca proximidade, cooperação e compartilhamento (Cavalcante, 2008).

De um modo geral verificou-se diferenças no conteúdo de interação entre os irmãos e demais crianças abrigadas, apesar de em vários casos, esta ser mais frequente entre coetâneos, pelas limitações impostas pela organização da instituição. Os comportamentos manifestados pelas crianças depende da natureza das relações (Hinde, 1976), isto é, em um relacionamento entre irmãos os padrões comportamentais das interações entre irmãos são diferentes daqueles ocorridos entre outras crianças.

A literatura aponta para diferenças no estilo de interação de crianças dependendo do tipo de parceira. Espera-se que entre os irmãos as interações sejam carregadas de emoções fortes, intimidade e suporte emocional (Howe & Recchia, 2006), com presença de comportamentos possociais de apego (Carreño & Avilla, 2002) e cuidado (Cavalcante, 2008; McHale, Crouter & Whiteman, 2003; Nunes & Aiello, 2004, 2008; Soares, Franco & Carvalho, 2009), com maior cumplicidade, comportamento amistoso e afetuoso (Dunn, Slomkowski & Beardsall, 1994). Estes achados corroboram com aqueles encontrados na presente pesquisa, sobretudo no grupo 1 de irmãos, onde apesar das limitações da instituição, os irmãos procuram valorizar cada oportunidade de aproximação, procurando garantir a convivência em família.

As Orientações Técnicas para o Acolhimento de Crianças e adolescentes (CONANDA & CNAS, 2009) consideram que é importante preservar e fortalecer os vínculos fraternos, visando contribuir para a formação de suas identidades, preservação da história de vida e referência familiar. Pereira (2006) afirma que os programas de abrigo devem adotar dentre outros princípios do ECA o não-desmembramento dos grupos de irmãos, tanto na mesma instituição como em instituições diferentes, pois a preservação deste grupo proporciona à criança abrigada benefícios psicossociais altamente positivos. O convívio entre os irmãos possibilita o sentimento de pertinência e a unidade familiar, fundamentais para a segurança e o equilíbrio emocional, diminuindo o desconforto, isolamento e sentimento de solidão decorrentes do processo de institucionalização, funcionando como fator de proteção ao abrigo.

Capítulo 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da promulgação do ECA, as crianças passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, sendo toda a sociedade civil e o poder público, juntamente com os pais, os responsáveis pelas crianças e adolescentes. O estatuto prevê que deve haver espaços de convivência que possibilitem que as crianças vivam suas infâncias de maneira plena, preferencialmente no seio familiar. No entanto diante da impossibilidade de estarem com as famílias, estas são encaminhadas a instituições de acolhimento.

Um ambiente adequado de serviço de acolhimento deve possibilitar à criança a manutenção do vínculo com a família e os irmãos, permitir a comunicação da criança e do adolescente com a família, ter estrutura física semelhante a uma residência, com poucas crianças, garantir uma rede de apoio social e afetiva, com vínculos afetivos positivos no ambiente da instituição, participação da comunidade e intercâmbio com a escola (Lei n. 8.069), bem como oferecer possibilidades de expressão de sentimentos, desejos e angústias e respeitar a individualidade, incluindo roupas, brinquedos e objetos, e singularidade da criança (Abaid et al., no prelo). Talvez o estabelecimento dessas diretrizes possam tornar a instituição de acolhimento um contexto de melhor favorecimento ao desenvolvimento infantil.

Apesar do grande avanço na legislação do país, primeiro com o ECA, depois com a Lei n. 12.010/09 e com as orientações técnicas para o acolhimento de crianças e adolescentes, na prática as mudanças ocorrem lentamente e, embora em outros locais já tenha ocorrido o reordenamento dos abrigos, a realidade na instituição pesquisada ainda permanece nos moldes do passado, com características dos orfanatos. Mais de 20 anos após a implantação do ECA poucas mudanças foram observadas na estrutura organizacional da instituição.

Esta fato foi visível nos resultados desta pesquisa, uma vez que os fatores contextuais da instituição, como o fato de ser uma instituição de grande porte, com mais de 50 crianças,

que atende uma faixa etária específica, com horários e regras bem definidas, incluindo-se as visitas de familiares, separação das crianças por idade em dormitórios, desmembrando os irmãos, influenciaram nas interações entre os irmãos.

Os resultados da pesquisa mostraram um esforço dos irmãos dos grupos 1 e 2 em manter-se próximo uns dos outros, procurando interagir entre si, mesmo quando a instituição não estimula o contato entre eles. Nestes casos foram identificadas ainda diferenças no conteúdo das interações entre os irmãos e com as demais crianças, mostrando que as interações entre os irmãos são mais ricas em afeto e cooperação do que aquelas que envolvem parceiros ocasionais, conforme apontaram os trabalhos de Carreño e Avilla (2002) e Cavalcante (2008).

A pesquisa mostrou ainda que algumas crianças apresentaram seus laços familiares rompidos ou fragilizados em decorrência dos fatores contextuais da instituição. Em vários casos observou-se que a maioria das interações e o maior tempo dispensado nelas se deram entre crianças coetâneas, ao invés de ter o irmão como parceiro preferencial de interação. No caso dos grupos 1, 2 e 4 o rompimento familiar iniciou pela separação dos irmãos em instituições diferentes, de acordo com o sexo, idade ou condição de saúde. Esses dados sugerem que os fatores contextuais da instituição pouco favorecem momentos de encontro com os irmãos e não garantem de maneira eficaz a manutenção da convivência familiar.

Os resultados sugeriram ainda diferenças no conteúdo das interações entre irmãos e crianças do mesmo dormitório e de dormitórios diferentes, como apontado por Hinde (1976) que defende a idéia de que o conteúdo das interações depende da natureza das relações. Este fato aponta para a necessidade da manutenção dos vínculos familiares, sobretudo dos irmãos, durante o período de acolhimento institucional. Atenta-se assim, para o reordenamento dos abrigos para instituições de pequeno porte, de caráter residencial ou ainda a reestruturação do

abrigo, para que proporcionem aos irmãos a possibilidade de crescerem juntos e servirem de apoio uns aos outros.

Para modificar a realidade encontrada na pesquisa seriam necessárias mudanças urgentes na instituição, tanto no que diz respeito ao reordenamento, como prevê o ECA, ou ainda, a curto prazo, reestruturando a instituição de maneira a permitir uma aproximação com o previsto no ECA. A adequação do ambiente para atender a demanda dos irmãos, a curto prazo envolve: o alojamento dos grupos de irmãos no mesmo dormitório, permitindo com que possam fazer as refeições, atividades e brincarem juntos; o contato com a família, incluindo a facilitação das visitas, realização de momentos de encontros com os pais e/ou outros irmãos; oportunizar que estudem na mesma escola; capacitar os educadores para incentivar o contato entre os irmãos e o resgate da sua história familiar, dentre outras possibilidades.

A médio prazo, espera-se que a política de abrigamento seja implementada por organizações governamentais ou não-governamentais, visando o reordenamento do abrigo, para que se possa oferecer um ambiente parecido com o familiar, com um número pequeno de abrigados e um conjunto de cuidadores em número suficiente, com perfil e preparação técnica adequados. Apesar de muitas iniciativas já serem oferecidas neste sentido, a dinâmica institucional dos abrigos em geral ainda necessita ser repensada para que se possa efetivamente romper com o modelo anterior.

Este trabalho traz algumas reflexões que podem contribuir com todos que interagem com a criança em acolhimento institucional, sejam funcionários dos abrigos, poder judiciário, conselhos tutelares e Ministério Público, trazendo subsídios para o trabalho destes profissionais e instituições, podendo contribuir inclusive para o reordenamento dos abrigos na região.

A partir deste trabalho e da literatura consultada sobre esta temática considera-se a necessidade de se investir mais na realização de trabalhos que possam melhor compreender a qualidade da convivência entre crianças em abrigo, procurando reconhecer os elementos presentes nas interações entre os irmãos. Assim, esta pesquisa pode contribuir para motivar a proposição de outras experiências de trabalho, como: 1) o estudo das interações, aumentando a amostra de grupos de irmãos ou o tempo de observação das crianças; 2) o estudo das relações entre os irmãos, identificando-se além do conteúdo e qualidade, o padrão dessas interações; 3) o estudo das interações entre o irmão em instituição de acolhimento de pequeno porte; 4) o estudo dos grupos de irmãos utilizando outras categorias de interação; 5) estudos que abarquem as relações entre os irmãos a partir da perspectiva da criança, dentre outras possibilidades.

Reconhece-se que os irmãos estabelecem entre si relações, e não apenas interações, uma vez que trazem na memória interações passadas vividas e que estas interações se deram no decorrer do tempo e possuem um padrão, conforme apontado por Hinde (1976). Sugere-se então pensar em um estudo longitudinal investigando como as interações se desenvolvem no tempo e seu padrão, tentando se aproximar do estudo da dimensão dos relacionamentos.

Espera-se que a pesquisa possa de alguma forma contribuir para mudanças nessa realidade, na medida em que fornece vários indicadores pontuais, descritivos e reveladores sobre os grupos de irmãos que estão no abrigo estudado, como por exemplo, a necessidade do reordenamento dos abrigos na região, uma atenção maior aos educadores e funcionários da instituição, visando sua capacitação, para que haja um estímulo à manutenção dos vínculos familiares por parte dos profissionais. Ressalta-se ainda a necessidade urgente de construção de um projeto político-pedagógico na instituição, mas para isso será preciso repensar o abrigo como contexto de desenvolvimento e espaço de proteção.

A pesquisa apontou para a urgência de implementar as previsões legais na realidade e no cotidiano dos abrigos, sendo para isso necessário capacitação dos profissionais envolvidos na medida de proteção às crianças e adolescentes (governo, gerentes das instituições, conselheiros tutelares) e nos serviços de acolhimento (familiares, profissionais da equipe técnica, educadores, crianças) em um trabalho que possibilite o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes que passaram por situações de abandono, negligência e violência, garantindo seus direitos e os de sua família.

REFERÊNCIAS

- Abaid, J.L.W., Siqueira, A.C. & Dell’Aglío, D.D. (no prelo). Implicações legais e desenvolvimentais no acolhimento institucional: possibilidades e desafios numa perspectiva psicológica. In D.M. Arpini & A.C. Siqueira (Orgs.), *Famílias e leis: Desafios à realidade brasileira*. Santa Maria: Editora UFSM.
- Alexandre, D.T., & Vieira, M.L. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em Estudo*, 9 (2), 207-217.
- Almeida, I.G. (2009). *Rede social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da criança em acolhimento institucional*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
- Almeida, I.G.; Maehara, N.P. & Rossetti-Ferreira, M.C. (2011). A perspectiva da criança em acolhimento institucional sobre sua rede social: a importância do relacionamento entre irmãos. In M.C. Rossetti-Ferreira; S.A. Serrano & I.G. Almeida (orgs.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*, (pp.119-172). São Paulo: Hucitec.
- Altmann, J. (1993). Observational study of behavior sampling methods. *Behaviour*, 49, 227-267.
- Arpini, D.M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), 70-75.

- Baia-Silva, S. D. (2006). *Diferenças de Gênero na interação entre irmãos em uma Comunidade Ribeirinha Amazônica*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
- Baptista, M.V. (2006). Um olhar para a história. *Coletânea Abrigar*, São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 25-32.
- Barros, R.C. & Fiamenghi Jr., G.A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciência e saúde coletiva*, 12 (5), 1267-1276.
- Bowlby, J. (2002). Apego e perda: apego (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Original work published 1969).
- Brody, G.H., Stonerman, Z. & Mackinnon, C.E. (1982). Role asymmetries in interaction among school-aged children, their young sibling e their friends. *Child Development*, 53, 1364-1370.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original work published 1979).
- Camaioni, L. (1980). *L interazione tra bambini*. Roma: Armando Armando.
- Carreirão, U.L. (2005). *Irmãos em abrigos: possibilidades e limites para o resgate do direito à convivência familiar e comunitária*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Carreño, C.M. & Avilla, S.C. (2002). El vínculo de apego entre hermanos: un estudio exploratório com niños colombianos de estrato bajo. *Suma psicológica* 9, 107-132.

Carvalho, A.M. (2000). Fatores contextuais na emergência do comportamento de cuidado entre crianças. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 81-88.

Carvalho, A.M.A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e limites. In Lordelo, E.R., carvalho, A.M.A., & Koller, S.H. *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo, Casa do Psicólogo, Salvador: Universidade Federal da Bahia (pp. 04-12).

Carvalho, A.M.A., & Beraldo, K.E.A. (1989). Interação criança-criança: Ressurgimento de uma área de pesquisa e suas perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, 71, 55-61.

Carvalho, A. M. A., & Moraes, M. L. S. (1987). A descrição do comportamento social de crianças em grupo: uma contribuição. *Psicologia*, 13(1), 37-54.

Carvalho. A. M. A., & Rubiano, M. R. B. (2004). Vínculo e compartilhamento na brincadeira de crianças. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 171-187). Porto Alegre: ArtMed.

Cavalcante, L.I. (2008). *Ecologia do cuidado: interação entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituições de abrigo*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

Cavalcante, L.I., Magalhães, C.M.C., & Pontes, F.A.R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos pra o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS] (orgs.). (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília.

Dunn, J.; Slomkowski, C. & Beardsall, L. (1994) Sibling relationships from the preschool period through middle childhood and early adolescence. *Developmental Psychology*, 30 (3), 315-324.

Freud, A. & Burlingham, D. T. (1965) *La Guerra y los niños*, Buenos Aires: Editorial Paidós.

Freud, A. & Dann, S. (1967). An experiment in group upbringing. In Blackbill, Y., & Thompson, G.G. (orgs). *Behavior in infancy and early childhood* (pp. 494-514). New York: Free Press. (original work published 1951).

Furman, W. & Bierman, K.L. (1983). Developmental changes in young children conceptions of friendship. *Child Development*, 54, 549-556.

Guará, IM.F.R.(2006). *Abriço: comunidade de acolhida e socioeducação*. *Coletânea Abrigar*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 63-72.

Hinde, R.A. (1976). Interactions, Relationships and social structure. *Man, New series*, 11, 1-17.

Hinde, R.A. (1979). *Towards understanding relationships*, London: Academic Press.

Hinde, R.A. (1997). *Relationships: a dialectical perspective*, Hove, UK: Psychology Press.

Howe, N. & Recchia, H (2006). Sibling relations and their impact on children's development.

In: Tremblay RE, Barr RG, Peters RDeV, eds. *Encyclopedia on Early Childhood Development* [online]. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development. Acesso em 15 de julho, 2011, em <http://www.childencyclopedia.com/documents/Howe-RecchiaANGxp.pdf>.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 8 julho, 2009. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>.

Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009. (1990). Dispõe sobre adoção; altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 24 abril, 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm

Lopes, L.W. R. (2007). Análise das amizades entre pré-escolares. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

Lopes, R.E., Silva, C.R., & Malfitano, A.P.S. (2006). Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: Apontamentos históricos. *Revista HISTEDBR On-line*, 23, 114-130.

Lordelo, E.R., & Carvalho, A.M.A. (2006). Padrões de parceria social e brincadeira em ambientes de creches. *Psicologia em Estudo*, 11, 99-108.

Maia, J.M.D., & Williams, L.C.A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13 (2), 91-103.

Martins, E. & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9 (1), 177-187.

Meneghini, R., & Campos-de-Carvalho, M. (2003). Arranjo espacial na creche: espaços para interagir, brincar isoladamente, dirigir-se socialmente e observar o outro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(2), 367-378.

McHale, S. M., Crouter, A. C., & Whiteman, S. D. (2003). The family contexts of gender development in childhood and adolescence. *Social Development*, 12, 125–148.

- Menelau, T.A.C.L. (2009). *Construção de vínculos entre crianças numa situação transitória de abrigo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.
- Nunes, C. C., & Aiello, A. L. R. (2004). O convívio com irmão especial e a caracterização da interação: Um estudo descritivo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 10(2), 143-160.
- Nunes, C.C. & Aiello, A.L.R. (2008). Interação entre Irmãos: Deficiência Mental, Idade e Apoio Social da Família. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 42-50.
- Oliveira, R.C. (2006). A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil. *Coletânea Abrigar*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 39-48.
- Ordem dos Advogados do Brasil / Seção Pará . (2011). *Diagnóstico das unidades de acolhimento a crianças e adolescentes em Belém*. Belém, Pará.
- Palacios, J.; Sánchez-Sandoval, Y. & León, E. (2004). *Adelante com la adopción*. Junta de Andalucía, Consejería para la Igualdad y Bienestar Social, Universidad de Sevilla.
- Pereira, E.V. (2006). *A voz da criança institucionalizada: representações sociais de família e abrigo*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Franca, São Paulo, Brasil.
- Petean, E.B.L., & Suguihura, A.L.M. (2005). Ter um irmão com Síndrome de Down. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(3), 445-460.

- Poletto, M. (2007.) *Contextos ecológicos de promoção de resiliência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Ribeiro, M.O., & Ciampone, M.H.T. (2002). Crianças em situação de rua falam sobre abrigos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 13(4), 309-316.
- Rizzinni, I., & Rizzinni, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Loyola.
- Serrano, S.A. (2008). *O abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil.
- Serrano, S.A. (2011). Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigamento em Ribeirão Preto. In M.C. Rossetti-Ferreira; S.A. Serrano & I.G. Almeida (orgs.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*, (pp.86-118). São Paulo: Hucitec.
- Silva, E.R. (2004). O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Silva, E.R.A., & Mello, S.G. (2004). Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC: Características institucionais, forma de organização e serviços ofertados. In

Silva, E.R.A. (coord.) O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA.

Siqueira, A.C. (2006). Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Siqueira, A.C., & Dell’Aglío, D.D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*; 18, 71-80.

Siqueira, A.C.; Zoltowski, A.P.; Giordani, J.P.; Otero, T.M. & Dell’Aglío, D.D. (2010) Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituições de abrigo. *Estudos de Psicologia*, 15(1), 07-15.

Soares, M.P.G, Franco, A.L.S., & Carvalho, A.M.A. (2009). Crianças que cuidam de irmãos com necessidades especiais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 45-54.

Yunes, M.A., Miranda, A.T., & Cuello, S.E.S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados In: Koller, S.H. (org) *Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano: Experiência no Brasil*, Editora Casa do Psicólogo.

ANEXO 1

FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

Parte A – IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

1. Dados pessoais

- 1.1. Nome: _____
- 1.2. Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
- 1.3. Escolaridade: () estuda () não estuda () sem informação () não se aplica
- 1.4. Cor: () branca () negra () parda () amarela
- 1.5. Responsável legal: _____
- 1.6. Endereço: _____
- Bairro: _____ Município: _____ Estado: _____

2. Dados sobre a situação familiar:

- 2.1. Nome da Mãe: _____ () sem informação
- 2.2. Nome do pai: _____ () sem informação
- 2.3. Nome do pai no registro civil: () sim () não () sem informação
- 2.4. Idade da mãe: _____ anos () sem informação
- 2.5. Escolaridade da mãe: _____ () sem informação
- 2.6. Profissão da mãe: _____ () sem informação
- 2.7. Renda da mãe: _____ () sem informação
- 2.8. Idade do pai: _____ anos () sem informação
- 2.9. Escolaridade do pai: _____ () sem informação
- 2.10. Profissão do pai: _____ () sem informação
- 2.11. Renda do pai: _____ () sem informação
- 2.12. Idade do responsável legal: _____ anos () sem informação
- 2.13. Escolaridade do responsável: _____ () sem informação
- 2.14. Profissão do responsável: _____ () sem informação
- 2.15. Renda do responsável: _____ () sem informação
- 2.16. Paradeiro da mãe: () conhecido () desconhecido () sem informação
- 2.17. Paradeiro do pai: () conhecido () desconhecido () sem informação
- 2.18. Possui irmãos: () sim () não () sem informação
- 2.19. Número de irmãos: _____ () sem informação
- 2.20. Ordem em que nasceu: _____ () sem informação
- 2.21. Convivência familiar:
 () nunca teve () até 3 meses () até 12 meses () até 18 meses
 () outro: _____ () sem informação
- 2.22. Se possui experiência de convivência em familiar, com quem vivia antes de sua permanência no EAPI:
 () com a mãe e o pai () sem informação
 () apenas com a mãe () apenas com o pai
 () com a mãe e o padrasto () com o pai e a madrasta
 () com a mãe e outros familiares () com o pai e outros familiares
 () com os avós () com outros familiares

() outros: _____

2.23. Condição da família:

() família biológica () família substituta (guarda) () família substituta (adoção)

2.24. Orfandade antes de ser encaminhada ao EAPI:

() órfã de pai () órfã de mãe () órfã de ambos () N.R.A. () sem informação

2.26. Condições de moradia:

Situação do imóvel:

() próprio () alugado () cedido () sem informação () outra: _____

Tipo de construção:

() alvenaria () madeira () outro: _____ () sem informação

Energia elétrica:

() sim () não () sem informação

Água encanada:

() sim () não () sem informação

Saneamento (esgoto, fossa, etc.):

() sim () não () sem informação

Número de cômodos:

() um () dois () três () quatro () mais de quatro () sem informações

Informações complementares:

Parte B – PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

3. Dados sobre a situação jurídica e institucional

a) Situação atual:

3.1. Data que deu entrada no EAPI:

3.2. Motivo(s) que justificou(aram) a entrada no EAPI:

- () Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis
 () Negligência familiar
 () pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares
 () situação de rua (família de rua, etc.)
 () violência física (punições, torturas, confinamentos, etc.)
 () violência sexual (abuso sexual e estupro)
 () pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas
 () pai, mãe ou pais presidiários
 () pai, mãe ou pais portadores de doenças mentais, necessidades especiais, doenças graves ou crônicas.
 () Outro: _____

3.3. Procedência do encaminhamento: _____

3.4. Permanência de irmãos no EAPI:

() sim () não () sem informação

3.5. Nome, idade e sexo dos irmãos:

Nome	Data de Nascimento	Idade	Sexo
------	--------------------	-------	------

3.6. Recebe visitas da mãe:

() sim () não () sem informação

3.7. Periodicidade das visitas:

() 1 vez por semana () 1 vez por mês () sem informação () outro: _____

3.8. Recebe visita do pai:

() sim () não () sem informação

3.9. Periodicidade das visitas:

() 1 vez por semana () 1 vez por mês () sem informação () outro: _____

3.10. Recebe visitas de parentes:

() sim () não () sem informação

3.11. Em caso afirmativo, recebe visitas de que parentes:

() avó materna () avô materno () avó paterna () avô paterno

() tia materna () tio materno () tia paterna () tio paterno

() irmão(s) () irmã(s) () outros () sem informação

3.12. Periodicidade das visitas:

() 1 vez por semana () 1 vez por mês () sem informação () outro: _____

3.13. Recebe visitas de outras pessoas que não pertencem à família:

() sim () não () sem informação

3.14. Em caso afirmativo, recebe visita de quem: _____

3.15. Periodicidade das visitas:

() 1 vez por semana () 1 vez por mês () sem informação () outro: _____

3.16. Atividades esportivas e de lazer:

3.17. Saída do EAPI:

Data: _____ Destino: _____

Motivo: _____

b) Histórico de institucionalização:

3.18. Primeira institucionalização:

() sim () não () sem informação

Se NÃO à pergunta anterior, registre:

3.19. Permanência em outra instituição de proteção especial?

() sim () não () sem informação

3.20. Qual o nome da instituição anterior:

3.21. Idade em que foi institucionalizada pela primeira vez:

_____ mês ou meses _____ ano ou anos

3.22. Primeira institucionalização no EAPI:

() sim () não () sem informação

Se NÃO à pergunta anterior, registre:

3.23. Número de vezes que deu entrada no EAPI:

() uma () duas () três () mais de três () sem informação

3.24. Data que deu entrada pela primeira vez no EAPI:

_____ () sem informação

3.25. Idade em que deu entrada no EAPI pela primeira vez:

_____ mês ou meses _____ ano ou anos

3.26. Tempo de permanência no EAPI da primeira vez:

_____ mês ou meses _____ ano ou anos
 (Se ficou fora da instituição menos de 6 meses, não descontar; se mais de 6 meses, fazer o cálculo).

3.27. Data que deu entrada pela segunda vez no EAPI:

_____ () sem informação

3.28. Idade em que deu entrada no EAPI pela segunda vez:

_____ mês ou meses _____ ano ou anos

3.29. Tempo de permanência no EAPI da segunda vez:

_____ mês ou meses _____ ano ou anos

(Se ficou fora da instituição menos de 6 meses, não descontar; se mais de 6 meses, fazer o cálculo).

3.30. Qual a soma do tempo de permanência em instituições de proteção especial desde a primeira vez que foi atendido?

_____ mês ou meses _____ ano ou anos

(Se ficou fora da instituição menos de 6 meses, não descontar; se mais de 6 meses, fazer o cálculo).

4. Dados sobre a saúde da criança:

4.1. Possui o “Cartão da criança”?

() sim () não () sem informação

Em caso afirmativo, qual: _____

4.2. Intercorrências na gestação:

() sim () não () sem informação

Em caso afirmativo, qual: _____

4.3. Características do parto:

() normal () operatório () fórceps () sem informação
 () pré-termo () a termo () pós-termo () sem informação

4.4. Condições de nascimento:

Peso ao nascer: _____ Altura ao nascer: _____

Outras informações: _____

4.5. Indicadores de crescimento:

Peso: _____ Altura: _____ Idade: _____

Peso: _____ Altura: _____ Idade: _____

Peso: _____ Altura: _____ Idade: _____

Peso: _____ Altura: _____ Idade: _____

Outras informações: _____

4.6. Distúrbios na fala (atraso, dislexia, etc.):

() sim () não () sem informação

Em caso afirmativo, qual: _____

4.7. Distúrbios visuais (baixa visão, cegueira, etc.):

() sim () não () sem informação

Em caso afirmativo, qual: _____

4.8. Distúrbios auditivos (baixa audição, surdez, etc.):

() sim () não () sem informação

Em caso afirmativo, qual: _____

4.9. Deficiência física (paralisia, mutilações, etc.):

() sim () não () sem informação

Em caso afirmativo, qual: _____

4.10. Aleitamento natural:

sim não sem informação

4.11. Restrições na dieta:

sim não sem informação

4.12. Uso de medicação controlada:

sim não sem informação

Em caso afirmativo, qual: _____

4.13. Quando a criança chegou ao EAPI apresentava sintomas de alguma doença:

gripe / resfriado otite escabiose
 sarampo alergias desnutrição
 diarreia bronquite / asma sem informação
 pediculose varicela outras: _____
 amidalite hepatite
 rubéola pneumonia

4.14. Quando a criança chegou ao EAPI apresentava lesões corporais? (Se houver um laudo e o documento não registrar nada, a resposta é NÃO; se não houver laudo, nem informações de qualquer tipo, a resposta é NÃO; se não houver laudo ou qualquer outro registro, mas um funcionário da instituição possuir alguma informação, a resposta deve ser SIM).

sim não sem informação

4.15. Quando a criança chegou ao EAPI apresentava alguma alteração de ordem emocional? (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)

sim não sem informação

Em caso afirmativo, qual: _____

4.16. Doenças durante a sua permanência no EAPI:

gripe / resfriado otite escabiose
 sarampo alergias desnutrição
 diarreia bronquite / asma sem informação
 pediculose varicela outras: _____
 amidalite hepatite
 rubéola pneumonia

ANEXO 2**AUTORIZAÇÃO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA
DA CAPITAL****ESTADO DO PARÁ
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
COMARCA DA CAPITAL**

Ofício nº 304/2007/JIJ–Gabinete

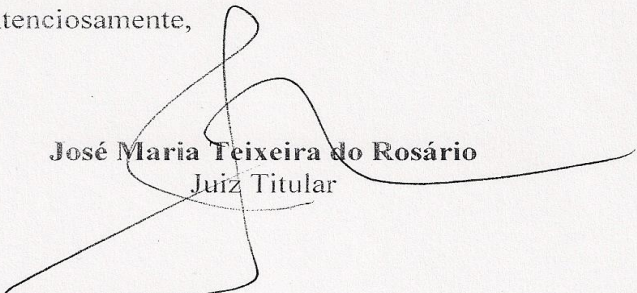
Belém, 12 de dezembro de 2007

Sra. Gerente,

Autorizo o ingresso dos Professores **Celina Maria Colino Magalhães, Janari da Silva Pedroso e Lilia Iêda Chaves Cavalcante**, bem como seus orientandos de Mestrado ou Doutorado para coletar dados, imagens e fontes documentais que desenvolverão trabalho vinculado ao Projeto de Pesquisa do desenvolvimento mental e motor de bebês cuidados em abrigo.

Outrossim, esclareço a V.Sa., que a visita deverá ser de acordo com as normas administrativas e horário fixado por essa gerência, assim, como, obedecidas as cautelas legais.

Atenciosamente,



José Maria Teixeira do Rosário
Juiz Titular

Ao Ilma. Sra.
Helena Lucia Rosário de Macedo
Gerente do Espaço de Acolhimento Infantil EAP-I
NESTA

ANEXO 3**AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS
DO NÚCLEO DE MEDICINA TROPICAL DA UFPA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEDICINA TROPICAL
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

PARECER DE ÉTICA DE PROJETO DE PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. **Protocolo:** Nº039 /2009-CEP/NMT
2. **Projeto de Pesquisa:** INSTITUIÇÕES DE ABRIGO: INTERAÇÃO ENTRE IRMÃOS ABRIGADOS.
3. **Pesquisador Responsável:** LIGIA NEGRÃO COSTA
4. **Instituição / Unidade:** IFCH/UFPA.
5. **Data de Entrada:** 03/11/2009.
6. **Data do Parecer:** 07/12/2009.

PARECER

O Comitê de Ética em Pesquisa do NMT/UFPA apreciou o protocolo em tela e, verificou que foram atendidas todas as exigências da Resolução 196/96-CNS/MS. Portanto, manifesta-se pela sua aprovação.

Parecer: **APROVADO.**

Belém, 17 de janeiro de 2010.


Prof^o Teiji Oikawa
Coordenador do CEP-NMT/UFPA.

APÊNDICE 1

FOLHA DE REGISTRO PARA OS DADOS DA FILMAGEM

Criança nº ____	
Nome:	
Data de nascimento:	Idade: Dormitório:
Irmãos no abrigo (dormitório):	
Data da coleta:	Início: Término:
Local:	
Situação:	
Crianças do Dormitório ____:	
Monitoras responsáveis:	
Sessão nº ____	
0:00 – 0:30	
0:30 – 1:00	
1:00 – 1:30	
1:30 – 2:00	
2:00 – 2:30	
2:30 – 3:00	
3:00 – 3:30	
3:30 – 4:00	
4:00 – 4:30	
4:30 – 5:00	
5:00 – 5:30	
5:30 – 6:00	
6:00 – 6:30	
6:30 – 7:00	
7:00 – 7:30	
7:30 – 8:00	
8:00 – 8:30	
8:30 – 9:00	
9:00 – 9:30	
9:30 – 10:00	